

Sibelle Meyer Lana

**O ARQUITETO E O PROCESSO DE PROJETO PARTICIPATIVO:
o caso do RSV**

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2007

Sibelle Meyer Lana

**O ARQUITETO E O PROCESSO DE PROJETO PARTICIPATIVO:
o caso do RSV**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria e Prática do Projeto Arquitetônico

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Malard

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2007

Lana, Sibelle Meyer
L243a O arquiteto e o processo de projeto
participativo : o caso do RSV / Sibelle Meyer Lana - 2007.

151f. : il.

Orientadora: Maria Lúcia Malard

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Projeto arquitetônico – Participação do cidadão 2.
Planejamento participativo 3. Projetos comunitários 4.
Parceria público-privada 5. Habitação popular 6.
Residencial Serra Verde I. Malard, Maria Lúcia II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de
Arquitetura III. Título

CDD : 728.1

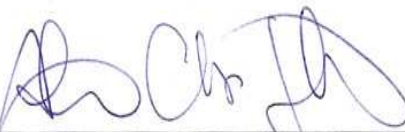
Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais e aprovada em 29 de outubro de 2007, pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:



Professora Maria Lúcia Malard –EA/UFMG



Professora Maria Cristina Villefort Teixeira –EA/UFMG



Professor Antônio Carlos Dutra Grillo – PUC Minas

Dedico este trabalho a minha irmã que me ensinou, mesmo que de forma tortuosa, que: “eu consigo, mas sozinha eu não posso”.

E a meu marido pela força e apoio, não só agora, mas ao longo de nossa vida.

“Acho que o papel de um educador conscientemente progressista é testemunhar a seus alunos, constantemente, sua competência, amorosidade, sua clareza política, a coerência entre o que diz e o que faz, sua tolerância, isto é, sua capacidade de conviver com os diferentes para lutar com antagônicos. É estimular a dúvida, a crítica, a curiosidade, a pergunta, o gosto do risco, a aventura de criar.” Paulo Freire (2001:54)

Agradeço a todos os meus professores e, em especial, a minha orientadora, que mais que professora, foi grande incentivadora, por ser ela própria uma entusiasta da cadeira acadêmica, a todos acolhendo e ensinando, assim muito contribuindo para o desenvolvimento deste trabalho.

A toda comunidade do RSV, técnicos e cooperados, não só pela sincera cooperação, mas pelo carinho.

Aos profissionais entrevistados, Alfio Conti, Ana Shimith, Armando Vignoli, Lúcia Maria Lopes Formoso, Margareth Maria de Araújo Silva e Mateus Moreira Pontes, pela atenção e pela contribuição no compartilhamento de dados sem os quais essa pesquisa não ficaria completa.

RESUMO

A situação atual da moradia popular se revela caótica. E a solução do déficit habitacional vai muito além do fornecimento de moradias; está ligado ao conceito de habitabilidade.

Novos modelos de gestão de cidades estão sendo propostos, como a chamada de *ambiental-participativa*, onde a participação popular nos processos decisórios passa a ser o elemento chave. O mesmo deve ocorrer nos processos de projeto de interesse social.

O objeto dessa dissertação é discutir sobre o papel desenvolvido pelo arquiteto nesse novo modo de projetar, como ocorrem as relações entre os profissionais e o cliente final, e o que se altera na forma de projetar.

A partir dos problemas identificados criam-se hipóteses a serem investigadas - afinal somos seres curiosos. A primeira (hipótese) é que a multiplicidade de conhecimentos exigida do arquiteto é maior e possui uma interdisciplinaridade mais elevada, afora disso, o nível de comprometimento do mesmo com o produto final vai além da satisfação do cliente. Como segunda hipótese, tem-se que, a pedagogia de Paulo Freire pode auxiliar a potencializar os resultados do processo de projeto participativo.

A pesquisa se desenvolve através do estudo de caso do Projeto Residencial Serra Verde – RSV – e da pesquisa qualitativa, desenvolvida através da observação participante e entrevistas com membros da comunidade do RSV. Para a apresentação das conclusões, as observações e os resultados obtidos serão cotejados com as hipóteses e a realidade estudada.

Embora não tenha sido totalmente efetivada a participação popular no processo de projeto, constata-se que, sem dúvida, houve um ganho significativo no produto final.

Serão, então, feitas sugestões para novos estudos e pesquisas. Afinal só é *conhecimento válido o conhecimento compartilhado* (Paulo Freire).

PALAVRAS CHAVE: processo de projeto participativo, habitação de baixa renda, economia solidária, educação para todos.

ABSTRACT

The current situation of the popular dwelling is revealed as chaotic. And the solution of the habitation deficit goes far beyond the dwellings supply; It is linked to the habitability concept.

New cities administration models are being proposed, as the so called participative-*environmental*, where the popular participation in the decisive processes is now the key element. The same should occur in the social interest project processes.

This paper aims at discussing the role developed by the architect in this new way of projecting, how the relations among professionals and the final customer occur and what changes in the way of projecting.

From the identified problems, hypotheses are created to be investigated – after all we are curious beings. The first (hypothesis) is just that the knowledge multiplicity demanded from the architect is greater and possesses a higher interdisciplinary level; besides the compliance degree of the same with the final product goes beyond the customer's satisfaction. As a second hypothesis, there is no doubt that Paulo Freire's pedagogy can assist make the participative process results stronger.

The research is accomplished through the study of case of the Residential Project Serra Verde – RSV – and the qualitative research, developed through the participative observation and interviews with the RSV community members. For the conclusions presentation, the observations and the obtained results will be compared with the hypotheses and the studied reality.

Although the popular participation in the project process has not been totally effected, it can be deemed that, without any doubt, there has been a significant gain in the final product.

Suggestions for new studies and researches will, then, be made. After all, *only shared knowledge is valid knowledge* (Paulo Freire).

KEY WORDS: participative process project, low-income habitation, solidary economy, education for all.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCA-BH – Associação dos Sem-Casa do Bairro Betânia e Regiões de Belo Horizonte

BNH – Banco Nacional da Habitação

CAIXA – Caixa Econômica Federal

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento Econômico e Planejamento Regional da FACE-UFMG

CEVAE – Centro de Vivência Agroecológica

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

COPASA-MG – Companhia de Saneamento de MG

DESA – Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental de EEUFMG

DH – Desenvolvimento Humano

DL – Desenvolvimento Local

EAUFMG – Escola de Arquitetura de Universidade Federal de Minas Gerais

EEUFMG – Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais

EP – Educação Popular

ET – Educação para Todos

FACE – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais

FINEP – Financiadora de Estudo e Projetos

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

IPTU – Imposto Predial e Territorial

MC – Ministério da Cultura

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MSG – Mutirão São Gabriel

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NESTH – Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano

OI – Organismos Internacionais

ONG – Organização não Governamental

OPH – Orçamento Participativo da Habitação

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRJ – Departamento de Projetos da EAUFGM

PUCMINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

RSV – Residencial Serra Verde

SEST/SENAT – Serviço Social de Transporte / Serviço Nacional de Aprendizagem do Trânsito

SMAHAB – Secretaria Municipal de Habitação da PBH

UEMP – União Estadual por Moradia Popular

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância (em inglês United Nations Children's Fund)

USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A

LISTA DE FIGURAS

FIG 1 Quadro comparativo das estruturas da ação e organização popular organizado por Razeto.....	36
FIG 2 Mapa “visão geral”.....	49
FIG 3 Mapa localização Município de Belo Horizonte, regionais administrativas.....	50
FIG 4 Mapa “avenidas”.....	50
FIG 5 Mapa de inserção.....	52
FIG 6 Mapa topográfico.....	53
FIG 7 Foto do entorno imediato ao terreno.....	54
FIG 8 Pequeno trecho da Rua Mar Vermelho.....	54
FIG 9 Conjunto União.....	55
FIG 10 Diagrama do roteiro metodológico da pesquisa.....	58
FIG 11 Soluções para a chamada unidade habitacional embrião.....	67
FIG 12 Workshop com computadores.....	73
FIG 13 Primeiro estudo de implantação desenvolvido.....	75
FIG 14 Segunda opção de implantação – fitas.....	76
FIG 15 Variável para a implantação em fitas – linhas paralelas.....	77
FIG 16 Segunda variável para a implantação em fitas paralelas – opção com crescimento.....	79
FIG 17 Esquema solução varanda-passarela.....	80
FIG 18 Primeira e segunda unidade de 2 quartos apresentadas.....	84
FIG 19 Módulo básico para locação de 3 quartos e módulo com os 3 quartos locados.....	85
FIG 20 Exemplos de unidades embrião desenvolvidas.....	89
FIG 21 Unidade embrião.....	89
FIG 22 Opção com 3 quartos.....	89

FIG 23 Outra opção com 3 quartos.....	90
FIG 24 Opção com 2 quartos.....	90
FIG 25 Outra opção com 2 quartos.....	90
FIG 26 Vista aérea apresentada.....	92
FIG 27 Implantação apresentada.....	93
FIG 28 Unidade habitacional com 2 quartos apresentada.....	95
FIG 29 Unidade embrião apresentada.....	95
FIG 30 1ª. opção apresentada (3 quartos).....	100
FIG 31 2ª. opção apresentada (2 quartos).....	101
FIG 32 3ª. opção apresentada (2 quartos).....	102
FIG 33 Participantes sendo orientados a montar os layouts individuais.....	103
FIG 34 Participantes discutindo sobre as possibilidades de layout.....	103
FIG 35 Visita ao Conjunto Fernão Dias.....	106
FIG 36 Visita ao Conjunto Jardim Leblon.....	107
FIG 37 Visita a uma das unidades do Jardim Leblon.....	107
FIG 38 “Café” na casa da síndica do Jardim Leblon.....	108
FIG 39 Questionário aplicado às famílias.....	111
FIG 40 Quadro comparativo Pedagogia de Paulo Freire e processo de projeto participativo.....	126
FIG 41 Quadro Método Paulo Freire e contribuição para o processo de projeto participativo.....	127

Fontes das FIG

Todas as fotos, ilustrações e quadros foram retirados do Relatório do Projeto Residencial Serra Verde – RSV – encomendado pela Finep à UFMG. Salvo as que constam a fonte no texto.

SUMARIO

1	APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	15
1.1	O problema.....	17
1.2	As hipóteses.....	18
1.3	Organização da dissertação.....	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL.....	22
2.1	As diferenças entre os modelos de gestão <i>central-desenvolvimentista e ambiental-participativa</i>	24
2.2	O que é projeto participativo.....	27
2.3	As diferenças entre processo de projeto participativo comercial e de interesse social.....	30
2.4	Um paralelo entre autogestão e cooperativas solidárias.....	32
2.5	Educação comunitária e desenvolvimento humano.....	37
2.6	Algumas notas sobre a pedagogia de Paulo Freire.....	40
3	RESIDENCIAL SERRA VERDE – RSV.....	45
3.1	O que é o projeto RSV.....	46
3.2	Parceiros e intervenientes.....	47
3.3	Quais os seus objetivos.....	48
3.4	Localização do empreendimento.....	49
3.5	Como será executada a análise do RSV.....	55
4	A PESQUISA.....	57
4.1	Metodologia empregada.....	57
4.2	Análise crítica do processo de projeto.....	60
4.3	Entrevistas.....	109
4.3.1	Entrevistas com a comunidade.....	109
4.3.2	Entrevistas com os arquitetos.....	113

4.4	Análise dos dados obtidos.....	114
5	CONCLUSÃO.....	123
5.1	Verificação das hipóteses.....	123
5.2	A pedagogia de Paulo Freire (EP) e o processo de projeto participativo.....	126
5.3	Sugestões para novas pesquisas.....	129
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131
7	ANEXOS.....	135

1. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

O déficit habitacional no Brasil aumentou em números absolutos, mas diminuiu em termos relativos. Entre 2000 e 2005, passou de 16% para 14,9%, e em números absolutos de aproximadamente 6 milhões de moradias para 7,9 milhões de unidades. Os números fazem parte do livro Déficit Habitacional no Brasil 2005, elaborado pela Fundação João Pinheiro, em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

Em 2005, segundo o Ministério das Cidades, do total do déficit, 5,3 milhões de delas se encontravam em áreas urbanas. De acordo com o PAC – Plano de Aceleração do Crescimento – 2007/2010, do governo federal, 96,3% do déficit habitacional total se concentra na faixa de renda até 5 salários mínimos; e o total de domicílios em favelas é de 1,96 milhão.

Na opinião da ex-secretária-executiva do Ministério das Cidades, Ermínia Maricato¹, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pode contribuir para diminuir a carência habitacional no país que, até agora, tem sofrido uma redução pequena. Este problema tem sido objeto de várias políticas governamentais sem sucesso. Segundo Ermínia Maricato (2000), devem ser propostas novas políticas evitando a formulação de “idéias fora do lugar”, característica do planejamento urbano no Brasil.

Hoje se tem a certeza de que a solução dessa carência vai muito além do simples fornecimento de moradias. Os problemas da sociedade pós-moderna não são pontuais nem estanques, e conforme a Professora Maria Lúcia Malard², “não estão compartimentados dentro de caixinhas isoladas”, estão interligados dentro de uma mesma conjuntura global.

De acordo com Rolnik (2004:73) dentro do plano diretor observa-se:

A importância da política habitacional no desenvolvimento urbano econômico e social das cidades relaciona-se com o processo de reprodução social do espaço urbano, em pelo menos três aspectos: social, econômico e territorial.

A política habitacional não pode ser compreendida simplesmente como política de construção de conjuntos habitacionais, reurbanização e requalificação de edificações.

¹ Artigo: Para arquiteta, PAC pode contribuir para acelerar queda do déficit habitacional, retirado do site <http://agenciabrasil.gov.br> em 31 de janeiro de 2007.

² Notas de aula pessoais.

Seu objetivo deve ser satisfazer uma das necessidades básicas da população – um povo com carências habitacionais sérias é um povo amputado na sua capacidade de desenvolvimento e progresso.

Da observação do quadro social brasileiro, através dos noticiários, reportagens em revistas³ ou, simplesmente vivendo nas cidades, percebe-se que várias mudanças vêm ocorrendo no cenário social. A situação atual da moradia popular se revela caótica. As obras de infra-estrutura básica e saneamento não acompanham o crescimento geopolítico das cidades brasileiras. O conceito de habitabilidade está, essencialmente, ligado ao descongestionamento habitacional, salubridade, regularização fundiária e de infra-estrutura urbana.

Mike Davis (2006), em seu livro *Planet of Slums*, mostra uma visão apocalíptica do mundo atual, onde o crescimento populacional da humanidade acontecerá nas cidades e principalmente naquelas pobres, sendo a maioria constituída por favelas.

Voltando à Rolnik (2004:43 grifo nosso):

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da cidade trazem elementos fundamentais para reverter o processo histórico de desenvolvimento desigual das nossas cidades: - **a função social da cidade e da propriedade e a participação popular no planejamento e gestão das cidades.** [...] Tornar viáveis e efetivar esses elementos é o grande desafio a superar, para **construir o processo de gestão democrática, com participação ampla dos habitantes na condução do destino das cidades.**

Depois do Habitat II⁴ não se discute mais o espaço sem a participação dos indivíduos, comunidades ou coletividades concretas. Ou seja, o processo de projeto, que agora deverá ser *participativo*, passa a ter uma interdisciplinaridade maior do que no processo habitual, que será chamado aqui, de *comercial*. O arquiteto, atuando como gerenciador de projetos, passa a ter um novo papel no processo de projeto participativo de interesse social.

No projeto *comercial*, a gerência de projetos desempenhada pelo arquiteto é limitada ao conjunto de projetos complementares, que, como o próprio nome indica, são complementares ao arquitetônico. Já no processo participativo,

³ Ver como referência a Revista Carta Capital nº 391 e 392.

⁴ II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Urbanos realizada em junho de 96 em Istambul.

além dos projetos complementares, têm-se vários outros paralelos, como o de economia solidária, preservação ambiental e de sustentabilidade habitacional.

1.1 O problema

O que se pretende neste trabalho é discutir qual seria o novo papel a ser desenvolvido pelo arquiteto e como ocorrem as novas relações, tanto entre os arquitetos de uma mesma equipe, como entre esta equipe e o novo cliente, relações estas decorrentes deste novo processo de projetar. Como a forma de projetar pela equipe de arquitetos se altera diante do processo de projeto participativo de interesse social.

Cabe neste momento, relatar um dos fatos que melhor ilustram o que instigou o desenvolvimento desta pesquisa. Tendo a satisfação de participar, como voluntária, da construção de uma creche em Sarzedo – MG, observou-se no início da construção, a falta de infra-estrutura básica na região onde se localizaria a creche. Com o andamento das obras, que se realizaram com a participação da comunidade local, foram sendo implantadas paulatinamente - sem a participação do grupo de voluntários - os serviços de benfeitorias e infra-estrutura na região. Essas melhorias foram resultado da reivindicação e mobilização *da comunidade local junto à prefeitura*.

Como diz Paulo Freire: somos seres curiosos. E essa curiosidade é que levou à procura de se desenvolver um projeto de pesquisa onde se investigasse as relações do projeto participativo e as reações da comunidade local.

Uma vez que a orientadora da pesquisa, Prof. Maria Lúcia Malard, é também coordenadora geral do Projeto Residencial Serra Verde - RSV - Modelo de Auto-gestão Habitacional de Interesse Social – foi encomendado pela Finep à UFMG, com o objetivo de gerar um modelo para viabilizar a construção de moradias de interesse social pelo regime de auto-gestão, incorporando princípios da economia solidária, da participação comunitária, da inclusão digital e da sustentabilidade sócio-econômica e ambiental. O projeto resultará na construção de 77 moradias para famílias de baixa renda, da Associação dos Sem Casa do Bairro Betânia e Regiões de BH, ASCA-BH, com financiamento da Caixa Econômica Federal, via Crédito Solidário, em terreno da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte-PBH. O projeto se constitui numa parceria entre

UFMG (através dos departamentos DESA, da Escola de Engenharia, PRJ, da Escola de Arquitetura e do CEDEPLAR, da FACE), PUCMINAS, PBH/SH, ASCA-BH, CAIXA, com o apoio dos ministérios MDS, MTE e MC. Surge, então, o convite para se fazer parte da equipe de arquitetos do projeto, atuando como observadora do processo de projeto participativo de interesse social.

Através das observações colhidas - como arquiteta participante - durante o desenvolvimento do referido projeto, somada à prática profissional, como arquiteta atuante no mercado, levantar-se-ão hipóteses que serão examinadas neste trabalho.

Citando Paulo Freire, as pessoas são *seres curiosos* e, como tais, ao observarem o mundo a nossa volta, desenvolvem uma postura crítica diante dos problemas que vivenciam. Criam, então, hipóteses que as levam à procura de um embasamento teórico para sua aferição. Tal embasamento habilita uma postura crítico-teórica que, juntamente com a pesquisa desenvolvida, tornará o “processo de pensar”⁵ ativo (FRIEDMANN, 1987). Uma vez que a curiosidade humana é infinita, tais hipóteses criadas poderão ser confirmadas ou não e *seres* continuarão cada vez mais *curiosos*.

1.2 As hipóteses

A primeira hipótese desenvolvida é a de que a multiplicidade de conhecimentos exigida do arquiteto é maior e possui uma interdisciplinaridade mais elevada, se comparada com a do projeto *comercial*, afora disso, o nível de comprometimento do mesmo com o produto final vai além da satisfação do cliente e da geração de lucro do empreendimento encomendado.

Como segunda hipótese, tem-se que, a pedagogia de Paulo Freire pode auxiliar a potencializar os resultados do processo de projeto participativo.

Segundo Ermínia Maricato (2001:47) “o urbanista que se propõe a ser um ativista do interesse público” necessita se requalificar.

Para a análise dessas hipóteses será usado, como estudo de caso, o projeto Residencial Serra Verde – RSV, por se tratar de um projeto cujo objetivo é elaborar um modelo piloto, passível de ser replicado, para a construção de

⁵ No original: *process of thinking*.

moradias de interesse social pelo regime de autogestão participativa. Ele servirá de modelo para iniciativas futuras. De acordo com seu programa, o projeto, por se tratar de um modelo com essas características,

deverá assegurar: a efetiva participação da comunidade beneficiária nas decisões relativas ao planejamento físico da área e ao projeto das moradias; a capacitação profissional de jovens e adultos; a inclusão digital; a associação cooperativa para a geração de emprego e renda; o desenvolvimento comunitário; a sustentabilidade habitacional; o exercício pleno da cidadania. (MALARD *et al* 200_a:4)

É um projeto essencialmente interdisciplinar, por transitar em várias áreas do conhecimento. Como tal, a sua eficácia demanda que se busque uma base de dados nos campos de abrangência da interdisciplinaridade dos programas que encerra. É o caso da Economia Solidária.

Como mostra a literatura correlata (Corragio, Gadotti, Gutiérrez, Razeto, Singer), as políticas recomendadas pelos órgãos internacionais e as ONGS, em relação à economia solidária, trabalham não mais com o investimento no desenvolvimento econômico, e sim, no desenvolvimento humano. As correntes adotadas como base, por terem maior afinidade com a área de trabalho dessa pesquisa, defendem o uso da Educação Popular para se alcançar esse objetivo, como será visto no capítulo 2.

Desta forma, serão utilizadas ferramentas da Educação Popular que possam auxiliar a melhor elucidar as hipóteses criadas, principalmente nos fundamentos da Pedagogia de Paulo Freire, que representa a base da Educação Popular.

Segundo Moacir Gadotti (2004:210) “o reconhecimento de Paulo Freire fora do campo da pedagogia, demonstra que seu pensamento é também *transdisciplinar e transversal*” e que o objetivo da interdisciplinaridade se traduz na prática por um *trabalho coletivo e solidário*. Conceito básico do projeto RSV.

1.3 Organização da dissertação

Este trabalho será desenvolvido em duas etapas. A primeira – capítulos um e dois - discorrerá sobre os dados teóricos selecionados que servirão de base para as observações críticas e hipóteses a serem tratadas nesta pesquisa.

A segunda etapa – capítulos três e quatro - contemplará a pesquisa qualitativa, desenvolvida através da observação participante e entrevistas em profundidade. Esse trabalho de observação será desenvolvido através da análise de relatórios das reuniões da equipe de arquitetos e dessa com a comunidade, bem como entrevistas individuais com os membros participantes do RSV.

Para a apresentação das conclusões, as observações e os resultados obtidos serão cotejados com as hipóteses e a realidade estudada, sendo então feitas sugestões para novos estudos e pesquisas. Afinal *só é conhecimento válido o conhecimento compartilhado* (pedagogia de Paulo Freire).

No capítulo um, será apresentado o embasamento teórico buscado para a criação de uma postura *crítico-teórica* para o desenvolvimento da pesquisa. Desse serão extraídos os pontos das principais áreas da interdisciplinaridade, demandadas para o desenvolvimento do projeto participativo de interesse social.

Esse capítulo inicial definirá o objeto citado, quais as principais diferenças entre ele e o modelo *comercial* e a relação dos mesmos com as políticas habitacionais às quais estão atrelados. Um paralelo entre autogestão e cooperativas solidárias, é aqui visto, mostrando como a economia solidária sugere o uso da educação popular para atingir o seu objetivo: o desenvolvimento humano e a cidadania plena de seus participantes.

Elementos da pedagogia proposta por Paulo Freire, no que diz respeito à formulação de uma nova relação humana, que possibilite a elaboração de uma consciência crítica do mundo em que se vive, são abordados e ressaltados os elementos tomados como base para as observações críticas apresentadas.

O segundo capítulo apresenta detalhadamente o projeto RSV, o objeto de estudo, mostrando como foi elaborado, quais os seus objetivos e como será desenvolvida a análise sobre o mesmo.

O terceiro é composto pela pesquisa desenvolvida, onde se demonstra a metodologia empregada e a análise crítica do processo do projeto ora estudado, bem como as entrevistas realizadas e os dados obtidos através de suas análises.

As conclusões são objeto do quarto e último capítulo, sendo as hipóteses examinadas e mostrada a relevância da interdisciplinaridade do RSV; como ele atingiu grande parte dos seus objetivos e, principalmente, como contribuiu para a melhora, de forma eficaz, da qualidade de vida de seus participantes.

Será discutido se a Educação Popular (Pedagogia de Paulo Freire) pode potencializar os resultados obtidos no estudo de caso, para que a metodologia a ser desenvolvida no projeto piloto - processo de projeto participativo de interesse social - atinja seu objetivo final de forma mais abrangente. Ao final deste capítulo, apresentam-se sugestões para trabalhos e estudos futuros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL

Segundo Flávio Villaça (1986:9) o problema da habitação consiste no fato de que “todo ser humano precisa de abrigo e proteção contra as intempéries e outras agressões da natureza, e mesmo às agressões de seus semelhantes; precisa de privacidade e de abrigo para desenvolver sua vida individual, familiar e social”. Ainda, segundo o mesmo autor, esse problema sempre existiu e sempre existirá; a variação consiste em sua gravidade, podendo ser maior ou menor.

Ao longo da história houve vários modelos de políticas habitacionais. Não é intenção de se fazer aqui uma retrospectiva de todos os modelos já adotados. O objetivo é ater-se ao objeto de estudo dessa pesquisa, que é o modelo de construção autogestionário participativo. Porque o que se observa hoje, como solução predominante encontrada pela população de baixa renda, é a autoconstrução e a favela.

Ermínia Maricato (*in* VILLAÇA, 1986:59) define autoconstrução como sendo o “processo de construção da casa, própria ou não, seja apenas por seus moradores auxiliados por parentes, amigos e vizinhos, seja ainda pelos moradores auxiliados por algum profissional remunerado”.

Em seu livro, *Passa-se uma casa*, Lícia do Prado Valadares (1980), faz uma análise da solução adotada pelo Governo para a remoção de várias favelas no Rio de Janeiro, na década de 70.

a concepção subjacente das diversas intervenções governamentais sempre foi a de tratar a favela como uma questão puramente habitacional e de uso do solo, sem levar em consideração as características de sua população e os fatores que a levam a morar em favelas. A favela não é simplesmente resultante de uma crise habitacional no contexto de um processo de urbanização acelerado. Não se trata apenas de uma questão de déficit de moradia ou de incapacidade do mercado imobiliário (setores público e privado) de produzir habitações populares em ritmo capaz de atender a uma demanda crescente (VALADARES, 1980:44).

Lícia discute “como esse programa, ao ser posto em prática, interferiu em uma realidade estruturada (a favela), e como as pessoas nele envolvidas se comportaram diante de um modelo rígido e imposto” (VALADARES, 1980:

49). Chama-se a atenção para o fato da falta de adequação, tanto espacial quanto financeira, do sistema “*imposto*” aos possíveis usuários.

A autora mostra que, para a maioria dos moradores, a favela se apresentava como uma “solução orçamentária”, não apenas pelo baixo custo, na época – década de 70, gasto com moradia e transporte, mas acrescentar-se-ia, com base nos fatos atuais, que na favela existe uma economia informal que gera a subsistência de várias famílias. É o que Coraggio (2000:14) chama de “economia popular”, uma economia que se contrapõe à economia de capital, como um subsistema no conjunto da economia global.

Segundo Jonh Turner (*in* VILLAÇA, 1986:59-60) “a habitação é um processo e deve ser encarada não somente em termos de suas características físicas, mas também em termos de seu significado para seus usuários”. Turner não conclui que as famílias deveriam construir suas próprias casas, mas afirma ser indispensável que elas acompanhem e controlem todo o processo de produção, desde a escolha do local e elaboração do projeto até a construção.

Para Villaça (1986) é indispensável que a população construa suas próprias casas, mas em termos totalmente distintos dos de hoje. E o processo para esta construção só será conquistado com a prática política e não pelo convencimento da classe dirigente de que é o “certo” na política habitacional adotada.

Segundo Paulo Freire, a solução da educação não é apenas alfabetizar. Vai muito além de simplesmente aprender a ler e a escrever.

Fazendo uma analogia: a solução do problema habitacional não é apenas fornecer moradia. O déficit habitacional não é a falta do objeto, mas a precariedade dos mesmos. Assim como na educação, que através da alfabetização desenvolve a consciência crítica do indivíduo, tornando-o um cidadão participante; da mesma forma se pode aliar a construção da moradia ao desenvolvimento dessa mesma consciência crítica.

Tarso Genro (2001:16) ao contar sua experiência com o Orçamento Participativo em Porto Alegre diz:

[...]ao democratizar as decisões [...] o Orçamento Participativo é capaz de gerar uma nova consciência cidadã. Por meio

desta, [...] passam a decidir com *efetivo conhecimento de causa*. Cria-se, desta forma, um espaço aberto por meio do qual surgem condições para formação de um novo tipo de cidadão: um cidadão ativo, participante, crítico [...].

Mas como essa *consciência crítica*, que leva à formação de *um cidadão ativo*, pode ser desenvolvida através do processo de projeto participativo? Qual a diferença desse processo de projeto e como ele se desenvolve? São pontos que se seguem.

2.1 As diferenças entre os modelos de gestão *central-desenvolvimentista* e *ambiental-participativa*

Esses dois termos são utilizados por Nabil Bonduki (1997) para caracterizar os modelos de gestão das cidades, utilizados no país.

O primeiro – *central-desenvolvimentista* – teve seu início no Estado Novo (1937-45) e sua consolidação no regime militar (1964-85), e tem como característica principal a forte ação do poder público nas cidades brasileiras. Nele é encontrada a ausência de debates com a sociedade, característica do autoritarismo e da gestão centralizadora. O que segundo Ermínia Maricato (2001:191) leva à

desarticulação entre planejamento e gestão, o que aliena os planejadores em relação à realidade concreta de uso e ocupação do solo e o autoritarismo próprio daqueles que, a partir de argumentos técnicos, julgam saber o que é melhor para todos os moradores da cidade.

Para Bonduki (1997:261) há um “desrespeito ao meio ambiente e ao patrimônio cultural numa lógica em que predominou o mito da modernidade, como sinônimo da transformação urbana sem compromissos com o ambiente e os valores culturais”. Dentro dessa lógica foram construídos vários conjuntos habitacionais, financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH),

que se caracterizam, em geral, pela monotonia de sua arquitetura e pela ausência de relação com o entorno, por sua localização periférica, estendendo horizontalmente as cidades, pela despreocupação com a qualidade dos projetos e com o meio físico, resultando na depredação ambiental, pela negação aos processos de participação comunitária, preferindo uma gestão centralizada e a contratação de empreiteiras, entregando moradias prontas. (BONDUKI, 1997:262-263)

Como principais conseqüências da adoção do modelo *central-desenvolvimentista* destacam-se os seguintes pontos:

- exclusão de grande parcela da população com renda inferior ao valor mínimo exigido pelo financiamento;
- exclusão de grupos associativos organizados que quisessem utilizar o mutirão como forma de construção;
- grande parte dos conjuntos - principalmente os construídos durante o governo Collor - ficaram desabitados ou inacabados, devido à má qualidade da construção ou à péssima localização - distante dos grandes centros;
- prioridade ao transporte individual em detrimento aos meios coletivos;
- inadequação da legislação urbana formulada apenas por legisladores e planejadores urbanos sem a participação da população;
- aumento da especulação imobiliária, sem se levar em consideração a função social da terra, gerando sua grande ocupação de forma clandestina, via loteamentos irregulares ou favelização – o que Bonduki chama de cidade real⁶, em oposição à cidade legal.

Ao longo dos anos 80, juntamente com os movimentos de oposição ao regime autoritário, ganham força as críticas ao modelo *central-desenvolvimentista*. Surgem novas propostas, ainda em andamento, de gestão urbana. Nos novos debates

ganham ênfase a questão da participação comunitária e o respeito ao meio ambiente – como elementos balizadores do desenvolvimento a qualquer custo que predominava anteriormente - a necessidade de enfrentar o desafio da cidade real, o desenvolvimento de novas formas de gestão dos empreendimentos habitacionais, como a autogestão e a cogestão, incorporando a parceria com organizações não governamentais e a priorização do transporte coletivo. (BONDUKI, 1997:263)

A partir de meados dos anos 80 e, sobretudo nos anos 90, surgem no Brasil várias experiências inovadoras com resultados positivos, dentro de um processo de contraposição ao modelo *central-desenvolvimentista*. Algumas são apresentadas no Habitat II⁷.

⁶ Já Ermínia Maricato chama de cidade ilegal.

⁷ Para um panorama das experiências com resultados positivos ver *Habitat – As práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*

Elas mostram uma postura diferenciada de gestão das cidades, “baseada no trinômio: participação - desenvolvimento sustentável - qualidade de vida e do ambiente” que Bonduki chama, sinteticamente, de *ambiental-participativa* (BONDUKI, 1997:264).

Dentre as características desse novo modelo, Bonduki (1997) destaca:

- gestão descentralizada e democrática, com destaque para o papel do poder local e para a articulação das políticas setoriais;
- criação de canais institucionais de participação popular, como conselhos de gestão urbana e participação dos cidadãos nas decisões sobre as prioridades do governo, através da elaboração do orçamento participativo e acompanhamento da execução orçamentária;
- inversão de prioridades nas políticas de gestão para garantir à população o direito à habitação e à cidade;
- parceria entre poder público e organizações não-governamentais para o desenvolvimento de programas e projetos, através do estímulo a processos autogestionários e cogestionários em programas de produção do habitat e de geração de emprego e renda;
- busca de barateamento da produção habitacional através de novas formas de gestão, produção e financiamento direto para o usuário final e do reconhecimento da cidade real, através da regularização fundiária e urbanização das áreas ocupadas espontaneamente;
- compatibilização entre preservação do meio ambiente e implantação de projetos urbanos, produção habitacional e recuperação ambiental de áreas de preservação já ocupadas;
- busca de reaproveitamento, através da reciclagem dos dejetos urbanos, visando a preservação ambiental e sua reutilização em programas públicos;
- prioridade para o transporte coletivo e para a segurança do tráfego.

Esse novo modelo de gestão necessita de um maior tempo de maturação, de experiências e práticas a serem implantadas. Cabe lembrar que se trata de um

modelo em fase de formulação. O importante é que esse seja divulgado e promova o debate, para que possa efetivamente resultar em mudanças na forma de gestão das cidades.

Para tal, a pesquisa se torna elemento questionador e veiculador das referidas experiências, podendo então gerar parâmetros de consolidação da necessidade da mudança para enfrentar os problemas urbanos.

Dentro do modelo de gestão *ambiental-participativa*, há o desenvolvimento do processo de projeto participativo. Mas com se dá esse novo processo e qual a diferença deste em relação ao modelo anterior?

2.2 O que é projeto participativo

O projeto participativo, sobre o qual incidirá a presente pesquisa, é o projeto arquitetônico onde o usuário final participa do processo de projeto. Ou seja, as decisões, que são tomadas durante o processo de projeto, são compartilhadas pelo arquiteto – ou a equipe de arquitetos – e o usuário final.

Não é intenção, e nem caberia ao escopo dessa pesquisa, discorrer sobre o processo de projeto adotado por cada arquiteto. Para tal, recomenda-se a pesquisa desenvolvida por Mariza Góes (2005), que estuda as diversas formas do processo de projeto desenvolvidas por cada arquiteto. A referida pesquisa, apresenta alguns arquitetos que já incorporam a participação do usuário durante o processo.

No processo participativo, o usuário possui um papel ativo durante a elaboração do projeto. Não é apenas o fornecedor do programa de necessidades a ser atendido ou mero provedor dos recursos da obra. Não se trata de uma co-autoria do projeto, mas de uma participação presente ao longo de todo o desenvolvimento do mesmo.

Na elaboração de um projeto arquitetônico, o arquiteto considera uma série de variáveis técnicas e projetuais que o levam a diversas decisões que são tomadas durante o processo de projeto. No projeto participativo, a responsabilidade dessas decisões é dividida com o cliente e não apenas comunicada ou compartilhada.

O que é observado, através da experiência profissional pessoal e compartilhada com outros profissionais, é que em projetos residenciais unifamiliares e comerciais, a participação do usuário, ou cliente, é cada vez maior. Principalmente nas decisões em relação à legislação urbanística.

Muitas vezes são tomadas decisões que incorrem em formas de se “burlar” a legislação, alterando denominações de ambientes ou postergando etapas de obra para o “pós-habite-se”⁸, visando atender as necessidades do cliente. Não é o caso de se considerar tais profissionais⁹ como infratores da lei, mas sim como questionadores de uma legislação que é feita sem a participação da sociedade. Como visto no item anterior, quando se falou sobre o modelo de gestão *central-desenvolvimentista*.

Voltando ao processo de projeto participativo de interesse social: nesse caso o usuário final é um grupo maior que no residencial unifamiliar, ou mesmo multifamiliar, que muitas vezes contrata um escritório de arquitetura para desenvolver o projeto sob a forma de condomínio. O estudo de caso que será estudado é um conjunto residencial com 77 famílias.

Como gerenciar a participação coletiva no processo de projeto tendo um universo de participantes extremamente diferenciado; não apenas em relação à faixa etária como também quanto ao nível de escolaridade, interesses pessoais e atividades desenvolvidas? Segundo Maria Lúcia Malard *et al* (2002:248), “a participação do usuário no processo de projeto é, na verdade, mais que um desafio metodológico: é uma questão teórica a ser enfrentada”.

Além das dificuldades de comunicação, por se tratar de um grupo com muitos participantes, há também o fato de o projeto arquitetônico possuir uma linguagem própria, de difícil decodificação para o leigo. Desta forma

obter a participação de um leigo num projeto significa, também dar-lhe os meios de acessar esses códigos de representação para que possa entender o que está sendo proposto e contribuir com a proposição. Ninguém participa sem decidir nem decide sem conhecer. Se assim não for, o projeto participativo será apenas uma manipulação para legitimar as decisões do arquiteto e de outros técnicos envolvidos no processo (MALARD *et al*, 2002:247).

⁸ Pós-habite-se é a fase de obra posterior à fiscalização final, por parte do órgão responsável, e legalização do imóvel.

⁹ Profissionais que respeitam a ética profissional.

O que Malard *et al* (2002) propõem é que, a partir do conhecimento da forma como uma comunidade se apropria do espaço, o processo de projeto se tornaria mais adequado à mesma comunidade. Essa adequação propicia uma maior identidade dos usuários com o objeto de discussão, com a harmonização dos conceitos, o processo de participação se torna mais eficaz.

Para o conhecimento dessas formas de apropriação os autores propõem: “ler os espaços através de observações sistemáticas, identificar os conflitos ali presentes, analisá-los, e então propor novas formas para as espacializações” (MALARD *et al*, 2002:251). O que é proposto é uma abordagem fenomenológica, visando completar os procedimentos das metodologias da avaliação pós-ocupação.¹⁰

Um dos objetivos do Projeto Residencial RSV é desenvolver uma metodologia que propicie efetiva participação. E o que essa pesquisa pretende é contribuir para o desenvolvimento dessa metodologia.

Ainda são poucas as experiências desse tipo de projeto, assim como os registros das mesmas; mas a literatura existente (ABIKO, 2006 a,b; BONDUKI, 1997; FRIEDMANN, 1987; MARICATO, 1982; WESTENDORFF, 2007) aponta algumas características vantajosas:

- maior criatividade em relação à técnica e às soluções arquitetônicas, promovendo uma despadronização do produto final;
- permissão ao morador de uma visão integrada do processo produtivo e, portanto, um contato *desalienante* com o produto final;
- maior satisfação em relação à unidade habitacional e ao conjunto no qual a unidade está inserida;
- melhor qualidade do produto final.

Segundo Ermínia Maricato:

a participação da população no orçamento municipal, nos planos locais, ou até mesmo no projeto e na gestão dos recursos de sua futura casa, é a alternativa mais ética, mais solidária e também mais sustentável pelos seus efeitos ambientais sinérgicos. Do ponto de vista econômico, garante-

¹⁰ Esta metodologia ainda se encontra em fase de desenvolvimento.

se a eficácia na aplicação dos recursos e sua fiscalização (BONDUKI, 1997:41).

Como visto, o projeto participativo atende a diversos grupos de usuários. Haveria alguma diferença no seu processo de projeto quando este é voltado para a população de baixa renda? É o que se propõe tratar a seguir.

2.3 As diferenças entre processo de projeto participativo *comercial* e de *interesse social*

Como dito anteriormente, é cada vez maior a presença do processo de projeto participativo dentro de diversos escritórios de arquitetura. Segundo experiência profissional e de acordo com a pesquisa de Marisa Góes (2005), as razões que levam a uma maior participação dos usuários no processo de projeto são várias.

Atualmente, há um bombardeio de atividades interativas a que os indivíduos são expostos e convidados ou compelidos a participar. Tudo pode ser revisto e manipulado pelo usuário: os jogos eletrônicos, as obras de arte em museus e até a história.

O surgimento dos movimentos sociais também contribuiu, em grande parte, para desenvolver a cultura da participação. É claro que essa cultura ainda se encontra em processo de formação. O que Boaventura Santos (2000) mostra é que estão sendo dados os primeiros passos em direção à cristalização da cultura de participação e que, só com o tempo e a divulgação dos resultados das experiências em projetos participativos, é que uma participação efetiva será atingida.

Esse ponto será discutido de forma mais detalhada nos itens seguintes. O que se quer ressaltar, neste momento, é que mesmo ainda estando em processo de formação, a cultura da participação se encontra presente.

O que é chamado aqui de processo de projeto *comercial*, e que alguns chamam de tradicional, é o projeto em que o cliente não é o usuário final. Ele é um empreendedor que contrata os serviços do escritório de arquitetura para a elaboração de um empreendimento onde as unidades habitacionais serão repassadas ao morador final. A forma como se dará este repasse não é da competência do arquiteto.

Nesse processo, o programa de necessidades, que normalmente possui como diretriz as determinantes econômicas, é determinado pelo empreendedor, e o arquiteto apenas acrescenta sugestões, que podem ou não ser aceitas por aquele. Caso o arquiteto não concorde com alguma decisão, poderá tentar convencer o empreendedor, correndo o risco de ser dispensado de seus serviços.¹¹

Cabe ao arquiteto elaborar o projeto arquitetônico, atendendo ao programa de necessidades, e coordenar os projetos complementares¹² que forem contratados. Não há contato entre arquiteto e usuário final, que aqui é genérico, com um perfil sócio-econômico e cultural inteiramente levantado pelo empreendedor. As soluções técnicas e projetuais são decididas com a participação do arquiteto e do empreendedor, que representa o papel do usuário genérico. Na maioria dos casos, salvo raras exceções, o fator econômico é o que tem maior peso na tomada de decisão.

Encontra-se aqui, como visto no item 2.1, o modelo de gestão *central-desenvolvimentista*, onde as decisões são tomadas sem a participação da comunidade. O resultado é que o mercado imobiliário não consegue atingir as demandas da população de baixa renda que se encontra obrigada a consumir necessidades díspares da sua realidade.

Ermínia Maricato, em palestra de abertura de Seminário na Fundação Getúlio Vargas,¹³ afirmou: “o mercado só constrói para quem tem problema de intestino, pois não se faz apartamento com apenas um banheiro”.

Já no processo de projeto participativo de *interesse social*, não há a figura do empreendedor. O usuário final é presente durante todo o processo. Ocorre então a participação efetiva do morador no processo de projeto. As decisões devem ser tomadas de comum acordo entre as partes. O número de variáveis a serem tratadas é maior e mais diversificado, uma vez que esse processo engloba outras instâncias fora do campo arquitetônico tradicional.

¹¹ Não é o caso aqui de se entrar nas questões éticas que possam surgir.

¹² Projetos complementares é o conjunto de projetos, além do arquitetônico, que se fazem necessários para a execução da obra civil, tais como elétrico, hidráulico, estrutural, ar condicionado, cabeamento estruturado etc.

¹³ Seminário e curso Política Fundiária Municipal e Gestão Social da Valorização da Terra, realizado de 27 a 29/10/2006 na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, promovido pelo Lincoln Institute of Land Policy, organizado pelo Instituto Polis; anotações pessoais.

Como visto no item 2.1, passa-se a trabalhar dentro do modelo de gestão *ambiental-participativa*, onde as questões ambientais e de habitabilidade devem ser levadas em consideração. Dessa forma, o gerenciamento de projetos, feito pelo arquiteto, aumenta, pois além dos projetos complementares, há o de economia solidária, o chamado pós-morar e outros que englobam as questões de conservação e manutenção da edificação, além de outros, como o da parte social das relações de vizinhança. Conseqüentemente, a formação profissional do arquiteto também deve englobar os conhecimentos necessários para o gerenciamento desses projetos dentro de uma interdisciplinaridade maior.

A hipótese dessa pesquisa é que o nível de comprometimento do arquiteto com o processo de projeto participativo de *interesse social* é maior. Agora, não há a figura do empreendedor que determina as questões econômicas, e aparecem, como condição determinante de viabilização, as questões sociais. Claro que essas questões sociais não são de responsabilidade exclusiva do arquiteto. Mas elas estão presentes, e de forma marcante, durante o processo de projeto, uma vez que as mesmas são prioritárias para o sucesso do empreendimento.

Seguem-se as visões de como as outras disciplinas, que fazem parte desse processo, estão trabalhando para viabilizar os projetos de sua competência, e como agregar as experiências dessas com o processo de projeto participativo de interesse social.

2.4 Um paralelo entre autogestão e cooperativas solidárias

O item aponta as características comuns entre a economia solidária e o processo de construção autogestionário. Não é intenção dessa pesquisa levantar todas as questões de economia que envolvem o sistema de cooperativa solidária; o propósito é abordar a interdisciplinaridade da economia – cooperativas solidárias - com a autogestão e o processo de projeto participativo.

Seguem-se alguns conceitos:

A ECONOMIA SOLIDÁRIA SEGUNDO PAUL SINGER

A economia solidária é uma *criação em processo contínuo* de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não

poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução (SINGER, 2003:13).

A economia solidária é uma forma de produção e distribuição, onde os agentes são os próprios produtores e distribuidores. Dessa forma, esses meios passam a ser socializados.

Para Singer: “A economia solidária foi concebida pelos “utópicos” como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social” (SINGER, 2002:115). Em outras palavras: uma forma de proporcionar a toda população o mesmo “*bem-estar médio*” dos incluídos no sistema.

Isso não implica que a pobreza e a exclusão tornem as pessoas immanentemente solidárias. “O processo de aprendizado coletivo que vai viabilizar a empresa começa antes mesmo de que ela venha a funcionar” (SINGER, 2003:22). E cada empresa tem sua própria cultura.

É necessário garantir bases de sustentação econômica à economia solidária. É comum a empresa solidária, no início, precisar de suporte externo, que geralmente é dado por universidades, ONGs (organizações não governamentais), incubadoras, sindicatos etc.

“A extraordinária variedade de organizações que compõem o campo da economia solidária permite formular a *hipótese de que ela poderá se estender a todos os campos da atividade econômica*” (SINGER, 2003:23).

A autogestão significa que as decisões devem ser tomadas pelo grupo, de forma democrática, através de critérios determinados em comum acordo, como por exemplo, a repartição da receita líquida entre os cooperados ou a destinação do excedente anual (denominado “sobras”). O que não significa que as mesmas não possam ser assessoradas por um profissional “habilitador”¹⁴.

“A conclusão de toda esta discussão é que a gestão democrática é plenamente compatível com o emprego da competência científica” (SINGER, 2003:21). Existem várias formas de cooperativas ou associações produtivas e, nos chama a atenção o fato de que grande parte das modalidades são autogestionárias. Porém, só agora a economia solidária começa a ser

¹⁴ Termo utilizado por John Turner (1989) para designar o profissional que compartilha os seus conhecimentos com a comunidade.

divulgada pelos meios de comunicação em massa. As iniciativas ainda são muito recentes para que se possa fazer uma avaliação dos resultados. Mas com certeza, “trata-se de uma revolução tanto no nível individual como no social” (SINGER, 2003:28).

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO AUTOGESTIONÁRIO

Toda forma de construção, onde o morador administra e empreende a obra é considerada construção autogestionária. Este modelo não se restringe à autoconstrução; nele o morador pode tanto utilizar mão-de-obra contratada, formal ou informalmente, como obter a ajuda de amigos ou familiares, quanto construir pessoalmente.

É designado processo de construção autogestionário aquele em que o morador participa de todas as decisões tomadas durante a obra, desde a escolha do terreno, passando pelas etapas de projeto, escolha dos materiais de construção, mão-de-obra, técnica construtiva, aprovação do empreendimento nos órgãos competentes, até o gerenciamento financeiro.

Em 2005 foi criado pelo Ministério das Cidades o programa *Crédito Solidário*, que tem como objetivo o “atendimento às necessidades habitacionais de população de baixa renda, por intermédio da concessão de financiamento aos beneficiários finais, *organizados em cooperativas ou associações com fins habitacionais*” (VIBEN/SUFUS/GESEF, 2005:20, grifo nosso).

O Programa de Crédito Solidário admite os seguintes regimes de construção, a critério dos beneficiários finais:

- a) Autoconstrução, pelos próprios beneficiários;
- b) Auto-ajuda ou mutirão;
- c) Administração direta, com contratação de profissionais ou empresas para execução de serviços que demandem maior especialização (VIBEN/SUFUS/GESEF, 2005:20).

Isto é, o processo de construção autogestionário atua como uma cooperativa solidária segundo as definições de Paul Singer.

AS ESTRUTURAS DA AÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO POPULAR

Cabe esclarecer que economia popular, que também é chamada de economia informal, estratégias de subsistência e economia de sobrevivência, é diferente de economia solidária. Para Luiz Razeto (GADOTTI; GUTIÉRREZ, 2005:36) economia popular é:

o resultado das diferentes atividades, iniciativas e experiências que os setores populares, marginalizados crescentemente dos dois grandes sistemas formais de destinação e distribuição de recursos (o mercado e o Estado), vêm tendo que enfrentar, com o objetivo de assegurar sua subsistência e perseguir a satisfação de suas necessidades econômicas.

Já a economia solidária possui como conceito:

um modo de fazer economia que implica comportamentos sociais e pessoais novos, tanto no plano da organização de produção e das empresas, como nos sistemas de destinação de recursos e distribuição de bens e serviços produzidos, e nos procedimentos e mecanismos de consumo e acumulação (GADOTTI ; GUTIÉRREZ, 2005:36).

Segundo Razeto, na economia solidária surge um novo elemento que ele denomina de *fator C*. Na economia convencional temos o *fator K* (de capital) e o *fator L* (de trabalho).

O *fator C* “consiste no fato de que um elemento comunitário, de ação e gestão conjunta, cooperativa e solidária, presente no interior dessas unidades econômicas, produz efeitos tangíveis e concretos sobre o resultado da operação econômica” (GADOTTI ; GUTIÉRREZ, 2005:41).

Para um maior esclarecimento das diferenças entre a economia popular e a solidária, Razeto apresenta um quadro comparativo das estruturas da ação e organização popular, onde foram destacados alguns pontos mais relevantes para essa pesquisa: ¹⁵

¹⁵ A íntegra do quadro se encontra nos anexos.

A AÇÃO REIVINDICATIVA TRADICIONAL	A AÇÃO SOLIDÁRIA ALTERNATIVA
As necessidades básicas insatisfeitas carências são vividas e assumidas como direitos econômico-sociais que têm sido desprezados. Esses tendem a ser compreendidos como direitos que as pessoas têm por igual e que a sociedade deve satisfazer independentemente dos méritos e esforços das pessoas afetadas.	As necessidades integrais e o desenvolvimento das próprias capacidades ou potencialidades são assumidas como direitos humanos. Por esses se entende que se deve respeitar o direito de as pessoas participarem na solução dos problemas e, enquanto associados, o dever de trabalhar e se esforçar pela satisfação das próprias necessidades e aspirações.
Tipo de ação: reivindicativa, perante uma das partes da qual se espera a solução dos problemas.	Tipo de ação: diretamente orientada para a solução dos problemas com o próprio esforço .
Valores fundamentais para o êxito da organização: a unidade, a disciplina na ação e a combatividade.	Valores fundamentais para o êxito: a cooperação e a ajuda mútua , a eficiência e o trabalho.
Tipos de condução: centralizada, hierarquizada e carismática.	Tipos de condução: participativa, descentralizada ou técnica .
A solução de problemas e a satisfação das necessidades são esperadas de um grande agente externo, especialmente o Estado.	A <i>solução</i> dos problemas e a satisfação das necessidades são obtidas a partir dos próprios sujeitos organizados.

FIG 1 – Quadro comparativo das estruturas da ação e organização popular organizado por Razeto.

Fonte: (GADOTTI; GUTIÉRREZ, 2005:52-54, grifos nossos).

É nítido como as ações solidárias alternativas (apontadas por Razeto) se assemelham às ações do processo de projeto participativo. Fica evidente que tanto nessas quanto naquelas, as decisões são tomadas de forma participativa. O mesmo se pode dizer do modelo de gestão *ambiental-participativa* de Bonduki.

Tanto Mike Davis (2006) como Coraggio (2000) mostram que a principal preocupação daqueles que pensam em termos de uma ordem mundial de forma democrática é: como se evitar a continua geração do empobrecimento e da exclusão, dando uma maior estabilidade e sustentação às tendências mais positivas que visam à possibilidade de uma paz mundial?

A resposta está na proposta de um novo paradigma: o *Desenvolvimento Humano* (DH).

Essa proposta parte principalmente dos OI (Organismos Internacionais), fazendo analogia com o Desenvolvimento Econômico, tentando uma uniformização de conceitos e políticas.

Para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) o DH é definido como sendo:

o processo de ampliação do campo de escolhas das pessoas, aumentando suas oportunidades de educação, assistência médica, renda e emprego, cobrindo o espectro completo das escolhas humanas, desde meio ambiente físico saudável até as liberdades econômicas e humanas (informe do PNUD, 1990. CORAGGIO, 2000:40).

A principal regra é o investimento nas pessoas, o que Coraggio (2000) chama de *capital humano*. Mas, convém colocar que diferentemente das políticas anteriores, não se trata de uma proposta de distribuição de renda. “O DH preocupa-se tanto com o desenvolvimento das capacidades humanas como com a sua utilização produtiva” (informe do PNUD, 1990, *in* CORAGGIO, 2000:40).

Mas como operacionalizar esta filosofia do DH e suas eventuais conseqüências sobre os modelos de gestão de políticas públicas? É o que se verá a seguir.

2.5 Educação comunitária e desenvolvimento humano

Alguns autores, como Corragio e Razeto, também utilizam o termo Educação para Todos (ET).

No item anterior foi definido o que é Desenvolvimento Humano. Abaixo, eis como os OI recomendam que políticas públicas invistam no DH.

A versão atual do Índice de DH está baseada em indicadores de expectativa de vida ao nascer, conhecimento – alfabetização e média de escolaridade – e relação produto e renda.

Como principal instrumento, propõe-se a reestruturação do investimento de modo que o centre nas pessoas (capital humano), pois o informe parece antecipar que não haverá um crescimento suficiente da economia mundial capaz de gerar novos recursos financeiros. [...] Isso requer uma transferência de recursos para os setores sociais. [...] Os autores do informe têm claro que não basta criar as capacidades humanas, mas sim garantir sua efetivação (CORAGGIO, 2000:50-51).

Segundo Coraggio (2000) para se produzir e reproduzir recursos humanos aptos para a produção são necessárias outras condições como moradia,

saúde, saneamento etc. Às quais, sabidamente, o mercado não atende de forma eqüitativa.

Na proposta de Jomtein¹⁶, os processos educativos são vistos fundamentalmente como processos de aprendizagem de conhecimentos, capacidades, atitudes e valores necessários para a vida, os quais, em consequência, devem ser avaliados por seus efeitos sobre a qualidade de vida (aprendizagem efetiva) (CORAGGIO, 2000:74).

Ou seja, como diz o ditado popular: “não basta dar o peixe, é necessário que se ensine a pescar”. Dessa forma, uma vez concluída a intervenção do agente promotor, a atividade deverá se auto-sustentar através do capital humano formado pelo processo de intervenção.

Toda vez que um grupo de profissionais se reúne para discutir os problemas básicos de uma determinada área, chega-se a uma conclusão do conhecimento de todos: a educação é o principal desafio. Dessa forma, pode-se dizer que a educação se encontra na base de todas as áreas. Durante algum tempo teve-se a impressão de que o mundo poderia ser modificado através da educação. Mas esta fórmula não é nada fácil, e, muito menos, rápida.

A Educação Popular surgiu com o conjunto de práticas combinadas entre educação para adultos e desenvolvimento local (DL). Com o tempo, e através das experiências realizadas, os conceitos foram se aprimorando e caminhando para o campo da consciência crítica do cidadão.

O termo *consciência crítica* é utilizado por Paulo Freire no desenvolvimento de sua metodologia de alfabetização de adultos. A definição de *consciência crítica*, segundo Paulo Freire, citada no item 2.6; por hora será considerada como via condutora à consciência de cidadania, onde cada indivíduo possui direitos e deveres dentro da comunidade em que vive. Onde “comunidade é isso: contribuir para o bem-estar de todos. Esse é o espírito comunitário: integração de cultura e povos” (GADOTTI, 2005:14).

Segundo José Murilo de Carvalho, é comum se desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais, mas, é preciso que se defina estes conceitos.

¹⁶ Por iniciativa do Unicef, realizou-se em Jomtein – de 5 a 9/03/1990 – a Conferência Mundial sobre Educação para Todos.

Para Carvalho os direitos civis são aqueles fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei. Os políticos “se referem à **participação** do cidadão no governo da sociedade. [...] Sua essência é a idéia de **autogoverno**”. Os direitos sociais incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria¹⁷. Esses “permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade [...] e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A idéia central em que se baseiam é a justiça social” (CARVALHO, 2006:9-10, grifos nossos).

E dessas definições não discrepa Gadotti, com seu conceito de educação comunitária: “educação comunitária significa *organizar a população para o exercício da cidadania e melhorar a qualidade de vida*” (GADOTTI, 2005:15 – grifo do autor).

Pode-se, então, dizer que a educação comunitária, ou educação para todos (ET), parte dos mesmos conceitos da Educação Popular (EP), que, por sua vez, tem como base a pedagogia de Paulo Freire.

Visto mais amplamente, a EP pode ser concebida como uma “corrente educativa”, que engloba uma heterogênea comunidade de agentes que compartilham alguns princípios e métodos básicos aplicáveis e aplicados em geral à educação para adultos, e cuja população de referência são os setores mais despossuídos da sociedade. Esses agentes não estão necessariamente organizados em unidades e redes centradas na EP, nem operam como uma força social autônoma, ao estilo dos movimentos sociais, nem compartilham um mesmo projeto político (nem sequer uma mesma concepção de poder), mas em geral podem caracterizar-se por advogar pelos interesses populares (CORAGGIO, 2000:128).

Assim sendo, conclui-se que a melhor forma para se gerar o DH é investir na educação comunitária ou educação para todos, pois, através da tomada de consciência crítica de uma comunidade em relação aos seus problemas e a autogerência de suas soluções, essa se torna auto-sustentável. Uma vez que a educação comunitária contribui para o processo de identificação e implementação de soluções práticas por parte dos próprios sujeitos que sofrem os problemas, ela também gera, nesses mesmos sujeitos, a autoconfiança para replicar, de forma autônoma, o processo de solução.

¹⁷ A emenda constitucional no.26/2000 acrescentou aos direitos sociais da constituição de 1988 – chamada de constituição cidadã - o direito à moradia.

Para que se possa traçar um paralelo entre a pedagogia desenvolvida por Paulo Freire e o sistema de construção autogestionário, do qual o processo de projeto participativo –objeto deste estudo – faz parte, note-se o item seguinte.

2.6 Algumas notas sobre a pedagogia de Paulo Freire

Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens no vazio. O esforço educativo que desenvolveu o Autor [...] ainda que tenha validade em outros espaços e em outro tempo, foi todo marcado pelas condições especiais da sociedade brasileira (FREIRE, 2005:43).

As idéias de Paulo Freire vão além da esfera pedagógica. Sua preocupação principal é a liberdade que só pode ser alcançada através da participação livre e crítica dos educandos.

A base de sua pedagogia é a formação de uma consciência crítica através do diálogo, permitindo uma nova relação do homem *com* o mundo. Pois, sendo o homem “ser de relações e não de contatos” (FREIRE, 2005:47), estar *com* o mundo é diferente de apenas estar *no* mundo.

Como o mundo não é, o mundo está sendo, só somos porque estamos. Estar sendo é a condição entre nós para ser (FREIRE, 1996)

Observa-se nitidamente sua preocupação com a inclusão do ser humano, de sua inserção num permanente movimento de procura. Sua educação visa um homem-sujeito e não um homem-objeto. Insiste na *integração* – capacidade de ajustar-se à realidade somada à de transformá-la e à capacidade de optar (criticamente) - e não na *acomodação* – atividade puramente humana.

É contra o assistencialismo, pois esse não oferece ao homem “condições especiais para o desenvolvimento ou a ‘abertura’ de sua consciência, que nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica” (FREIRE, 2005:65).

Paulo Freire faz a seguinte análise dos vários graus de compreensão que o homem tem da realidade:

- *Consciência intransitiva* – caracteriza-se pela quase centralização dos interesses do homem em torno de formas mais vegetativas de vida.
- *Consciência transitiva* – o homem dialoga com o homem e com o mundo. É uma esfera mais ampla que a esfera vital. Pode ser:

- *consciência transitiva ingênua ou mágica* – é a primeira fase da consciência transitiva, caracteriza-se pela simplicidade na interpretação dos problemas.
- *consciência transitiva crítica* – é a evolução da primeira fase, caracteriza-se pela profundidade na interpretação dos problemas.

“A crítica para nós implica na apropriação crescente pelo homem de sua posição no contexto. [...] A criticidade como a entendemos, há de resultar de trabalho pedagógico crítico, apoiado em condições históricas próprias” (FREIRE, 2005:69).

Falando sobre a história política do país, Paulo Freire discorre sobre o que ele chama de “nossa inexperiência democrática”, causada pela falta de vivência de autogoverno. Faltou vivência comunitária, devido ao tipo de colonização que ocorreu no Brasil.

Dentro do quadro de mudanças bruscas, que tendiam a colocar o povo em um estado de emersão (massificação) era necessário um novo processo educativo, ultrapassando os limites das instituições estritamente pedagógicas. “Necessitamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política” (FREIRE, 2005:96).

Todo homem, alfabetizado ou não, tem uma relação com e na realidade, relação de sujeito para objeto. Nessa relação, dependendo de sua compreensão, gera uma ação; logo a natureza da ação corresponde à natureza da compreensão.

Paulo Freire considerava necessária uma educação que levasse o homem ao diálogo *com* o outro. “À análise crítica dos seus ‘achados’. Que o identificasse com métodos e processos científicos” (FREIRE, 2005:98)

Como Paulo Freire sempre trabalhou com o povo, primeiro por acreditar nele, e segundo por não acreditar em fórmulas prontas, dizia ter algo a *permutar* e nunca a *oferecer*. Daí a sua necessidade de uma formação crítica, tornando o homem capaz de optar e decidir.

Mas como isso poderia ser feito? Como ajudar o homem

a criar, se analfabeto, sua montagem de sinais gráficos? Como ajudá-lo a inserir-se? [...] A resposta nos parecia estar:

- a) num método ativo, dialogal, crítico e criticizador;
- b) na modificação do conteúdo pragmático da educação;
- c) no uso de técnicas como a Redução e a Codificação (FREIRE, 2005:115).

No seu “Projeto de Educação de Adultos” lançou duas instituições básicas de educação e cultura popular: o *círculo de cultura* e o *centro de cultura*.

O círculo de cultura era usado em lugar da escola, em lugar do professor, o “coordenador de debates”, em lugar de aula discursiva, o “diálogo” e em lugar de aluno, o “participante do grupo”. Os antigos “pontos” (programas alienados) passam a ser uma programação compacta, reduzida e codificada em “unidades de aprendizado” (FREIRE, 2005).

O diálogo deveria ser uma relação horizontal de A com B. Só após a instauração de uma relação de *simpatia* poderia haver comunicação.

DIÁLOGO

com

A $\longleftrightarrow$ B = comunicação / intercomunicação

Relação de “simpatia” entre os pólos, em busca de algo.

MATRIZ: Amor, humildade, esperança, fé, confiança, criticidade.¹⁸

O antidiálogo já tem uma relação vertical de A sobre B.

ANTIDIÁLOGO

Relação de A
“simpatia”
quebrada $\updownarrow$ sobre

B = comunicado

MATRIZ: desamoroso, inumilde, desesperançoso, sem fé, sem confiança, acrítico.¹⁹

¹⁸ Esquema de Paulo Freire (2005:115) - as palavras são as mesmas utilizadas por ele.

A primeira dimensão do novo conteúdo com que o analfabeto desenvolveria a compreensão crítica seria o conceito antropológico de cultura.²⁰

A programação dos debates era fornecida pelo próprio grupo através de entrevistas, objetivando enumerar os problemas que o grupo gostaria de debater.

Para que fosse introduzido o conceito de cultura, foram elaboradas dez situações existenciais “codificadas”, com ilustrações (ver anexo), afim de que através de sua decodificação (debate) o grupo fosse capaz de compreendê-las.

Logo na primeira situação, há o reconhecimento dos dois mundos, natureza e cultura. E qual o papel do homem como sujeito e não objeto. Dessa forma vão se “sucendo outras situações, em que ora se fixam, ora se ampliam as áreas de compreensão do domínio cultural” (FREIRE, 2005:118)

As fases de elaboração e de execução prática do método são:

1. Levantamento do universo vocabular dos grupos com que se trabalha.

Esse levantamento é feito através de encontros informais, que são importantes não apenas para o levantamento da linguagem; mas também para a relação que se trava entre a equipe de educadores e o grupo.

2. Escolha das palavras selecionadas do universo vocabular trabalhado.

Essa escolha é feita sob os seguintes critérios:

- o da riqueza fonêmica;
- o das dificuldades fonéticas;
- o do teor pragmático da palavra, que implica numa maior pluralidade de engajamento da palavra numa dada realidade social, cultural, política etc.

3. Criação das situações existenciais críticas, típicas do grupo com que se vai trabalhar.

¹⁹ Esquema de Paulo Freire (2005:116) – as palavras são as mesmas utilizadas por ele.

²⁰ Segundo o dicionário Aurélio: antropologia = o estudo e reflexão acerca do ser humano, do que lhe é específico; antropologia cultural = antropologia social = ramo da antropologia que trata das características socioculturais da humanidade (costumes, crenças, comportamento, organização social) e que se relaciona, portanto com várias outras ciências.

4. Elaboração de fichas e roteiros – de forma alguma esses devem ser rígidos, herméticos – que auxiliem os coordenadores de debate no seu trabalho.

5. Elaboração de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores.

Segundo Paulo Freire (2005), a maior dificuldade é escolher o quadro dos coordenadores, pois esses deverão ter essa nova postura “dialogal” para que “façam realmente educação e não “domesticação”.”

No final de seu livro *Educação como Prática da Liberdade*, falando de uma experiência, utilizando seu método no Chile, ele apresenta um depoimento de uma participante, que é extremamente pertinente a esse trabalho. Diz a participante:

- “Gosto de discutir sobre isto” - disse ela, referindo-se a uma situação apresentada - “porque vivo assim. Enquanto vivo, porém, não vejo. Agora sim, observo como vivo”.

Terminada a exposição do referencial teórico poder-se-á compreender e introjetar de forma mais inteligível a análise feita sobre o estudo de caso – Projeto Residencial Serra Verde (RSV).

3. PROJETO RESIDENCIAL SERRA VERDE - RSV

Neste capítulo será apresentado o Projeto Residencial Serra Verde, enfocando-se os dados que dizem respeito ao processo de projeto participativo. Um breve histórico do desenvolvimento do projeto RSV se faz necessário para que o processo de projeto participativo, nele empregado, seja melhor compreendido.

No período entre 2001 e 2003, o Departamento de Projetos – PRJ - da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – EAUFGM – desenvolveu a pesquisa Mutirão São Gabriel – MSG. Segundo Malard em Aguiar (2007:58) esta pesquisa “trouxe, dentre seus pressupostos, a busca pelo efetivo poder de decisão dos mutirantes nas etapas de concepção, execução e controle do empreendimento”.

Devido à oposição dos moradores da região onde se implantaria o MSG, a Prefeitura destinou o terreno, que havia sido conquistado pela ASCA-BH – Associação dos Sem Casa do Bairro Betânia e Regiões de Belo Horizonte – à implantação de uma escola municipal infantil.

Segundo o registro de Aguiar (2007:61-62):

No ano de 2004, [...], surge a perspectiva de prosseguir o trabalho, através de uma abordagem mais complexa e abrangente. Paralelo a isso surge o programa de financiamento federal Crédito Solidário, responsável por uma canal direto entre as agências de fomento, as associações pró-moradia e os futuros moradores. [...] a Prefeitura de Belo Horizonte, através do OPH²¹, outro agente da parceria, tornou-se responsável pela cessão do terreno, assim como de uma quantia de R\$ 5.000,00 por unidade para a execução do empreendimento. [...] No caso específico do projeto RSV, as atividades de projeto seriam financiadas pelo FINEP²². Assim surge o projeto Residencial Serra Verde (RSV), em uma parceria composta pela UFMG (Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental – DESA, vinculado à Escola de Engenharia, Departamento de Projetos – PRJ, vinculado à Escola de Arquitetura, Centro de Desenvolvimento Econômico e Planejamento Regional – CEDEPLAR, vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas – FACE), PUCMINAS²³, SMAHAB/PBH²⁴, ASCA-BH e Caixa Econômica Federal (CAIXA), além do apoio dos Ministérios do Desenvolvimento

²¹ OPH – Orçamento Participativo da Habitação – programa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Ver site www.pbh.gov.br – habitação – programas e projetos.

²² FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, Ministério da Ciência e Tecnologia.

²³ PUCMINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

²⁴ SMAHAB/PBH – Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura de Belo Horizonte.

3.1 O que é o projeto RSV

Segundo a justificativa apresentada pelos coordenadores do projeto RSV à FINEP, a solução do déficit habitacional brasileiro deveria englobar “ações cooperativas entre as diversas esferas do governo, as instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas, as associações comunitárias representativas dos movimentos sociais e a participação ativa da comunidade beneficiária” (MALARD *et al*: 2005-2007).

O RSV foi concebido como um empreendimento habitacional autogestionário, um empreendimento onde a administração tanto física quanto financeira da obra deve ser de responsabilidade da comunidade beneficiária.

De acordo com pesquisas anteriores de Malard, a principal dificuldade para o desenvolvimento de programas habitacionais autogestionários é a variada gama de casos, devido ao fato de que os recursos humanos disponíveis são também variáveis. Dessa forma torna-se necessária uma pesquisa que permita gerar os conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento de uma metodologia passível de ser replicada futuramente.

somente através de processos educativos poderemos aumentar a participação comunitária e aperfeiçoar a autogestão habitacional. O caminho é atuar intensamente na questão instrucional de treinamento e de formação para o trabalho e para o exercício da cidadania (MALARD *et al*: 2005-2007).

Dessa forma, extrai-se o objeto de trabalho do projeto RSV:

construir um empreendimento habitacional piloto, inscrito na demanda da Associação dos Sem Casa do Bairro Betânia e Região de Belo Horizonte – ASCA BH – articulando, de um lado, o conhecimento técnico e científico desenvolvido na UFMG e na PUCMINAS e, de outro, a política habitacional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, através da Secretaria de Habitação, com o apoio financeiro da Finep e da Caixa Econômica Federal. Trata-se, pois, da construção de um modelo de autogestão habitacional passível de ser replicado para a superação das precárias condições de moradia da população de baixa renda do país. Esse modelo deverá assegurar: a efetiva participação da comunidade nas decisões de planejamento físico da área e de projeto das moradias; a capacitação profissional de jovens e adultos; a inclusão digital; a associação cooperativa para a geração de emprego e renda;

o desenvolvimento comunitário; a sustentabilidade habitacional; o exercício pleno da cidadania (MALARD *et al.*: 2005-2007).

3.2 Parceiros e intervenientes

Os parceiros do projeto RSV são:

- FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, que contribuiu com apoio financeiro;
- UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, participando com o desenvolvimento e a pesquisa;
- ASCA-BH – Associação dos Sem-Casa do Bairro Betânia e Regiões de Belo Horizonte, ficando a cargo da organização da comunidade juntamente com a União Estadual por Moradia Popular – UEMP;
- PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, doando o terreno e apoiando financeiramente à construção das moradias, com uma verba de R\$5.000,00 por moradia;
- CAIXA – Caixa Econômica Federal, que através do Crédito Solidário, financiou o empreendimento com o valor de R\$20.000,00 por moradia;
- PUCMINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, participando através de fornecimento de assessoria técnica à construção do empreendimento;
- COPASA – MG – Companhia de Águas e Saneamento, doando os hidrômetros para a medição individual de água das moradias.

As coordenações do RSV foram assim distribuídas:

- Coordenação Geral, Coordenação de Projetos e Coordenação de Informática: Profa. Maria Lúcia Malard – Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da UFMG;
- Coordenação de Saneamento: Prof. Carlos Augusto de Lemos Chernicharo, Profa. Lisete Celina Lange e Prof. Valter Lúcio de Pádua – Departamento de Engenharia Sanitária da Escola de Engenharia da UFMG;
- Coordenação de Economia Solidária: Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór – CEDEPLAR da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG;

- Coordenação da Assessoria à Obra: Profa. Margareth Maria de Araújo Silva – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUCMINAS.

3.3 Quais os seus objetivos

Os objetivos específicos, ou metas físicas, do projeto RSV, apresentados à FINEP são:

- elaborar o projeto arquitetônico completo, incluindo detalhamento técnico construtivo, e urbanístico com a implantação de 76 moradias para famílias de baixa renda;
- elaborar os projetos complementares de engenharia (estrutura e instalações prediais);
- elaborar o projeto de saneamento básico da área onde se assentará o Residencial Serra Verde e os projetos executivos pertinentes;
- elaborar o material instrucional eletrônico e os vídeo games educativos para treinar os membros da comunidade que participarão da construção do RSV;
- fazer o planejamento e o orçamento da obra e organizar o pacote do projeto executivo para a construção do RSV;
- implementar ações de economia solidária no âmbito da autogestão, em conexão com a assistência técnica, visando a redução de custos;
- padronizar procedimentos técnicos e instrucionais de autogestão habitacional informatizada, visando sua aplicação a outros contextos;
- promover o desenvolvimento social através de ações educacionais e de economia solidária, para a geração de emprego e renda do RSV;
- prestar assistência técnica e social à comunidade durante o primeiro ano do pós-morar, visando sua adaptação ao novo modo de vida associativa;
- desenvolver tecnologias apropriadas ao processo autogestionário, considerando a construção e manutenção do empreendimento (sustentabilidade condominial);
- prestar assistência técnica à construção do RSV, incorporando tecnologia de informática para aperfeiçoar a autogestão e o processo de produção;

- promover a flexibilidade para adaptações futuras;
- construir, no canteiro de obras do RSV, as instalações físicas de apoio às atividades de formação e treinamento, tais como “telecentro”, creche e sala “multimeios”;
- promover a apropriação comunitária do território e a acessibilidade ambiental.

3.4 Localização do empreendimento

O terreno cedido pela PBH para a instalação do RSV localiza-se em área de habitação de interesse social, denominada, pela SMAHAB, de Mar Vermelho. Nessa mesma área encontra-se outro empreendimento, o Mar Vermelho, em desenvolvimento por uma equipe vinculada à PUCMINAS.

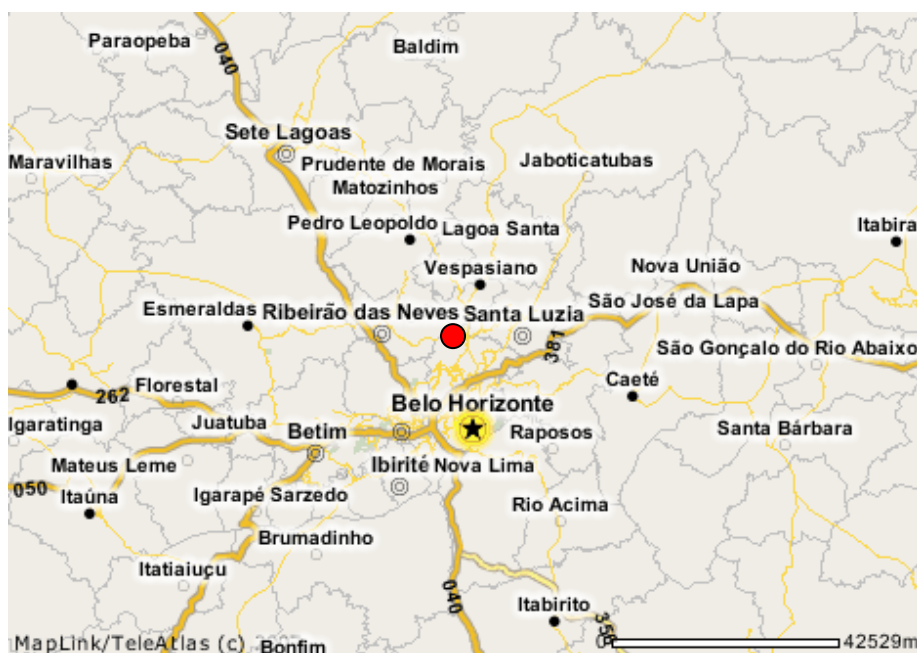


FIG 2 – Mapa “visão geral”

Fonte: site www.telelistas.net

O empreendimento encontra-se localizado na Cidade de Belo Horizonte, no Bairro Serra Verde, limite do município com Santa Luzia e Vespasiano.

Dentro das obras programadas pelo governo do estado, há o estudo da transferência das secretarias estaduais para o local onde hoje se encontra o Jockey Clube. O projeto do novo centro administrativo da capital é de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer. Dessa forma, espera-se um crescimento econômico, considerável, para a região.

Na região encontram-se outros conjuntos habitacionais, bem como o CEVAE (Centro de Vivência Agroecológica) e o SEST/SENAT²⁵, além da Escola Municipal José Maria Alkimin, da Escola Estadual Getúlio Vargas e do Centro de Saúde Serra Verde. Observa-se também a presença de creches, comércio local, campos de futebol e serviços especializados de pequeno porte. O bairro é servido por 4 linhas de ônibus.

²⁵ SESTS/SENAT – Serviço Social de Transporte / Serviço Nacional de Aprendizagem do Trânsito.



FIG 5 – Mapa de Inserção

Modificações feita pela autora.

LEGENDA

- 1 – Jockey Clube
- 2 – CEVAE – Centro de Vivência Agroecológica
- 3 – SEST/SENAI – Serviço Social de Transporte/ Serviço Nacional de Aprendizagem do Trânsito
- 4 – Escola Municipal José Maria Alkimin
- 5 – Escola Estadual Getúlio Vargas
- 6 – Centro de Saúde Serra Verde.
- 7 – Conjunto União
- 8 – Terreno do RSV

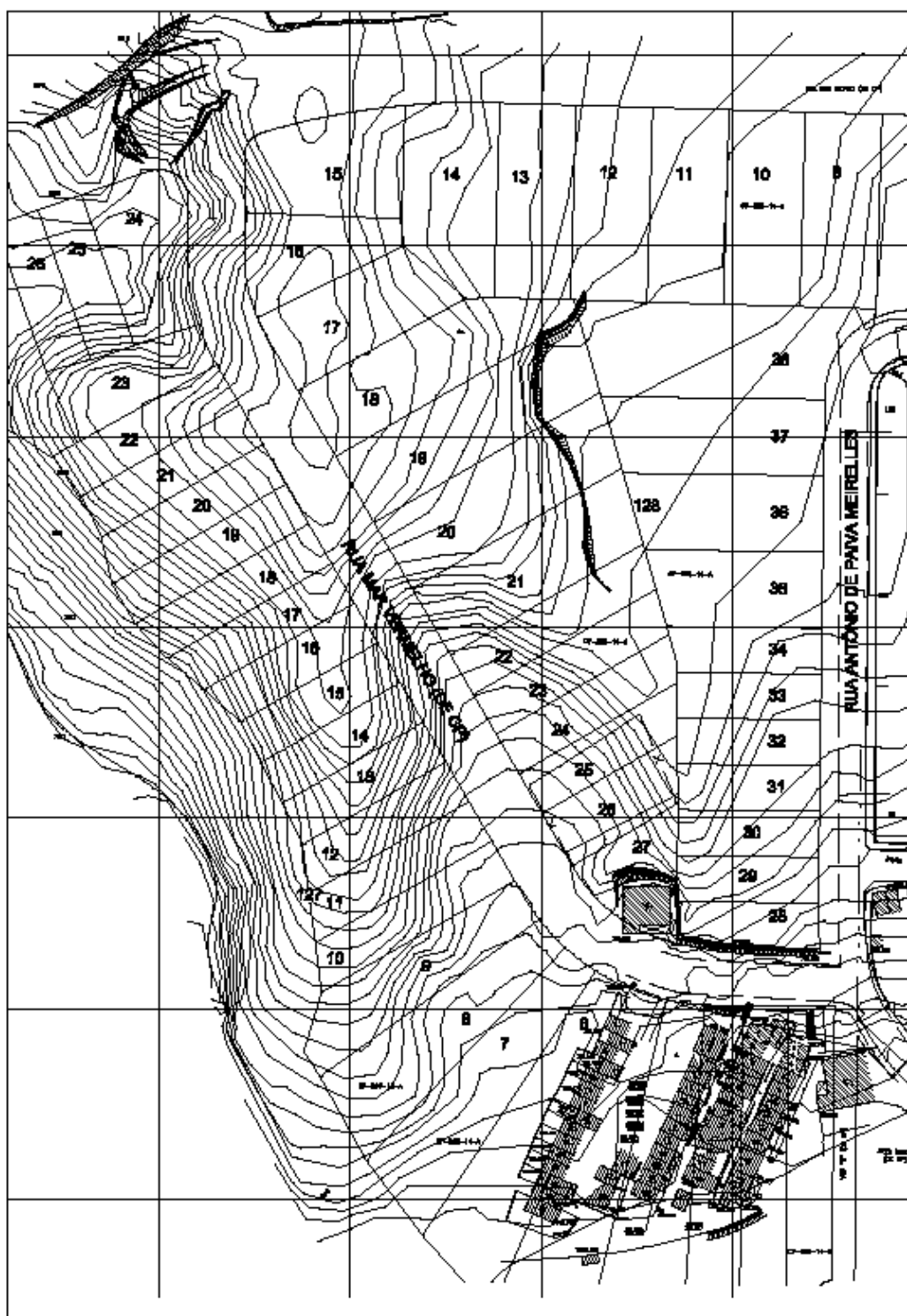


FIG 6 – Mapa topográfico.



FIG 7 – Foto do entorno imediato ao terreno.

O terreno tem como limites: a Rua Mar Vermelho e Rua Mar Morto, sendo que essas não se encontram completamente implantadas, devido a sua grande declividade. Atualmente as ruas implantadas mais próximas são a Rua Antônio de Paiva Meirelles e um pequeno trecho da Rua Mar Vermelho.



FIG 8 – Pequeno trecho da Rua Mar Vermelho. Nota-se a utilização do terreno com área de “varal” do Conjunto União.

Vizinho ao RSV está o Conjunto União²⁶ criado em janeiro de 1998, para 65 famílias. Esse conjunto encontra-se completamente modificado em relação ao

²⁶ Ver sobre a história do Conjunto União no Estudo de Viabilidade para Implantação do Residencial Mar Vermelho (MALARD *et al.*: 2005-2007).

que foi entregue. A maioria dos moradores completou sua residência com um segundo pavimento. “Observa-se também que algumas áreas foram ocupadas, estendendo a construção sobre a circulação coletiva, deixando assim apenas um beco estreito. Além disso, as casas localizadas nas extremidades do Conjunto foram ampliadas sobre áreas coletivas remanescentes” (MALARD *et al*: 2005-2007).



FIG 9 – Conjunto União.

É importante notar que a população do Conjunto União possui baixa escolaridade e alto índice de desemprego, enquanto que a comunidade do RSV possui em média renda familiar entre 1 a 3 salários mínimos, sendo que 25% deles está na faixa de 3 até 5 salários mínimos. Aliás, condições necessárias para se candidatar ao crédito solidário. Desta forma a integração do Conjunto União com o RSV demanda uma atenção especial, por parte dos “gestores” do projeto.

3.5 Como será executada a análise do RSV

A análise foi feita dentro do recorte que engloba o processo de projeto participativo até a elaboração do regulamento de obras. A idéia inicial era de se estender até a fase da execução da obra, mas devido aos vários atrasos do cronograma do RSV, originados pelo processo de aprovação das famílias pela

CAIXA e conseqüentemente à liberação dos recursos para o início das obras, decidiu-se diminuir o recorte até a aprovação do regulamento de obras.

Das 77 famílias que seriam estudadas, a análise se restringiu às 33 que participaram de todo o processo de projeto, uma vez que, seria improdutivo estudar as famílias que não participaram dessa fase. As 44 famílias restantes não participaram devido ao lento processo de cadastramento junto à CAIXA.

O objetivo é analisar, com vistas na pedagogia de Paulo Freire, a participação das famílias, futuros moradores, no processo de projeto participativo, e como seria possível potencializar esta participação através da referida pedagogia.

De outro lado, também será analisada a participação da equipe de arquitetos, junto com as famílias no processo de projeto, principalmente no que se refere à formação do arquiteto. Ou seja, qual a diferença da formação profissional do arquiteto que trabalha com o processo de projeto tradicional, ou comercial, para aquele que trabalha com o processo de projeto participativo?

O próximo capítulo apresentará a pesquisa desenvolvida. A análise crítica mostrará como foi desenvolvido o processo de projeto do RSV, os questionários aplicados junto às famílias participantes indicarão o nível de envolvimento dessas com o projeto e as entrevistas com os arquitetos apontarão as necessidades sentidas por eles durante o processo.

4. A PESQUISA

Some of this knowledge will have been acquired from systematic reading, some from personal experience and observation. But all of it remains passive knowledge until the moment it is used in the processes of thinking²⁷ (FRIEDMANN,1987:393).

De acordo com a citação acima - com a qual se concorda – pode-se dizer que conhecimento é a junção da teoria com a prática, sendo que a última contém a experiência e a observação. Partindo desse pressuposto é que se desenvolve o presente trabalho.

4.1 Metodologia empregada

O objetivo desta pesquisa é verificar qual o papel do arquiteto no desenvolvimento de projetos arquitetônicos participativos de interesse social. Também é de interesse analisar como se alteram as relações entre os arquitetos da equipe técnica, e desta com o novo cliente - as cooperativas habitacionais de autogestão - no processo de projeto participativo.

Assim sendo, os dados analisados não são passíveis de serem conhecidos de forma objetiva. São dados subjetivos, que tratam da relação entre indivíduos, aos quais são agregados significados. Não é relevante a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas sim a sua compreensão.

Trata-se, pois, de uma pesquisa qualitativa onde é usado um “estudo de caso”, como é feito na medicina, para que se compreenda um fenômeno a partir do estudo intenso de um único caso.

Sendo parte integrante do grupo pesquisado, para se evitar o ponto de vista pessoal, são utilizados os métodos de observação participante e entrevistas em profundidade, permitindo assim que os dados obtidos sejam confirmados.

Apresenta-se, em seguida, um diagrama do roteiro metodológico adotado.

²⁷ Alguns destes conhecimentos terão sido adquiridos de uma leitura sistemática, outros de experiências pessoais e observação. Mas tudo isto permanecerá como conhecimento passivo até o momento em que for usado no processo de pensar (tradução nossa).

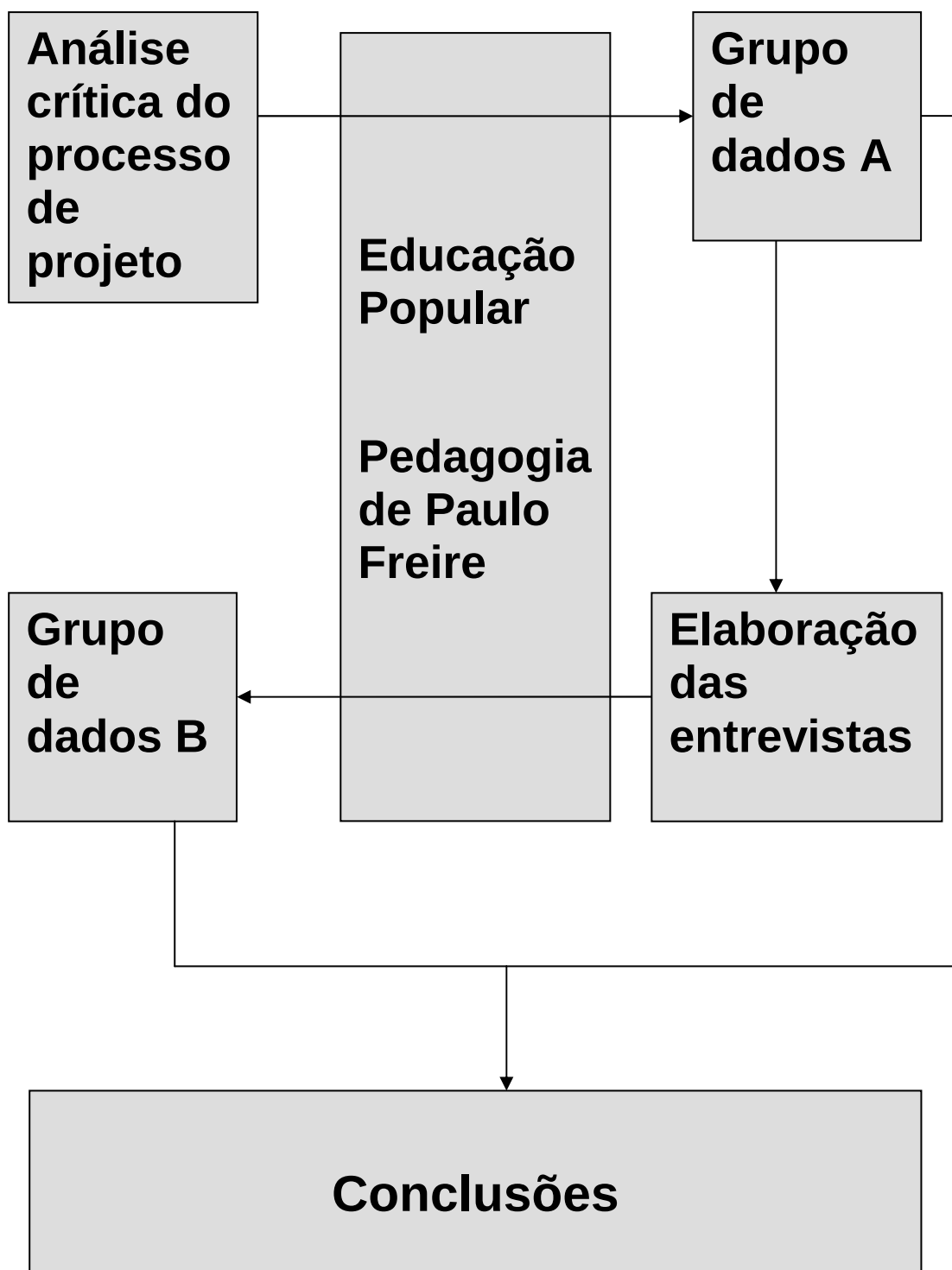


FIG 10 - Diagrama do roteiro metodológico da pesquisa.

Fonte: elaborado pela autora.

Para a observação participante foram feitos relatórios das reuniões e dos workshops realizados no projeto RSV - Residencial Serra Verde. Esses foram submetidos à análise detalhada sob a ótica da pedagogia Paulo Freire.

Os dados obtidos, com esta análise (grupo de dados A) serviram de base para a elaboração dos roteiros de entrevistas que serão utilizados na pesquisa em profundidade. Essa pesquisa será composta de uma série de entrevistas com os demais participantes do projeto, ao longo do processo de desenvolvimento.

Serão confrontados os dados resultantes da observação participante (grupo de dados A), com os da pesquisa em profundidade (grupo de dados B). Esse conjunto será analisado com vistas à proposição de diretrizes que possam auxiliar em futuros projetos.

Para facilitar a compreensão da metodologia de pesquisa empregada, é feita uma breve apresentação das análises e das entrevistas elaboradas:

3.2 – ANÁLISE CRÍTICA DO PROCESSO DE PROJETO

Trata-se de uma coletânea de observações colhidas ao longo do processo de execução do projeto arquitetônico, seguidas de análises críticas embasadas nos pontos levantados na bibliografia estudada.

3.3 – ENTREVISTAS

Com base nos dados obtidos na análise crítica foram levantadas as questões a serem estudadas através das entrevistas, visando o estudo das hipóteses apresentadas.

3.3.1-Entrevistas com a comunidade

3.3.2-Entrevistas com os arquitetos

3.4-ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

Aqui será feito o cotejo entre os itens 3.3.1 e 3.3.2

O objetivo é analisar qualitativamente, através de uma abordagem crítica, os procedimentos adotados no processo de projeto participativo de habitações de interesse social. A intenção principal é produzir um elenco de sugestões críticas que possam ser utilizadas para se aprimorar esse novo processo de produção habitacional, corrigindo eventuais distorções.

Segue-se, então, para a íntegra dos itens acima apresentados.

4. 2 Análise crítica do processo de projeto

Com base nos pontos levantados no estudo da bibliografia apresentada, levanto-se uma série de observações críticas das principais atividades desenvolvidas durante o processo de projeto participativo de interesse social do grupo RSV. As observações serão apresentadas seguindo a ordem cronológica dos fatos para que se possa observar a evolução do processo.

Como o interesse da pesquisa está tanto no grupo de arquitetos integrantes da equipe técnica como no grupo das famílias cooperadas, a análise recairá sobre esses dois grupos. Para cada reunião, ou evento a ser analisado, será primeiro apresentado um relato das discussões de maior interesse para esta pesquisa. Logo após, se fará a análise crítica das mesmas.

3.2.1 REUNIÃO 1 – ARQUITETOS

I – Descrição dos procedimentos

Nessa primeira reunião estiveram presente os arquitetos da EAUFMG e os arquitetos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, parceira do empreendimento. No início dos trabalhos, foi apresentado o projeto do Mutirão São Gabriel²⁸, onde alguns itens comuns aos dois empreendimentos foram discutidos.

Passou-se, então, à apresentação do terreno entrando em pauta a discussão sobre sua localização, acessos principais, topografia e entorno. Mostrou-se a preocupação de se integrar a comunidade do assentamento vizinho, Conjunto União²⁹, com o novo empreendimento.

Decidiu-se que uma das principais variáveis a serem consideradas na implantação (além dos parâmetros usuais) seria a acessibilidade, uma vez que a via local de acesso possui elevada inclinação. Foi sugerido que se fizessem vários estudos, inclusive uma solução que fosse “híbrida”, alterando o parcelamento do solo, e preservando a largura da via de acesso, mesmo no caso dessa ter seu traçado alterado.

²⁸ Ver sobre o Mutirão São Gabriel no capítulo 2.

²⁹ Ver sobre a história do Conjunto União no capítulo 2.

Foi debatido o fato de que o RSV, por se tratar de um projeto de pesquisa, deveria apresentar estudos que contemplassem as questões sociais, financeiras e legais, de forma a atender a todas as variáveis, com a preocupação de não tornar, porém, a qualidade da habitação refém daquelas.

Discutiu-se, junto aos arquitetos da Prefeitura, que terrenos que hoje são considerados inadequados podem, através de estudo e planejamento, tornarem-se aproveitáveis, evitando sua recorrente ocupação por favelas, o que é, atualmente a realidade de Belo Horizonte.

Foi então analisada a melhor forma de implantação do conjunto em relação ao número de pavimentos e à necessidade de se utilizar elevador, uma vez que esse equipamento oneraria o custo da edificação. Surgiu uma dúvida com relação à legislação. O número de pavimentos permitidos sem o uso do elevador seria contado em relação à rua ou ao primeiro nível de apartamentos? No entendimento de alguns seria em relação à rua devido a lei de incêndio; já outro grupo acreditava que seria em relação ao primeiro nível de apartamentos, por questões de vizinhança. Vale ressaltar que os técnicos da Prefeitura consideravam que o número de pavimentos deveria ser em relação ao primeiro nível de apartamentos, mas não sabiam justificar tal consideração.

Suscitou-se ainda, que tal lei poderia ter sido baseada em parâmetros europeus, desconsiderando sua funcionalidade dentro da nossa realidade econômica, climática e social. Sugeriu-se que o equipamento – elevador - constasse do projeto, podendo sua instalação ser realizada pós habite-se, quando as famílias estivessem melhor articuladas entre si, e com suas finanças mais estabilizadas.

Quanto ao número de unidades a serem construídas, ficou estabelecido que o compromisso assumido junto à Finep³⁰, era de se alocarem 76 famílias. A direção da equipe técnica sugeriu que se alocassem essas famílias na melhor área possível, mas que se trabalhasse com a possibilidade de adensamento, possibilitando a instalação de maior número de unidades, servindo-se de uma infra-estrutura que seria dividida por um número maior de pessoas, reduzindo assim seu custo unitário.

³⁰ Finep – Financiadora de Estudos e Projetos.

Foram investigadas as contingências que oneram a habitação de baixa renda. Criticou-se que tais fatores se tornam excludentes. Ou seja, a sustentabilidade habitacional deve ser pensada durante o processo de projeto. Sobre este aspecto, foram levantadas questões sobre o valor do condomínio, e como o valor da conta de água, incluída no condomínio, é um gerador de problemas no pós-morar, uma vez que, sendo a cobrança realizada em fatura única, a inadimplência de alguns condôminos gera o corte da água de todo o condomínio, inclusive daqueles moradores que pagam o condomínio em dia.

Ainda falando sobre a sustentabilidade habitacional, sugeriu-se à Prefeitura que uma equipe de psicólogos acompanhasse o processo do pós-morar. Como os novos moradores não estão habituados a residir em edifícios de apartamentos, a questão educacional do “viver em comunidade” deveria ser enfrentada.

Voltando à questão da implantação, foi discutido qual seria o uso a ser dado à área de preservação. A simples preservação, *per si*, pode gerar problema se não lhe for dado um uso adequado. De acordo com experiências anteriores, foi constatado que, nessas áreas, quando não utilizadas pela própria comunidade, cria-se um círculo vicioso: a área é tomada pelo vandalismo e o vandalismo inibe os possíveis usuários das áreas.

A possibilidade da despadronização das unidades habitacionais, em relação à área construída, também foi discutida. Chegou-se à conclusão de que essa despadronização não seria correta, o que foi chamado de “fabricação de renda”, pois a despadronização das unidades geraria valores de venda também despadronizados. E o financiamento prevê a equidade dos valores a serem concedidos.

Segundo a fala de um participante: “o mesmo sistema deve ser adotado para todos. O que der para um deve ser dado para todos, [...] se despadronizar a unidade deve despadronizar o valor da parcela do financiamento”.

Ficaram decididas as seguintes estratégias a serem adotadas para a continuidade dos trabalhos:

- projetar unidades com área aproximada de 50 metros quadrados (43 metros quadrados internos);

- aplicar o conceito de unidade embrião;
- usar como parâmetros não só os legais mas também os de qualidade de habitabilidade, conforto térmico e acústico. Ou seja, criticar os parâmetros urbanísticos à luz de questões que garantam uma boa habitabilidade, pois em se tratando de um projeto de pesquisa, é obrigação do grupo fazer essa crítica para fornecer novos parâmetros;
- discutir com as famílias cooperadas qual seria a prioridade dos parâmetros de habitabilidade;
- considerar a possibilidade de crescimento das unidades, por se tratar de um requisito básico das famílias cooperadas;
- solucionar o problema da área de serviço. Esta reivindicação é recorrente entre as famílias. Pelo que se percebeu, o problema se resume em secar a roupa de forma vigiada.

II - Análise

Quando se apresentou o projeto do Mutirão São Gabriel, ficou clara a preocupação de que os programas desenvolvidos, com alguma forma de subsídio do governo, fiquem reféns das políticas administrativas que nem sempre cumprem sua parte no trato. Pois no caso citado, depois do trabalho executado, a Prefeitura retirou o subsídio que seria concedido, inviabilizando o empreendimento, o que gera frustração não apenas às famílias beneficiadas como também à equipe técnica que desenvolve o trabalho. Uma vez que não se tem a conclusão do trabalho.

Já a preocupação levantada em relação ao Conjunto União mostra o surgimento de uma nova variável a ser trabalhada no processo de projeto participativo. A preocupação com a integração não é apenas formal ou ambiental, mas social e pós-ocupacional, uma vez que a idéia é de valer-se concomitantemente da utilização de mão-de-obra disponível, principalmente dos jovens do Conjunto União, durante as obras de construção do RSV.

Outra variável que surge é a discussão sobre a mudança da legislação para se viabilizar os empreendimentos de interesse social. Essa variável surge em dois momentos. Em um primeiro, quando os arquitetos da Prefeitura concordaram

com a possibilidade de se alterar a lei, tornando uma via de acesso “condominial” em “local”, uma vez que a largura estaria de acordo com a da via original. Em outro, na discussão sobre a necessidade de instalação do elevador. É pertinente dizer que além da legislação suscitar dúvidas, por vezes não tem amparo lógico, técnico ou mesmo explicativo.

No primeiro caso observa-se o papel de convencimento do arquiteto junto aos órgãos legisladores em aceitar inovações embasadas tecnicamente. Ou seja, propor soluções alternativas que inclusive questionem essas variáveis, tentando gerar novos parâmetros que possam estimular a ocupação habitacional. O arquiteto como questionador dos parâmetros pré-estabelecidos, levando a uma releitura da legislação visando potencializar os fins pretendidos.

Mais uma vez, os arquitetos reivindicam uma maior flexibilização da legislação em função do bem estar social, utilizando a técnica e a confrontação da realidade. Veja-se que é recorrente o questionamento da flexibilização da legislação frente a um empreendimento de interesse social.

Quando fica determinado que o projeto deveria trabalhar com a possibilidade de adensamento, pode ser observada a preocupação do arquiteto com a variável “custo final”. Esse fato se encontra presente também no projeto “comercial”, porém, in casu, a razão não é apenas viabilizar o empreendimento, como primordialmente atender um maior número de clientes finais: uma razão mais social do que comercial!

Fica explícita outra variável a ser trabalhada pelo arquiteto: a sustentabilidade habitacional, durante a investigação das contingências que oneram a habitação de baixa renda. Neste caso específico, foi sugerido que se instalasse um hidrômetro para cada apartamento, permitindo assim, que as contas de água fossem mesuradas e cobradas de forma individualizada. Parece óbvio que a questão custo, com a instalação de maior número de hidrômetros, deveria ser solucionada.

Mais uma variável: a preocupação com o bem estar da comunidade. Problemas que são antevistos e alertados para quem é de competência resolver. É uma postura nova, pois, para os modernistas o espaço construído por si só deveria equacionar todos os problemas sociais.

No momento em que a discussão sobre a implantação volta-se para qual seria o uso mais adequado a ser dado à área de preservação, descortina-se a preocupação com o entorno em termos de preservação ambiental. O entorno passa a ser toda a região e não apenas o entorno próximo. A preservação ambiental pode – e deve – andar, *par i passu*, com atividades que lhe garantam a sustentabilidade.

Já no debate sobre a possível despadronização das unidades, apresenta-se mais uma exigência no papel do “novo” arquiteto: o de gerir e controlar a distribuição dos benefícios de forma equânime, justa e racional.

3.2.2 REUNIÃO 2 – ARQUITETOS

I – Descrição dos procedimentos

Estiveram presentes os arquitetos da EAUFMG, o arquiteto convidado da USIMINAS³¹ e dois representantes das famílias cooperadas. A intenção dessa reunião foi testar novas possibilidades de técnicas estruturais, além de possível parceria com o setor privado.

Apresentou-se o projeto RSV para o arquiteto convidado, ressaltando as vantagens que a USIMINAS poderia obter se tornando parceira no empreendimento:

- visibilidade nacional, por se tratar de um projeto piloto, e criação de novo nicho de mercado;
- disponibilização do corpo técnico da equipe para estudos de viabilidade da utilização do sistema USIMINAS;
- área de pesquisa a ser trabalhada com o apoio dos financiadores do programa;
- formação de mão-de-obra treinada no uso da nova tecnologia, facilitando a ampliação do mercado da mesma;
- utilização da marca USIMINAS na divulgação dos resultados, atrelada a um projeto de desenvolvimento comunitário;
- etc.

³¹ USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A.

O arquiteto da USIMINAS relatou uma experiência de utilização de estrutura metálica como solução estrutural em conjuntos habitacionais.

A Prefeitura de Serra, no Espírito Santo, através do sistema de mutirão assistido, entregou um conjunto com 300 casas para a população. As 100 primeiras unidades foram desenvolvidas com o processo construtivo da USIMINAS que utiliza uma solução mista: kit metálico + material de construção.

Na segunda fase, de mais 100 unidades, ocorreu uma alta no custo do aço, o que obrigou a Prefeitura a utilizar o sistema estrutural de concreto tradicional. Já terceira fase, optou-se pela volta do aço devido à facilidade que este proporciona na administração da construção.

O arquiteto fez saber que o custo atual do aço no mercado internacional inviabiliza sua utilização em obras cuja especificação técnica permite o uso de alternativas. Mas, aposta que o mercado terá um recuo e a questão custo poderá ser equalizada.

Como sugestão para se reduzir o custo, é necessário promover a padronização das peças a serem utilizadas. Os estudos desenvolvidos pela empresa levam à solução de edifícios de 4 pavimentos no chamado formato “H”³².

II - Análise

Surge aqui uma variante de uma variável encontrada no projeto “comercial”: viabilizar custos com a utilização de novas tecnologias. A diferença é a abordagem feita com o futuro parceiro. No caso acima, já se previa que o custo inviabilizaria a parceria, mas além de se confirmar a possibilidade, tentou-se sensibilizar o possível parceiro privado, para que esse participasse do projeto com algum subsídio para tornar possível a utilização da nova tecnologia gerando ganhos para o empreendimento, como menor tempo de construção, agilidade de montagem etc.

3.2.3 REUNIÃO 3 – ARQUITETOS

I – Descrição dos procedimentos

Estiveram presentes os arquitetos da EAUFMG.

³² Ver sobre USITETO no site www.usiminasmecanica.com.br

Quatro soluções de plantas para as unidades habitacionais foram apresentadas:

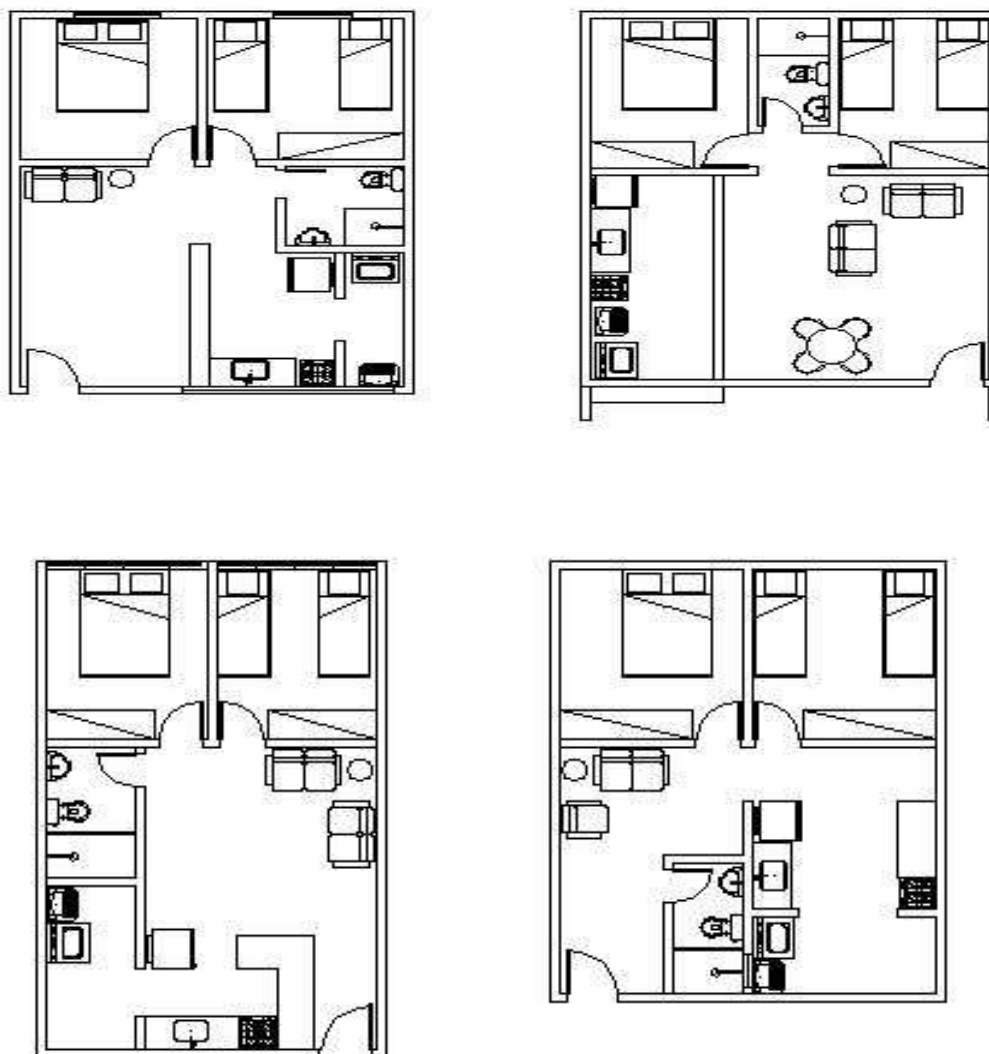


FIG 11 –Soluções, iniciais, para a chamada unidade habitacional embrião.

Foi discutida a ventilação do banheiro. A questão era se se deveria consumir área de ventilação privilegiada com o mesmo, ou usá-la em ambientes de permanência prolongada. O uso de ventilação mecânica para o banheiro oneraria o custo final. Decidiu-se, então, levar tal questão para a reunião com as famílias cooperadas.

Ao rediscutir a implantação, sugeriu-se que esta deveria proporcionar uma área de convivência com acesso livre e comum a todos os moradores, fomentando o espírito de comunidade. Tal área deveria ter localização estratégica de forma que permitisse sua visualização de todos os pontos e principalmente de todas

as unidades habitacionais. As vantagens seriam muitas: ausência de áreas “escuras”, “escondidas”, vigilância constante, não sendo considerada residual e não propiciando o uso indevido.

A questão do crescimento futuro das unidades foi uma discussão longa e acalorada. Depois do debate foram colocados todos os pontos de vista:

- a possibilidade de crescimento deveria ser dada a todos;
- arquitetonicamente é uma possibilidade interessante, mas as soluções sempre esbarram no custo;
- a área destinada ao crescimento poderia ser objeto de invasão;
- por se tratar de área de encosta e a população não dominar a técnica que viabiliza este crescimento, o acompanhamento técnico posterior se faria necessário;
- a lógica do crescimento horizontal é diferente da do vertical. No vertical o controle é necessário e o ônus do custo da fundação deve ser considerado;
- com base em pesquisas anteriores constatou-se, que quando há espaço, este crescimento acontece. Mas, essas mesmas pesquisas nos mostram que a área final da unidade, com o crescimento, fica em torno de 56 metros quadrados;
- o crescimento deve ser estimulado ou não? Por que não se pensar na possibilidade do morador poder adquirir a unidade vizinha para executar tal crescimento?

Ao final decidiu-se que quem “apostasse” no crescimento deveria apresentar um estudo, solucionando todos os problemas levantados, para apreciação dos cooperados.

Levantou-se então a hipótese dessa expansão ocorrer no nível térreo, e ser utilizada de forma comum pelos cooperados. Normalmente é o que ocorre com o pilotis. Após o habite-se, esse é utilizado como salão de festas ou espaço para igrejas. Com o objetivo de redução do custo do condomínio, sugeriu-se que tal área fosse destinada ao comércio, com utilização pelos próprios cooperados ou alugada, gerando renda para o condomínio. Trata-se de uma área de grande potencial, uma vez que poderá ser trabalhada junto ao

programa desenvolvido pela economia solidária, que pretende desenvolver a agricultura urbana e a geração de empregos.

Dentro do programa de necessidades do RSV há uma área destinada ao reaproveitamento do lixo, onde esse deverá ser processado. Sugeriu-se criar também uma área onde os produtos desse reaproveitamento possam ser comercializados.

II - Análise

Vê-se que a solução das questões que fogem do campo puramente técnico devem contar com a participação das famílias cooperadas, trazendo assim sua contribuição para o produto final. São novamente presentes a equidade da distribuição dos benefícios e a preocupação com o uso posterior, quando se rediscute a implantação.

Na discussão do crescimento futuro das unidades percebe-se um fato interessante: quando a equipe não chega a uma decisão comum, esta é levada para as famílias cooperadas. No projeto “comercial” geralmente há a figura de um coordenador geral que possui a palavra final, ou do empreendedor que muitas vezes determina qual a opção a ser considerada. Aqui esta figura fica representada pelas famílias. Ou seja, a decisão passa a ser de forma democrática entre a equipe técnica e as famílias cooperadas. A comunidade é composta pela equipe técnica, mais as famílias cooperadas. Não se trata de dois grupos distintos, separados por relações financeiras, mas sim um grande grupo com um objetivo comum. Este ponto será revisto mais à frente.

Na discussão sobre o uso a ser dado ao pilotis, por exemplo, fica notória a interdisciplinaridade das atividades a serem desenvolvidas no espaço projetado. O que demanda um pensamento também interdisciplinar. Gerar opções espaciais para o desenvolvimento de atividades diversas não constantes do programa de necessidades, com vistas a contribuir para o desenvolvimento humano dos novos moradores.

3.2.4 REUNIÃO 4 - EQUIPE TÉCNICA E FAMÍLIAS COOPERADAS

I – Descrição dos procedimentos

Compareceram representantes de 21 famílias. O número esperado, e programado, pela equipe técnica era de 76 famílias. A reunião foi realizada na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – EAUFMG.

A equipe técnica se reuniu antes para programar a primeira reunião onde haveria o primeiro contato com os cooperados. A maioria estava ansiosa e curiosa para saber qual seria a reação dos mesmos diante da apresentação do programa a ser desenvolvido. Várias atividades foram programadas com o intuito de se fazer a aproximação entre os diversos membros. Cabe aqui colocar, que os membros do grupo de famílias cooperadas também não se conheciam, muitos eram oriundos de outras associações.

Foi feita uma primeira aproximação informal entre os integrantes enquanto se esperava que todos chegassem, fizessem o credenciamento, recebessem o crachá e o reembolso do valor gasto com a passagem de ônibus³³. Com o grupo reunido, foi feita a apresentação de cada membro, dizendo de que região provinha e qual a sua função dentro do projeto.

A apresentação do projeto RSV ficou a cargo de um membro da Associação dos Sem Casa do Bairro Betânia e Região de Belo Horizonte - ASCA-BH. Antes de dar início à explanação, este representante solicitou que o grupo desse as mãos e rezasse em conjunto pelo sucesso do empreendimento e pelo novo ministro das cidades, recém empossado.

Durante a apresentação foi explicado que o projeto será desenvolvido de forma participativa, onde as famílias colocarão suas opiniões. A solução final será escolhida democraticamente, uma vez que havendo uma padronização das unidades o custo é reduzido. Foi citado, a título de ilustração, um exemplo onde foram entregues unidades embriões, com vedações e módulos de banheiro e cozinha. Surgiram, então, as perguntas.

³³ Por se tratar de projeto de pesquisa, esta verba (reembolso dos custos com deslocamento) foi prevista e coberta pelo projeto RSV. O mesmo não ocorre nos outros processos de projeto participativo de interesse social.

As principais preocupações manifestadas foram:

- quanto ao número de quartos, a maioria manifestou preferência por unidades com 3 quartos;
- o que representa 50 metros quadrados de área;
- a obrigatoriedade da unidade habitacional ser um apartamento, muitos gostariam que fosse uma casa;
- qual o mobiliário que “caberia” em 50 metros quadrados.

O melhor comentário foi de uma cooperada ao dizer que: “então a gente leva a mudança, coloca lá dentro e depois divide do jeito que der”.

Após a apresentação houve um lanche e foram feitos os primeiros cadastros com os dados das famílias cooperadas. Em seguida o grupo foi dividido em dois. Uma parte participou do primeiro *workshop* no computador, e o restante de duas dinâmicas de grupo (ver dinâmicas no anexo).

II – Análise

Essa primeira conversa, de forma informal, foi interessante para se observar que alguns participantes já se conheciam, uma vez que muitos eram oriundos de outros programas que foram cancelados e entender o nível de expectativa e frustração que cada um trazia de experiências anteriores a fim de favorecer o contato informal entre a equipe técnica e as famílias. Foi interessante observar que até o início da apresentação do projeto todos estavam quietos, apenas como ouvintes. Após ser dado o exemplo, das unidades embriões, o interesse foi despertado, e iniciou-se a participação através da manifestação das preocupações do grupo de famílias cooperadas.

Observou-se a falta de intimidade das famílias com o processo decisório. A expectativa era do recebimento do projeto pronto, definido. Mas ao mesmo tempo notou-se que houve um “relaxamento” e um certo “entusiasmo” quando informados que as definições partiram deles. O problema era como definir. Este processo deveria ser formado, ensinado e amadurecido.

Posteriormente, quando os arquitetos se reuniram, em separado, o comentário geral era de que nenhum membro da equipe pensaria em fazer a apresentação da forma como foi realizada pela representante da ASCA-BH. Constatou-se a

importância da utilização do “vocabulário” do grupo para se fazer a aproximação com o mesmo. Assim como é colocado na pedagogia de Paulo Freire.

Como processo de aproximação entre os indivíduos, as dinâmicas foram bem sucedidas; houve uma descontração dos participantes e uma aproximação maior. Mesmo os membros da equipe técnica, que trabalhavam em funções de suporte, ao verem a animação das pessoas, pediram para participar. Mas quanto às conclusões que se pretendia atingir, ficou uma dúvida: ou as famílias já haviam participado de várias atividades semelhantes e as respostas estavam “decoradas”, ou as mesmas foram induzidas pela equipe técnica. Talvez isso se tenha dado por falta de experiência da equipe técnica em aplicar tal atividade ou pelo fato ter subestimado o nível de instrução do grupo.

A frustração da equipe técnica com o pequeno número de cooperados presentes ficou marcante. Ficou a sensação de que o número de membros da equipe técnica presentes superava ao de cooperados. Alguns membros da equipe técnica foram embora antes do final da reunião.

3.2.5 REUNIÃO 5 - WORKSHOP COMPUTADOR

I – Descrição dos procedimentos

As famílias que não participaram do primeiro workshop foram convidados a comparecer a EAUFGM em grupos separados, com horário marcado, conforme a disponibilidade de cada um, para participarem dos workshops com os computadores. O objetivo desse workshop é fazer o primeiro contato com computador e compreender o funcionamento do mouse e do teclado, além de introduzir as primeiras noções de espaço.

No primeiro exercício, o objetivo era colocar formas pré-dimensionadas (1x1, 1x0,5, 0,50x1, 0,25x0,25) em um ambiente de 3x2,75. Todos os participantes conseguiram executar o exercício, sem grandes dificuldades.

No segundo exercício, a mesma idéia do primeiro foi executada em escala 1:1 com o intuito de se fazer a transposição, do papel para a escala natural. Os participantes tiveram muita dificuldade, deixando vários espaços sem preencher.

Já no terceiro exercício, voltando ao computador, os móveis é que deveriam ser colocados dentro do ambiente, onde o participante poderia trabalhar tanto no espaço bidimensional quanto no tridimensional.

Também aqui se observa a dificuldade em se completar o exercício. Os móveis acabam sendo colocados da mesma forma como foram colocadas as figuras, ou seja, sem o raciocínio tridimensional. Notou-se a falta de noção do espaço necessário, por parte dos participantes, para a circulação dentro do ambiente.



FIG 12 – Workshop com computadores.

II - Análise

Durante o primeiro exercício, observou-se que o grupo, que a princípio era bastante heterogêneo, através da interação entre os participantes, se tornou cada vez mais homogêneo. Os participantes com maior facilidade auxiliavam os demais. O exercício foi executado como um jogo, onde as formas pequenas deveriam se encaixar dentro da maior. O espaço tridimensional ficou à parte do raciocínio. Quanto ao contato com o computador, todos gostaram do exercício, mas o objetivo de se ter noção de espaço não foi alcançado.

Já no terceiro exercício, se observou uma tendência em utilizar móveis maiores (mesa para 6 pessoas, sofá de 3 lugares). Apenas uma participante disse: “eu não, eu quando vou comprar, compro tudo o mais pequeno, porque aí não tem erro, cabe.”

De forma geral, os participantes ficaram animados com o projeto, e gostaram do contato com o computador. Percebeu-se que o grupo se sentiu prestigiado com a forma como estava sendo tratado.

3.2.6 REUNIÃO 6 – ARQUITETOS

I – Descrição dos procedimentos

Estiveram presentes os arquitetos da EAUFMG, os arquitetos da Prefeitura e representantes da ASCA-BH. O objetivo era escolher a implantação, dentre as opções geradas, aprofundar a possibilidade de crescimento e especular outras opções. Foram elaborados vários estudos de implantação, sendo aqui analisados os mais relevantes para essa pesquisa.

A primeira opção apresentada segue os moldes tradicionais de implantação, mas já se nota a intenção de criar uma área de convivência central, cercada pelo conjunto de prédios (ver FIG 13).

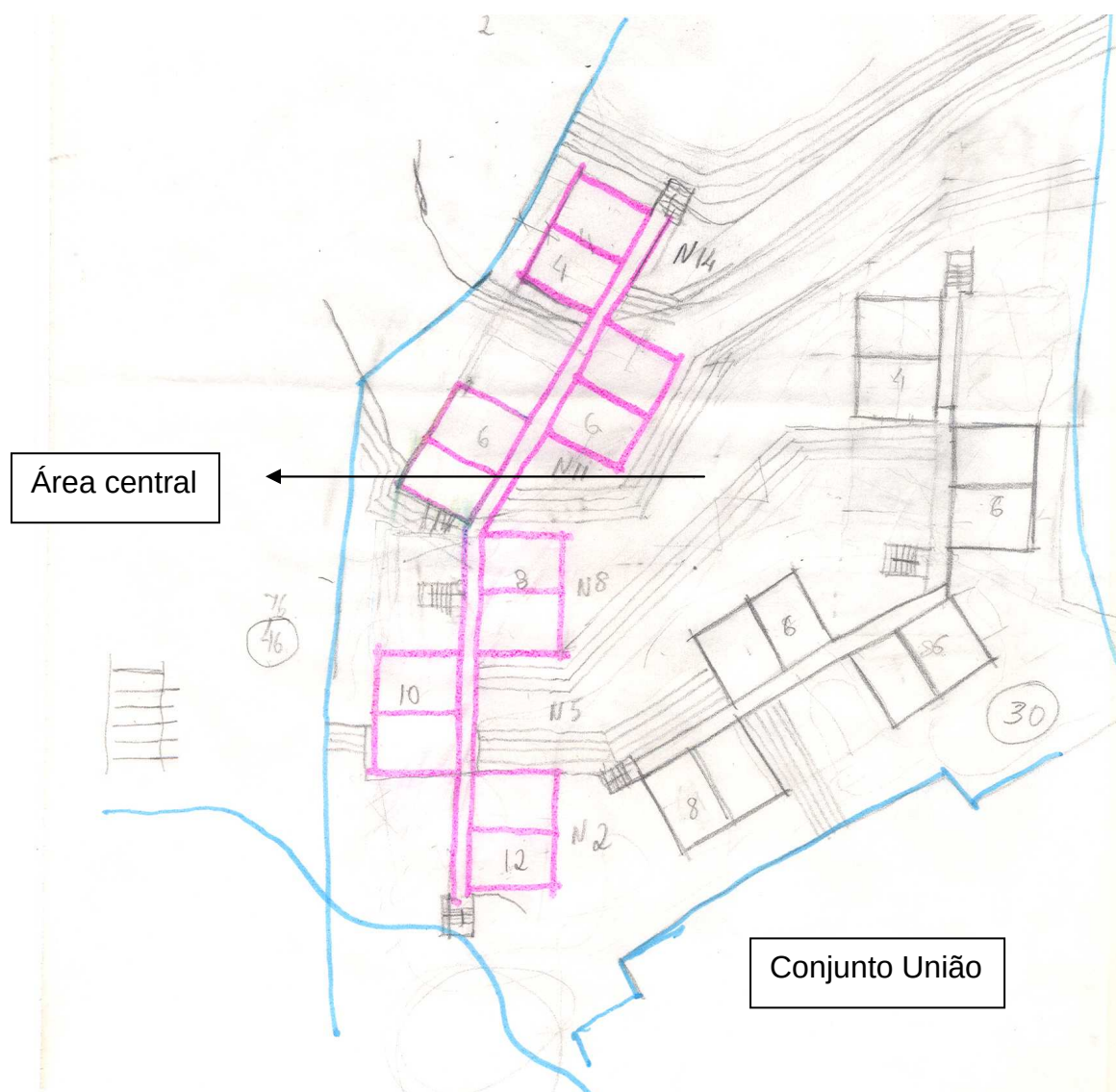


FIG 13 – Primeiro estudo de implantação desenvolvido

Modificado pela autora - legenda.

Passou-se para a segunda opção, já com a implantação das unidades “em fita”. A área social das unidades é voltada para a área de convivência, permitindo que a mesma seja “vigiada”. Os quartos ficam voltados para as ruas ou para a mata.

A grande vantagem dessa implantação é o acesso dado aos andares das edificações. Todos, exceto o último, possuem acesso direto ao nível da rua, devido ao aproveitamento da inclinação da mesma.

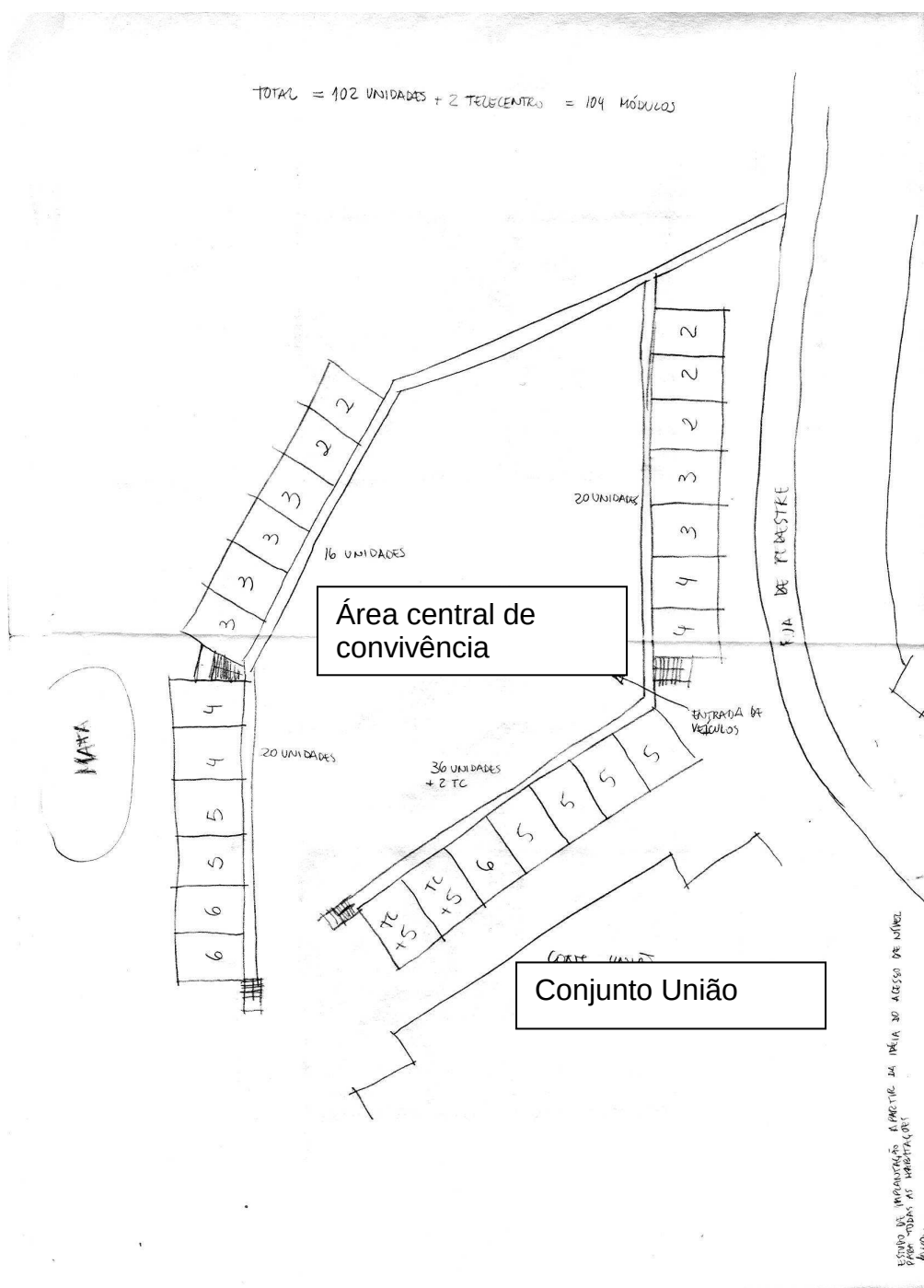


FIG 14 - Segunda opção de implantação – fitas.

Modificado pela autora - legenda.

Apresentou-se uma variável para a implantação em fita (ver FIG 15).

Nessa opção a implantação das fitas é feita em linhas paralelas. O diferencial é a ausência da área de convivência central, e a inclusão de espaço para locação de alguns equipamentos esportivos (quadras etc).

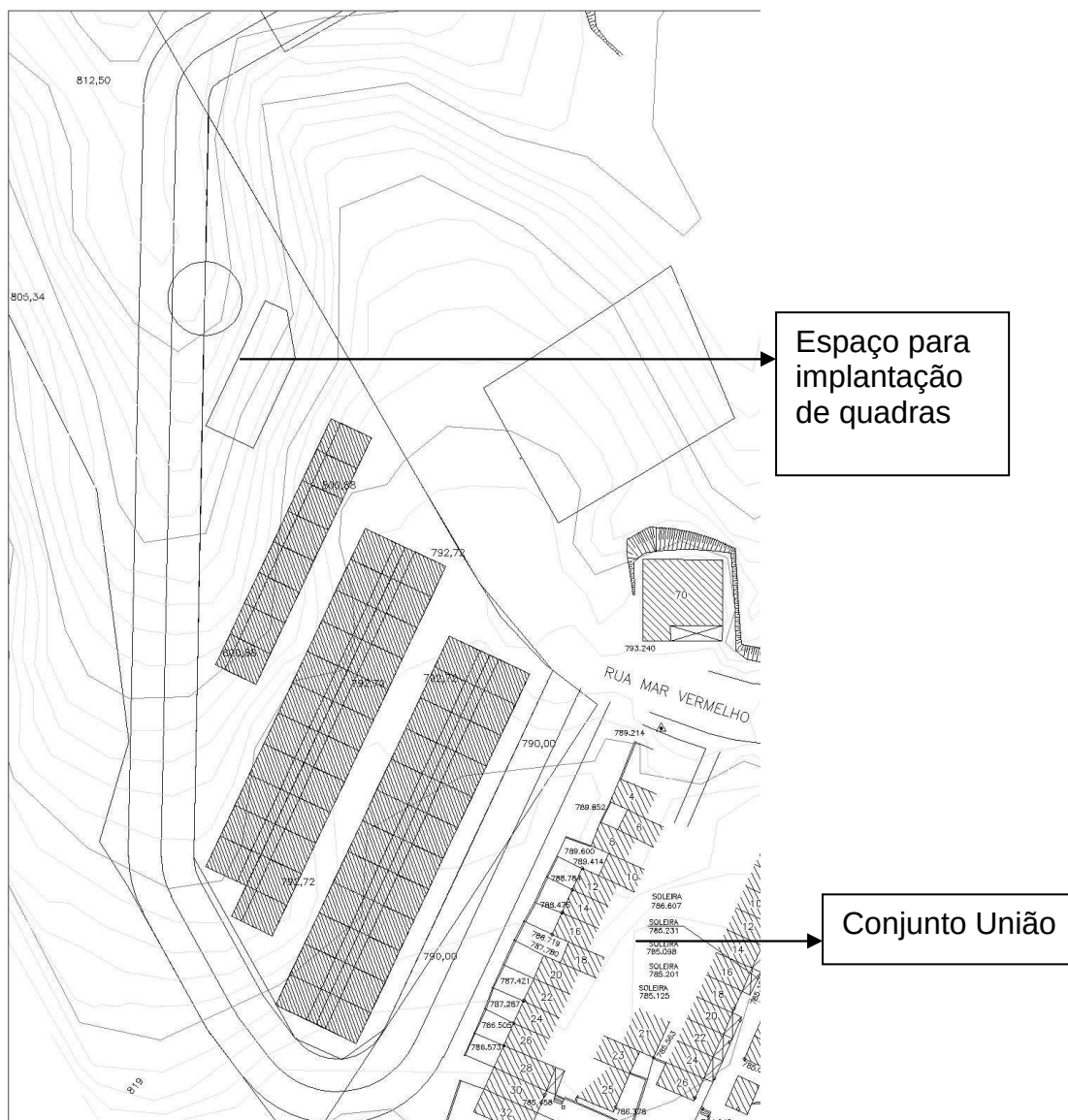


FIG 15 – Variável para a implantação em fitas – linhas paralelas.

Modificado pela autora – legenda.

As vantagens, em relação à opção anterior, consideradas foram: a redução do número de caixas de escada – apenas 3, boa orientação em relação ao sol – a rigor todos os quartos poderiam ser voltados para nordeste, menor custo de implantação – menor número de taludes, menor movimentação de terra e menor quantidade de muros de arrimo. Em contrapartida, não houve melhora na qualidade do espaço gerado, devido à perda da área central. A equipe ficou em dúvida se essa solução deveria ser levada para a apreciação dos cooperados.

Foi então levantada a questão da relação entre as comunidades. Na realidade, são três as comunidades: uma existente – Conjunto União – e duas novas – RSV e Mar Vermelho³⁴. Concluiu-se que seria mais interessante articular a comunidade existente com as duas novas, uma vez que essas já estão articuladas entre si, pois são provenientes da mesma associação, a ASCA-BH.

O desejado seria criar um espaço de transição entre os dois conjuntos – União e RSV. A rua, sendo pública, cria uma separação física. Mas se não houver uma integração, a comunidade existente se tornará um problema para a nova, uma vez que, os moradores do Conjunto União não possuem união interna e são uma comunidade em risco social.

Um bom ponto de articulação seria o telecentro e o posto de reciclagem de lixo, onde haveria atividades comuns, além de ser uma possível fonte de renda. Foi sugerido que o telecentro ficasse localizado em um dos pilotis, ao invés de ser uma edificação separada, dessa forma sua verba (R\$ 75.000,00) poderia ser agregada ao conjunto.

Apresentou-se uma segunda variável para a implantação em fitas paralelas (ver FIG 16).

Nessa solução há a necessidade de se construir um pavimento a mais.

A desvantagem é o custo, pois, na realidade seriam construídas unidades com 75 metros quadrados, uma vez que as áreas destinadas à expansão devem ser entregues impermeabilizadas, com piso acabado e algum tipo de guarda corpo.

O apelo dessa alternativa é a utilização do espaço destinado à expansão como quintal, atendendo a uma reivindicação das famílias cooperadas e atenuando um dos fatores da não adaptação à moradia em apartamentos.

³⁴ Mar Vermelho – empreendimento também de interesse social em fase de desenvolvimento pela PUCMINAS

O representante da ASCA-BH ponderou que, em se tendo a possibilidade de criação de áreas opcionais para uso comum, como o caso da área central de convivência, a necessidade da área para crescimento individual futuro diminui. Sendo assim, a necessidade das áreas chamadas “quintal”, também diminui, uma vez que, as atividades nelas desenvolvidas passariam a serem realizadas nas áreas de uso comum.

Para o desenvolvimento das unidades em fita, optou-se pela solução que foi denominada de varanda-passarela. Ou seja, a área de circulação seria acrescida para que o uso fosse potencializado.

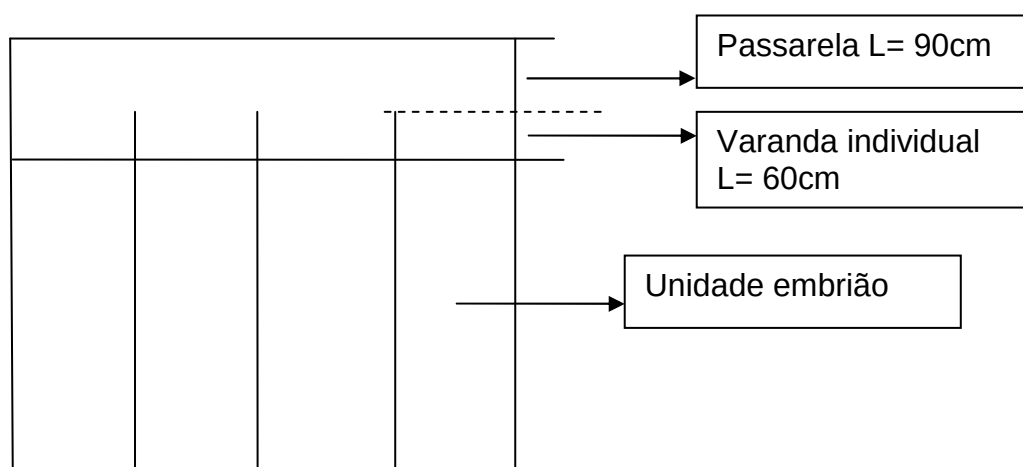


FIG 17 – Esquema solução varanda-passarela.

Elaborado pela autora.

Decidiu-se que, na reunião seguinte, convidar-se-iam grupos de moradores de outros conjuntos residenciais, também desenvolvidos através do processo de projeto participativo, para se discutir as novas tipologias.

Para o desenvolvimento de tais tipologias, foi solicitado o levantamento, fotográfico e físico, de algumas residências atuais dos futuros moradores do RSV³⁵.

³⁵ Por questões de ordem política, tal levantamento não pode ser realizado em tempo hábil para a utilização no projeto (ver AGUIAR:2007).

II - Análise

Já na escolha da implantação, observou-se uma preocupação inexistente no projeto convencional: promover uma maior equidade na distribuição dos benefícios.

É presente a preocupação com o entorno social. A variável sustentabilidade habitacional, aqui, se refere não apenas ao grupo de famílias cooperadas, mas também à comunidade existente. As relações de vizinhança vão além da simples convivência amigável, tornam-se relações de comunidade e solidariedade, ou seja, cidadania. Através da integração da comunidade existente, Conjunto União, objetivou-se promover a integralização dessa com a que será instalada, através da área de convivência.

Quando a equipe de arquitetos fica em dúvida se a implantação em fitas paralelas deveria ser levada para a apreciação das famílias cooperadas, surge então uma variável delicada: todas as soluções devem ser apresentadas à comunidade, uma vez que se trata de um projeto participativo? Deverá ser feita uma triagem à priori? Quais seriam os critérios para essa triagem?

É notória a preocupação com o custo final do empreendimento, visando sua realização. O que diferencia essa preocupação no projeto participativo é o fato de se propor soluções que extrapolam o custo final de obra, gerado apenas por soluções construtivas e especificação de materiais. No projeto participativo, somam-se preocupações relativas à habitabilidade do empreendimento, gerando variáveis sociais.

Apesar da preocupação com o custo ser uma constante, a equipe estuda, de forma exaustiva, possibilidades de se viabilizar todas as reivindicações do cliente, principalmente no que tange à adaptabilidade dele à nova forma de morar.

Quando é solicitado que se faça um levantamento fotográfico e físico de residências atuais das famílias cooperadas, pode-se fazer outro paralelo com a pedagogia de Paulo Freire, onde os educadores devem fazer a escolha das palavras a serem trabalhadas, dentro do universo vocabular da comunidade (FREIRE:2005).

3.2.7 REUNIÃO 7 - ARQUITETOS E REPRESENTANTES DE OUTROS EMPREENDIMENTOS

I – Descrição dos procedimentos.

Para essa reunião foram convidados representantes de famílias de outros empreendimentos; dentre esses, alguns já estavam residindo nas novas moradias e outros com essas em processo de construção. Todos já haviam terminado o processo de projeto.

Foi solicitado, pela equipe de arquitetos, que cada representante discorresse sobre sua experiência - sobre o que gostou ou não, e qual seria sua sugestão para um próximo projeto.

Dentre as falas sobre os ambientes internos destacamos:

- “A sala é grande de mais, e a cozinha é pequena. Não cabe um armário, mas isto foi uma decisão da maioria. Na minha opinião, a cozinha devia ser maior porque quem fica em casa o dia todo, usa mais a cozinha do que a sala”;
- “Acho ruim a cozinha ser separada da área por meia parede porque engordura a roupa toda”;
- “O armário suspenso (da cozinha), para quem vai montar OK, mas e quem já tem armário? Não vai aproveitar?”;
- “Acho que as outras pessoas não estavam entendendo o projeto. A maioria estava preocupada só com uma sala bonita” (conta que no caso só foi apresentada maquete apenas da sala, o que deixou todos muito bem impressionados);
- “A solução que nós achamos para guardar mantimento foi colocar 2 prateleiras na área de serviço”;
- “Os quartos (no caso 2 unidades) são bons do mesmo tamanho, cabe tranquilamente 1 cama de casal e guarda roupa e no de solteiro, 2 camas, guarda roupa, os criados direitinho (...) os quartos do mesmo tamanho é bom, aí se pode escolher qual é o de casal e qual é o de solteiro”;

- “Na sala tem que ter 1 sofá de 3 lugares e 1 de 2 lugares, uma mesa para 6 e um rack para TV e som, e bastante espaço no meio para colocar uma mesa de centro”;
- “Acho que a minha sala é ideal, mas se tiver que escolher diminuía a sala e aumentava a cozinha”;
- “O pessoal não gostou do lavatório do lado de fora (fala sobre o banheiro), aí aumentou o banheiro para colocar o lavatório dentro e diminuiu a sala”;

A representante da ASCA-BH relatou que nos outros empreendimentos as deliberações são feitas de forma coletiva. “Tem que ser construído, explicado, explicado de novo, para depois se decidir votando”.

Em relação aos conflitos surgidos no pós-morar, os relatos são recorrentes sobre o pagamento da conta de água. Conforme já comentado a melhor solução é a medição individualizada da água.

- “No nosso tem hidrômetro separado para evitar conflito. A COPASA-MG³⁶ não queria fazer a tubulação para dentro do muro, então colocamos todos os hidrômetros no muro e fizemos a tubulação para dentro do apartamento”.

Quando perguntados sobre o custo extra que esse procedimento acarretaria:

- “Nós decidimos que quanto menos motivo deixar para discórdia depois melhor”.
- Havia a preocupação dos arquitetos sobre o fato de se utilizar edifícios de apartamentos ao invés de casas individualizadas, uma vez que, segundo os técnicos da prefeitura, esse também é um dos problemas do pós-morar, pois não sendo a convivência condominial hábito das famílias cooperadas.

No caso do RSV, pelo fato dos edifícios serem em forma de “fita”, com a “varanda passarela”, havia, por parte da equipe de arquitetos, uma preocupação maior com essa convivência futura.

Mas essa dúvida foi muita bem respondida por uma das participantes quando perguntada se ficaria incomodada com as pessoas passando em frente à porta de entrada do apartamento: “se você escolheu morar em apartamento, isto não é problema, é convivência”.

³⁶ COPASA-MG – Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Sobre as mudanças que, por ventura, sejam feitas após a obra entregue foram dadas dois tipos de resposta:

- “Muitos que votaram contra um determinado aspecto, quando mudaram, fizeram do jeito que queriam”.
- “No nosso apartamento ficou bem claro que depois não pode mudar, falava-se em toda reunião”. “Tudo que eu mudo eu pergunto para os arquitetos. Porque a gente é muito assim, acha que sabe tudo. Mas tudo eu pergunto, friso bem”.

Foram, então, apresentadas soluções de planta da unidade embrião, solicitando-se que se comentasse sobre o tamanho e a possibilidade de flexibilidade das plantas. Para essa apresentação utilizaram-se modelos tridimensionais no programa skethup³⁷.

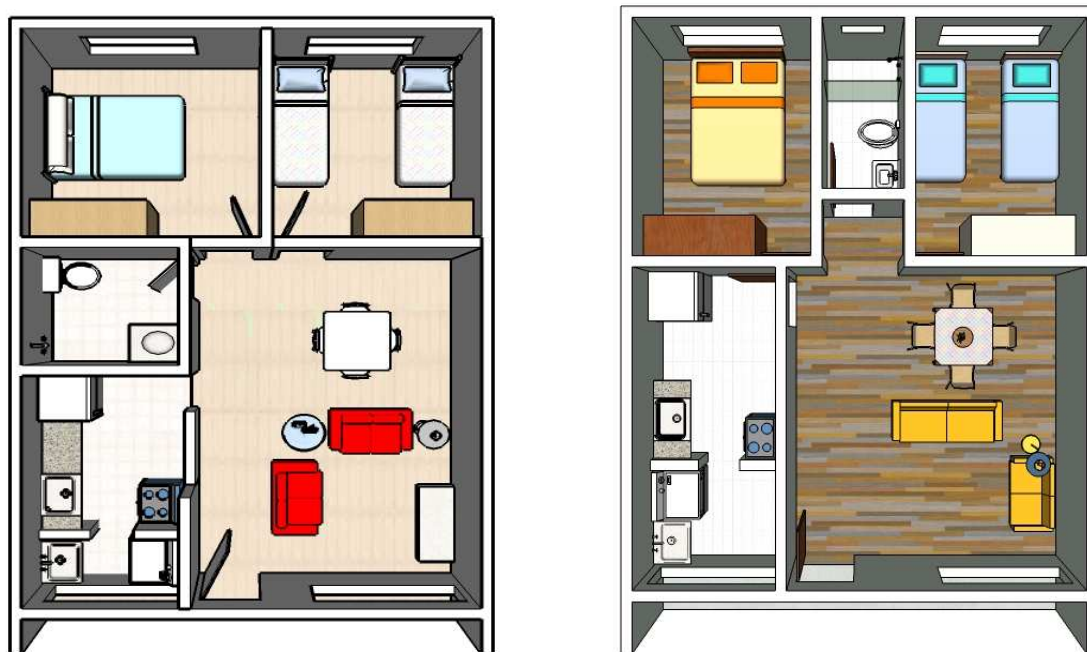


FIG 18 – Primeira e segunda unidade de 2 quartos apresentadas.

Todos os participantes opinaram, sem que a equipe de arquitetos tivesse que dar grandes explicações, sobre os modelos, gerando a conclusão de que os mesmos foram perfeitamente compreendidos pelos participantes. Posteriormente, as sugestões dadas foram sendo realizadas em tempo real

³⁷ Programa de computador utilizado para desenho.

pelos estagiários do programa. Isso mostra que o entendimento da linguagem adotada foi satisfatório.

Dos comentários feitos, o principal foi o de não se colocar as portas “dando para a sala”. É unânime a preferência por um “hall de circulação íntima”.

Sugeri-se que se colocassem 2 ou 3 pontos de tomada elétrica nos quartos.

Foi, então, apresentada a opção de um módulo básico que possibilitaria a locação de 3 quartos.

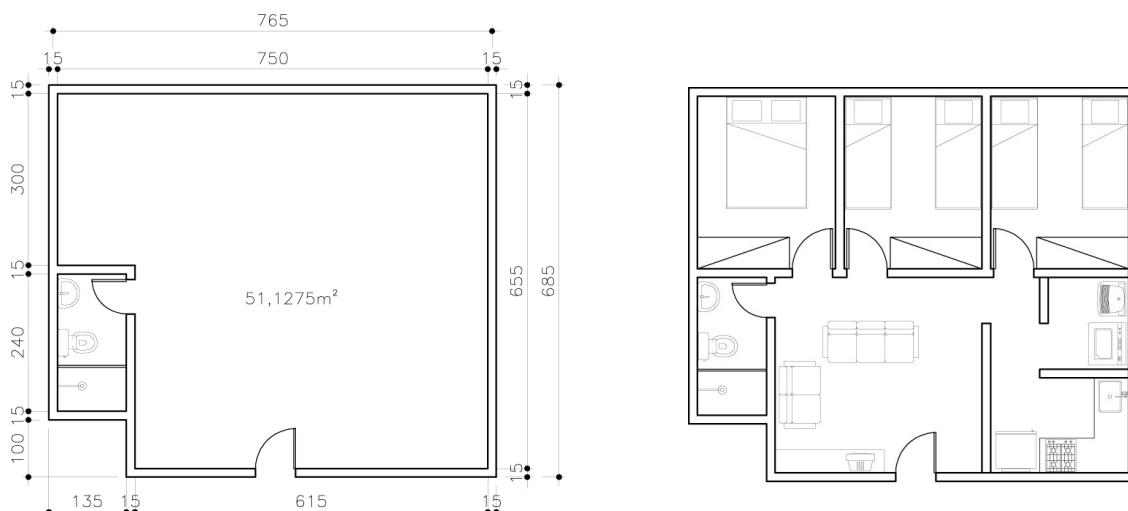


FIG 19 – Módulo básico para locação de 3 quartos e módulo com os 3 quartos locados.

Esses módulos foram apresentados em planta, não havendo o modelo tridimensional em skethup.

Seguiu-se a discussão do programa de necessidades, se seriam 2 ou 3 quartos etc. Além da possibilidade de se entregar uma unidade maior, em área construída, mas não totalmente acabada, uma vez que a verba por unidade é fixa.

- “Se você entregar para o cara só o banho e a cozinha, ele vai ficar louco”.
- “No início eles vão achar que você é doido, mas depois eles vão entender”.
- (...) “aí eu concordo em deixar as paredes para depois”.
- “Se for entregar sem o acabamento é só o interno que pode ficar faltando”.
- “Com o crédito solidário, como não tem carência, (...) a gente vai gastar com a mudança, então ninguém vai acabar”.

Como as opiniões começaram a ficar divergentes, a coordenadora da equipe técnica decidiu fazer as perguntas em forma de votação, oferecendo apenas duas opções de cada vez para que se votasse.

Em relação às opções dadas de se entregar 3 quartos faltando o acabamento do terceiro, ou 2 quartos totalmente acabados, a votação ficou empatada.

Iniciado o questionamento do dimensionamento dos ambientes, descobriu-se ser consenso de que o quarto de casal deve ser dimensionado de forma a conter uma cama de casal, um guarda roupa e, se possível, uma cômoda ou uma cama extra (berço).

Em resposta à questão: “tenho 1 metro quadrado para doar, devo doar para:

O resultado foi:

1º. Lugar – cozinha, sendo que entre a cozinha e a área, a cozinha continua ganhando;

2º. Lugar – quarto de casal;

3º. Lugar – empatados a sala e o quarto de solteiro.

II - Análise

É importante observar que, muitas vezes, a resposta aos possíveis problemas que possam surgir vêm diretamente de algum membro das famílias participantes, o que reforça o fato de que o grau de consciência de cada participante é variável. E mais uma vez, ressalta-se a heterogeneidade do grupo.

No caso da apresentação feita em *sketchup*, a linguagem adotada foi perfeitamente compreendida pelos participantes, ficando invalidada a postura, de alguns membros da equipe técnica, de que somente com a maquete na escala 1:1 o projeto poderia ser compreendido pelas famílias, uma vez que essas não dominavam a linguagem arquitetônica.

O fato de as modificações sugeridas poderem ser trabalhadas em tempo real facilita em muito a compreensão das possibilidades de alteração e da opção final feita.

- “É melhor a maquete eletrônica, mexendo na hora, do que a 1:1, por causa dos móveis que já estão aí”.

Diante da preferência por parte das famílias de que se criasse um “hall de circulação íntima”, alguns membros da equipe de arquitetos, em reunião posterior, se mostrou em desacordo.

- “Não tem lógica, em um ambiente tão pequeno, 50m², com seis ou oito pessoas, que privacidade alguém pode ter?”
- “É área inútil, não aproveitada, em um local de área tão reduzida”.

Vê-se aqui o preconceito de alguns em relação à cultura dos futuros moradores. Achar que uma determinada cultura não deve ter os mesmos valores que outra por motivos lógicos ou racionais.

Percebeu-se que as famílias sentiram falta de uma visão completa do andar. Nesse ponto, a equipe técnica, talvez por ter de forma habitual a visão global, e achar que essa seria desnecessária para o grupo de famílias, não apresentou tal visão. Muitos queriam saber a posição da entrada do prédio, ou da escada de circulação vertical em relação à unidade. Observa-se, assim, que esses pontos serão fatores influentes na escolha das unidades.

Dessa mesma forma, pode-se dizer que as famílias avaliam as unidades de forma global, fazendo relação com o todo. Cada um avalia de forma pessoal e fazendo referência a sua experiência de morar. Não há o fator genérico ou impessoal. Há uma visão comparativa, onde os detalhes são observados:

- “Prefiro o banheiro em linha, porque o box reto é mais barato”.

Mesmo não tendo sido apresentada a visão tridimensional do último modelo (3 quartos), houve a compreensão dos participantes concluindo-se que, após o “exercício” desenvolvido com a apresentação dos outros dois modelos, os participantes desenvolvem a habilidade de relacionar a visão tridimensional com a bidimensional. Vale ressaltar que, no caso, trabalhou-se com um grupo pequeno – de cerca de 10 pessoas.

Quando a discussão sobre o programa de necessidades se torna confusa, surgem dois pontos que valem ser ressaltados. O primeiro é a postura da coordenação da equipe técnica de realmente coordenar. Numa equipe

participativa essa função é fundamental e deve ser exercida na hora certa. O segundo, é a iniciativa - que talvez venha da experiência dessa coordenadora em trabalhos anteriores desenvolvidos, ou como professora, onde esse tipo de situação é recorrente - de se decompor o problema e colocá-lo em votação, dando apenas duas opções, facilitando o entendimento por parte tanto dos participantes como da própria coordenação em analisar o desejo comum.

Verifica-se que a criatividade de se relacionar de formas diferentes com públicos diversos é de vital importância. Essa é mais uma aptidão necessária ao arquiteto que vai trabalhar com o projeto de interesse social.

3.2.8 REUNIÃO 8 – ARQUITETOS

I – Descrição dos procedimentos.

Foram feitos alguns estudos para a unidade embrião, visando a possibilidade de crescimento, mas devido ao alto custo das mesmas, elas foram descartadas. Para se chegar a uma solução intermediária, optou-se por se desenvolver unidades que proporcionassem flexibilidade de uso.

As tipologias desenvolvidas buscaram sempre a solução de implantação em fita, por reduzir a área de revestimento na fachada. Buscou-se também a utilização de ventilação nas duas laterais. As unidades estudadas tinham em média 50 metros quadrados.

A discussão sobre a flexibilização foi avançando e gerando várias opções de layout. O consenso da equipe técnica era a possibilidade de se oferecer uma opção que permitisse a locação de três quartos, uma vez que essa demanda foi constatada na reunião com os representantes dos outros empreendimentos.

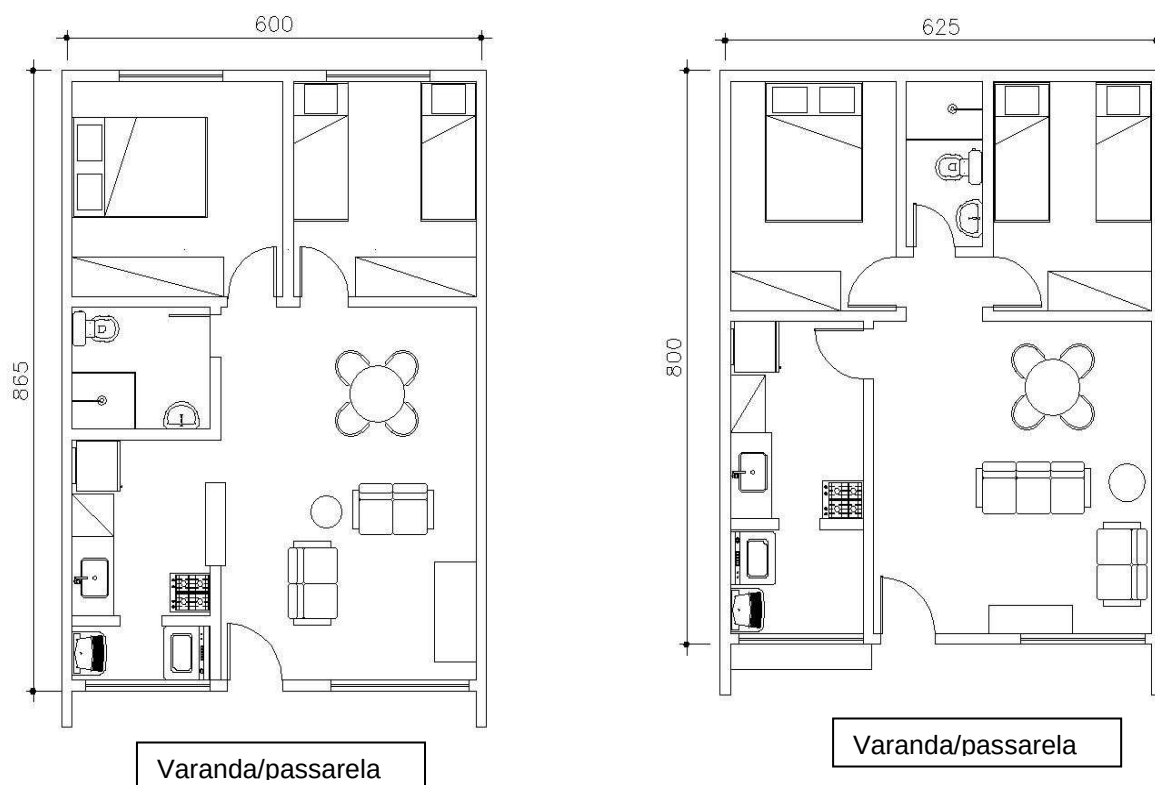


FIG 20 – Exemplos de unidades embrião desenvolvidas. Observa-se a utilização da área chamada de varanda/passarela (ver FIG 17).

Desenvolveram-se opções onde o módulo básico era composto por 1 quarto, cozinha, banheiro e uma sala grande, que poderia ser subdividida. Todas as solicitações levantadas durante a reunião com os representantes de outros empreendimentos foram consideradas, além das determinações básicas para o desenvolvimento de um bom projeto, como insolação, prumadas de elétrica e hidráulica, distribuição da estrutura etc.

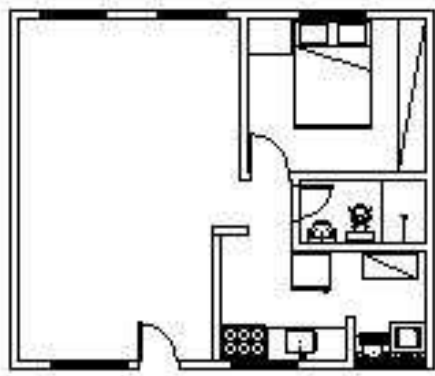


FIG 21 – Unidade Embrião.

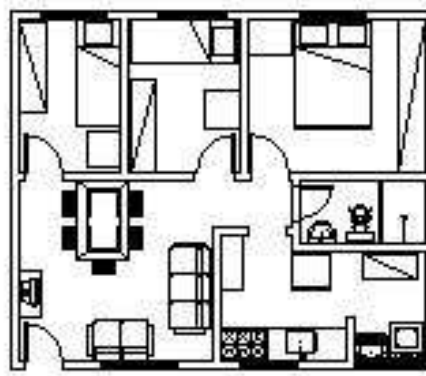


FIG 22 – Opção com 3 quartos.

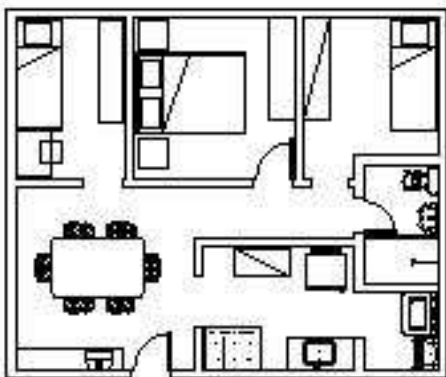


FIG 23 – Outra opção com 3 quartos.

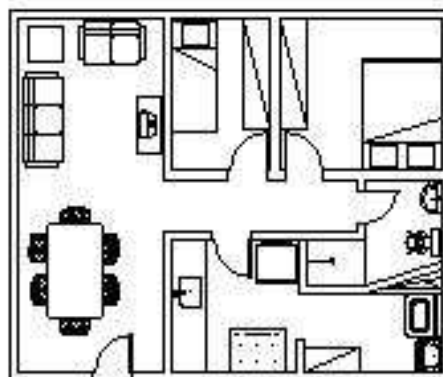


FIG 24 – Opção com 2 quartos.

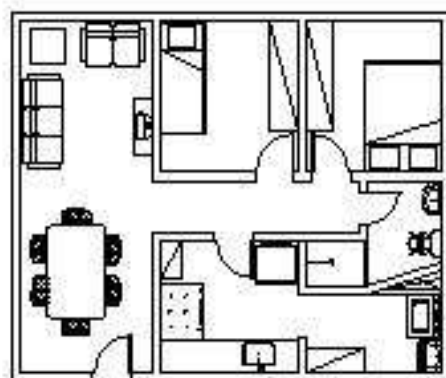


FIG 25 – Outra opção com 2 quartos.

Surge a preocupação de se criar a expectativa, por parte das famílias, quanto à definição do projeto, sem que os custos tenham sido levantados. Decide-se, então, que durante a apresentação esse fato deve ficar bem claro.

II - Análise

No quesito custo, é importante notar a semelhança entre o projeto comercial e o de interesse social. Nos dois casos, durante o processo decisório, peculiaridade de todo projeto arquitetônico, a variável custo é limitadora, mas a “atrativa” é sempre constante.

Porém, observa-se que cada membro da equipe tem maior preocupação com uma das variáveis – custo ou flexibilização. Daí a importância do trabalho

desenvolvido em equipe, onde os pontos de vista são variáveis, devendo se chegar a um consenso de forma democrática.

Após a reunião com o grupo de famílias cooperadas, e o levantamento da quantidade de moradores por unidade levantada, através do cadastro elaborado pela equipe do CEDEPLAR³⁸, fica claro para a equipe a necessidade de se possibilitar a utilização diferenciada das unidades. Nesse ponto, o projeto RSV apresenta um diferencial em relação aos outros empreendimentos.

Por isso, a insistência da equipe técnica de se chegar a uma solução equânime em relação à área da unidade (por motivos já citados), mas flexível em relação ao uso. Tentando assim atender de forma satisfatória o maior número de usuários.

Outro ponto a ser observado é que, uma vez notada a importância de se constar o layout nas plantas, as variações entre as opções não se limitavam ao espaço físico, mas também ao layout possível.

3.2.9 REUNIÃO 9 - EQUIPE TÉCNICA E FAMÍLIAS COOPERADAS

I – Descrição dos procedimentos.

Neste ponto do projeto haviam 76 famílias inscritas. 58 foram convocadas³⁹, mas apenas 38 compareceram. Cabe aqui colocar que a listagem das famílias cadastradas no projeto foi substituída diversas vezes pela ASCA-BH, além de que a associação não possuía dados cadastrais, das famílias, atualizados. Sendo assim, o grupo de famílias presentes nas reuniões não era constante.

A apresentação foi feita para todo o grupo. Primeiro foi mostrada uma vista aérea do terreno e seu entorno (ver FIG 26). Os participantes tiveram dificuldade em visualizar e conseqüentemente entender a vista aérea. Observou-se a falta de marcação dos pontos de referência na fotografia, como legenda.

³⁸ CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento Econômico e Planejamento Regional, responsável pela Economia Solidária.

³⁹ O processo de convocação das famílias deveria ser feito pela ASCA, mas como a mesma não o fez no prazo necessário, a equipe do RSV tomou a iniciativa de fazê-lo. Porém nem todos os dados constantes dos cadastros estavam corretos, como endereço e telefone, desta forma a convocação ficava incompleta.



FIG 26 – Vista aérea apresentada (t = terreno; c = conjunto união; a = trevo de acesso da Rodovia Américo Gianetti, continuação da Av. Cristiano Machado)

Modificado pela autora – legenda.

Mostrou-se a implantação que a equipe técnica havia decidido em reunião anterior. Tal apresentação se fez em imagem tridimensional, por ser consenso da equipe de que essa visão facilitaria o entendimento.

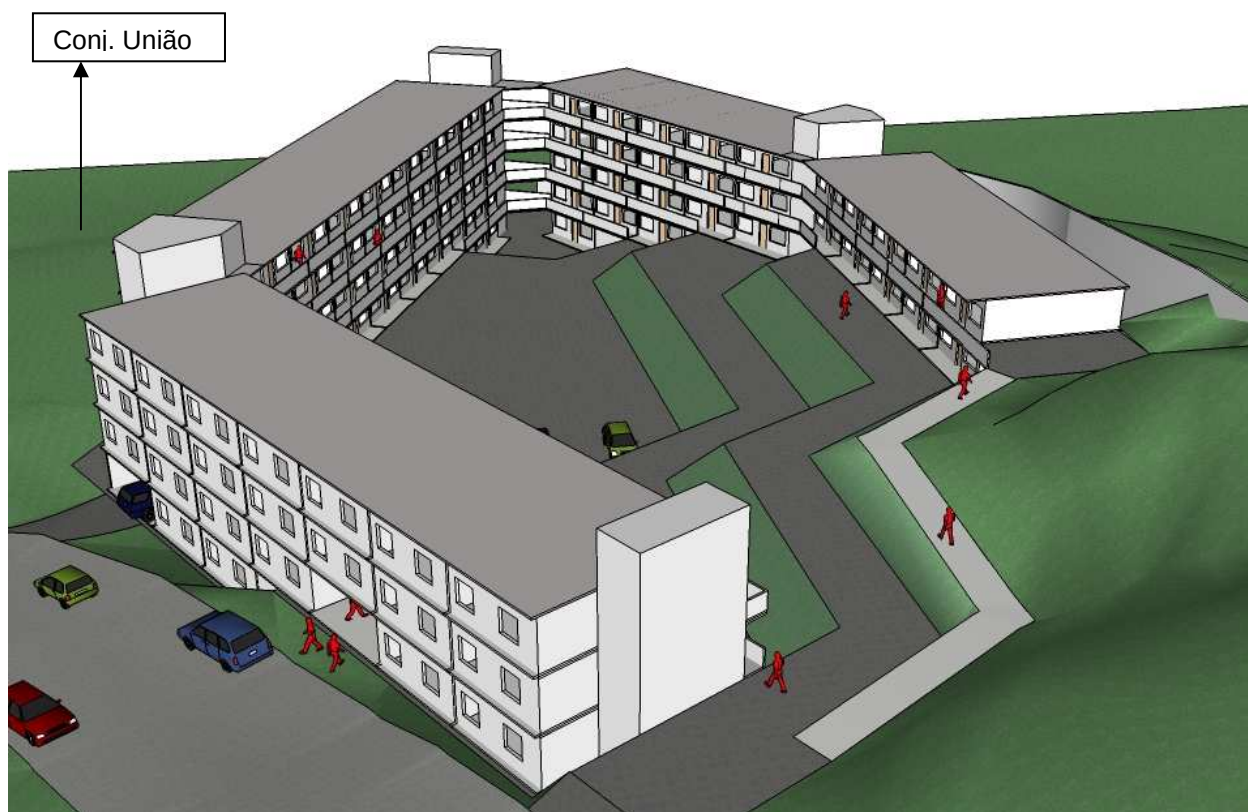


FIG 27 – Implantação apresentada.

Modificado pela autora – legenda.

A imagem foi apresentada de forma invertida em relação à localização do terreno na vista aérea (como se estivesse de cabeça para baixo), o que dificultou a compreensão por parte dos participantes. Outro ponto observado foi a ausência do Conjunto União ou de algum outro ponto de referência.

Os principais comentários feitos pelos participantes foram em relação à segurança do empreendimento. Apesar de todos gostarem do fato das passarelas terem acesso em nível com a rua, houve uma preocupação do acesso entre as passarelas, sendo sugerido que as escadas de incêndio fossem fechadas. O fato de o conjunto ser entregue sem o fechamento em cerca ou muro foi fato de desconforto entre os participantes.

Sugeriu-se que o fechamento fosse feito após a entrega, uma vez que a verba para a construção não seria suficiente. Mas as famílias manifestaram o desejo de que toda obra em espaço coletivo fosse executada antes da mudança, deixando para o pós-habite-se somente o que fosse obra individual.

Os participantes sugeriram que se fizesse uma visita ao terreno:

- “Quando a gente compra um lote, gosta de visitar para entender melhor”.

Em relação à área de convívio central: “se for condomínio fechado, uma área boa assim, dá mais segurança prá gente”.

De modo geral a implantação em fita agradou bastante. Todos gostaram do fato de se tratar de uma forma estética diferenciada.

Com relação à sugestão de que as passarelas não tivessem comunicação com a escada de incêndio, e em relação à cobrança da conta de água de forma individualizada, os participantes foram esclarecidos sobre a legislação tanto de incêndio, quanto de uso e ocupação do solo, como também das exigências da COPASA-MG em relação à leitura dos hidrômetros.

Como o grupo de participantes possui um nível sócio cultural heterogêneo, o que é refletido nas questões levantadas pelo grupo, surgiram temas inerentes ao projeto, como IPTU⁴⁰, valor da parcela da CAIXA, e outras dúvidas gerais que deveriam ter sido esclarecidas durante as reuniões na associação - ASCA - BH. Ficou claro que a implantação poderá sofrer alterações durante o desenvolvimento do projeto das unidades e do levantamento de custos.

Em seguida houve a apresentação da unidade habitacional. Todas as dúvidas que a equipe técnica sanou junto à regulação urbana para o desenvolvimento destas unidades foram repassadas para as famílias.

⁴⁰ IPTU – imposto predial e territorial.



FIG 28 – Unidade habitacional com 2 quartos apresentada.

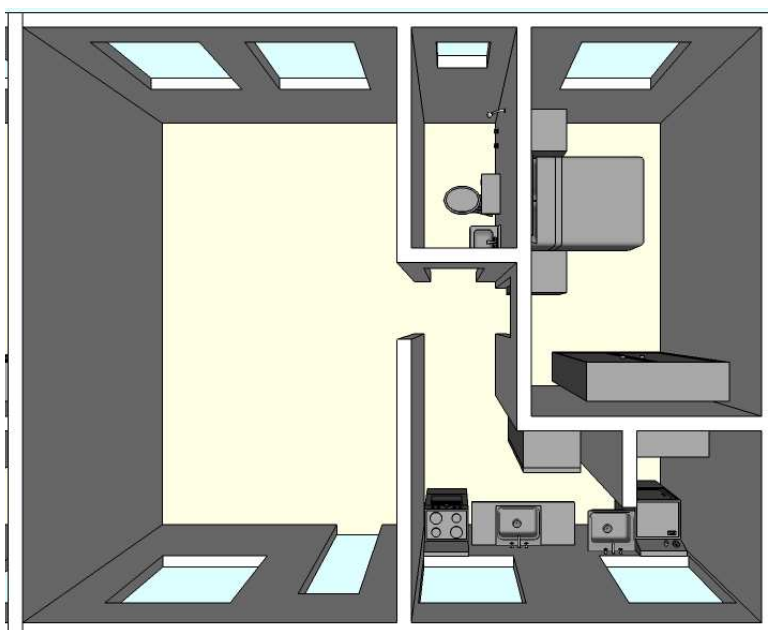


FIG 29– Unidade embrião apresentada. Banheiro com ventilação direta.

Depois da apresentação das duas unidades, e dos esclarecimentos necessários sobre as diferenças entre as duas, principalmente o fato de que a unidade embrião, por ter maior área, seria entregue inacabada. Ou seja, 1

quarto, banheiro, cozinha, área e 1 sala grande. Esclareceu-se que a diferença entre as duas é a possibilidade de construção posterior que a segunda possibilita. Deu-se, então, início ao processo de votação, das duas opções.

Neste ponto, a equipe técnica ficou “perdida” em meio ao processo de votação. A liderança da ASCA-BH auxiliou, facilitando o entendimento sobre o que estava sendo posto em votação, além de esclarecer o processo: “vamos ter que fazer a democracia da maioria [...] é importante que a gente saiba que o que nós estamos fazendo aqui já é o apartamento, mas nós estamos dentro de um prazo”.

Foi dada preferência para a unidade embrião possibilitando a construção posterior de 2 ou 3 quartos de acordo com a demanda de cada família.

II - Análise

O processo participativo fica deficiente à partir da hora em que a participação do grupo não é constante. Esta inconstância deve-se à burocracia dos órgãos de cadastramento das famílias a serem cooperadas.

Quando a vista aérea é apresentada ao grupo, notou-se a que a linguagem, que para os arquitetos parece simples, é dificilmente assimilada pelas famílias, uma vez que tal “vista” não faz parte do vocabulário visual dos participantes. Após um dos arquitetos mostrar “o caminho do ônibus” o entendimento foi melhor. Neste ponto, mais uma vez pode-se observar a importância de se adotar o vocabulário da comunidade com a qual se irá trabalhar. E no caso de projeto arquitetônico esse inclui não só o verbal, como também o visual. Como esse vocabulário não foi devidamente estudado e trabalhado pela equipe técnica, apesar dessa ter se preocupado com ele, ocorreram falhas na comunicação.

Quando os arquitetos são questionados sobre a segurança do empreendimento, surge novamente o contraste de culturas entre a equipe técnica e os futuros usuários, onde o que é prioridade para um grupo não foi pensado pelo outro.

Ao surgirem os comentários e as sugestões sobre a segurança, os arquitetos aproveitam o momento para esclarecer quais as variáveis legais que devem ser atendidas. Foi colocado que o projeto não fora feito de forma aleatória, que

existe todo um conjunto de leis, muitas delas questionáveis, que devem ser seguidas. Dessa forma os arquitetos instigam os participantes a questionar a legislação também. Pode-se apontar nesse caso uma das formas sugeridas pela Pedagogia de Paulo Freire para se desenvolver a consciência crítica. Quando a equipe técnica repassa para as famílias as informações obtidas junto à regulação urbana, ocorre o compartilhamento do conhecimento com os mesmos, tornando-os assim não só “cúmplices” no processo, mas detentores do conhecimento adquirido durante o processo de projeto.

Quando a liderança da ASCA-BH, ao notar que a equipe técnica se encontra com dificuldades no processo de votação das unidades, auxilia, facilitando o entendimento do que estava sendo votado e como, observa-se mais uma vez que a utilização de pessoas da própria comunidade, habituadas aos processos comunitários, trabalhando com o vocabulário do grupo, facilita a compreensão e agiliza o processo.

Fazendo uma análise mais ampla desta reunião observa-se o seguinte:

- o tempo de duração da reunião foi além do suportável pelos participantes, sendo necessário que se leve em consideração o tempo de assimilação do grupo;
- o vocabulário utilizado pelos arquitetos foi de difícil entendimento por parte dos participantes, tendo que ser explicado por diversas vezes;
- houve falta de entrosamento entre os membros da equipe técnica para que a explanação ocorresse de forma homogênea, havendo várias interferências feitas pelos próprios arquitetos, deixando o grupo de famílias cooperadas confuso;
- o horário de início das atividades não foi respeitado, uma vez que a equipe técnica ficou esperando que o número de presenças aumentasse, o que ocasionou um prolongamento ainda maior da atividade;
- alguns membros da equipe técnica não respeitaram o processo democrático da decisão, onde deve prevalecer a vontade da maioria. Para esses, a decisão deveria ser tomada de forma unânime, e para tal tentaram

convencer a minoria, de forma exaustiva, de que a decisão tomada era a melhor.

3.2.10 REUNIÃO 10 – ARQUITETOS

I – Descrição dos procedimentos

Foi feita a análise da reunião com a comunidade e levantados os principais pontos críticos que deveriam ser considerados nas próximas reuniões. Ficou decidido:

- que as apresentações seriam feitas para subgrupos menores (no máximo 20 pessoas) e que depois a votação final seria com o grupo completo. Entre as duas reuniões haveria um intervalo, onde seria servido um lanche;
- o tempo das apresentações não deveria exceder a 1 hora. Caso fosse necessário, outras atividades seriam desenvolvidas nos intervalos;
- os apresentadores policiariam o vocabulário utilizado;
- o foco ficaria sempre na decisão coletiva e não na individual.

Foram desenvolvidos novos estudos para as unidades, considerando as sugestões levantadas na reunião com o grupo de famílias cooperadas, além de uma redução na área, pois se considerou que os 50 metros quadrados poderiam ficar inviáveis devido às restrições orçamentárias.

As novas opções passaram a ter 43 metros quadrados.

II - Análise

Notou-se a autocrítica da equipe, o que é importante para o processo, uma vez que se trata de uma nova experiência, onde essas reuniões de avaliação, durante o desenvolvimento do processo, são importantes para se potencializar o resultado final.

Vale colocar que o grau de maturidade da equipe pode ser avaliado através do nível de aceitação da crítica do grupo. No caso as críticas foram feitas e aceitas de forma coletiva.

3.2.11 REUNIÃO 11 - EQUIPE TÉCNICA E FAMÍLIAS COOPERADAS

I – Descrição dos procedimentos

Persiste o problema com as listas dos integrantes das famílias cooperadas, onde nem todos são convocados, e as alterações são constantes. Dessa forma o número de participantes continua pequeno em relação ao total⁴¹, no caso 48.

No início, com o grupo todo reunido, a coordenadora da equipe de arquitetos fez uma introdução geral à apresentação. Nessa, foi explicado como funciona o processo autogestiniário. O interessante foi a forma como o processo foi colocado:

- “Vocês estão aqui como consumidores, como clientes, ninguém está dando nada de graça”.

Explicou-se que no processo as decisões seriam tomadas pelo grupo, e que esse deveria manifestar, sem constrangimentos, suas preferências, seus desejos. Foi dado como exemplo a compra de uma geladeira:

- “Quando vou comprar uma geladeira, vou à loja e escolho, com a ajuda do vendedor, a melhor que tiver. (...) do jeito que eu quiser. (...) É claro que escolho a melhor que cabe no meu dinheiro”.

O grupo foi dividido em dois menores, com 24 participantes por sala. Apresentou-se novamente a implantação, uma vez que na reunião anterior se considerou que esta não fora compreendida pelos participantes.

As questões levantadas continuaram as mesmas, só que dessa vez de forma mais global, não apenas sendo levantadas individualmente, mas discutidas entre todos. Os principais pontos que persistiram foram: fechamento (grade), segurança e conta de água.

- “Vizinho é bom, quando cada um tem suas contas”.

Passou-se à apresentação das unidades.

⁴¹ Este problema é recorrente em todas as reuniões.

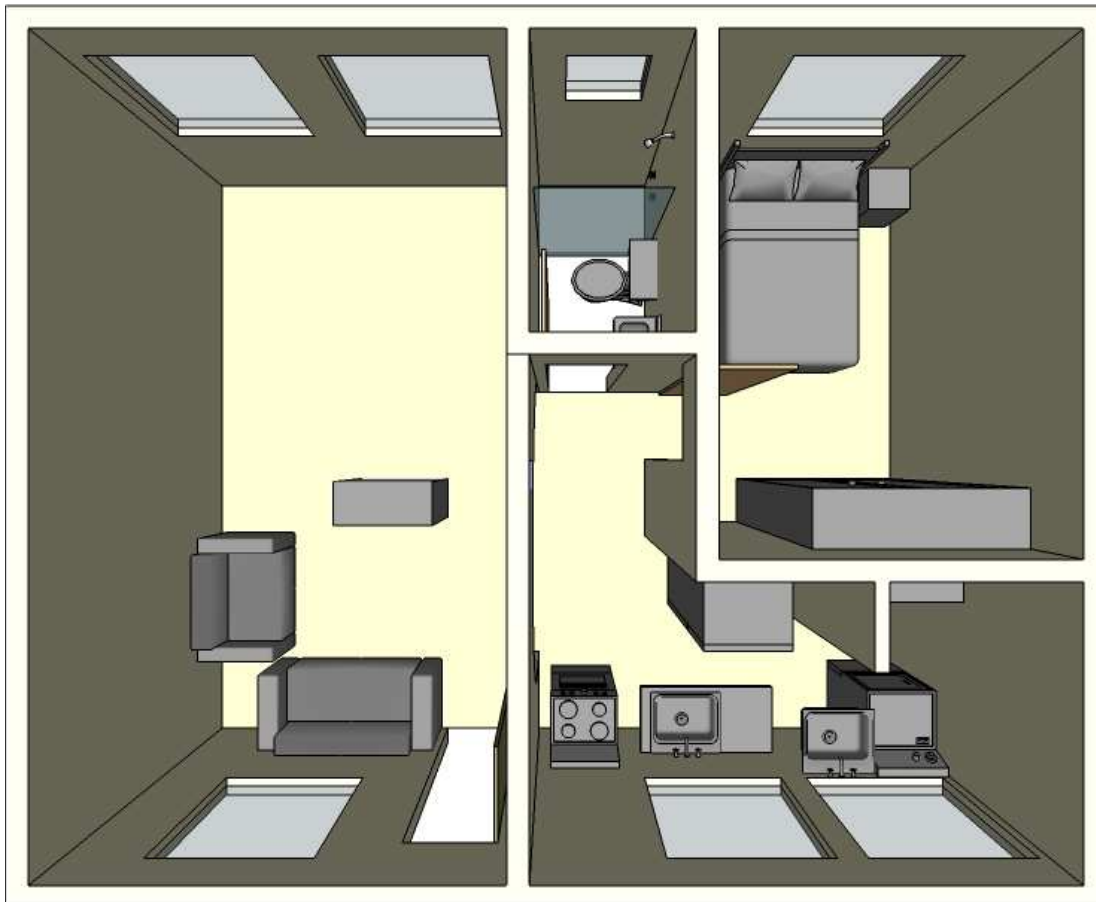


FIG 30 – 1ª. opção apresentada (3 quartos).

Essa opção é a mesma apresentada na reunião anterior, tendo sofrido alguns ajustes devido à redução da área.

Ela foi muito bem aceita:

- “Pode dividir com armário”;
- “Posso deixar mais arrumadinho”;
- “Gosto da janela do banheiro dando para a rua” (e não para a passarela);
- “É mais bonita por causa do arco”. (solução estrutural dada para a divisão entre a cozinha e a sala, permitindo que estas fiquem interligadas).

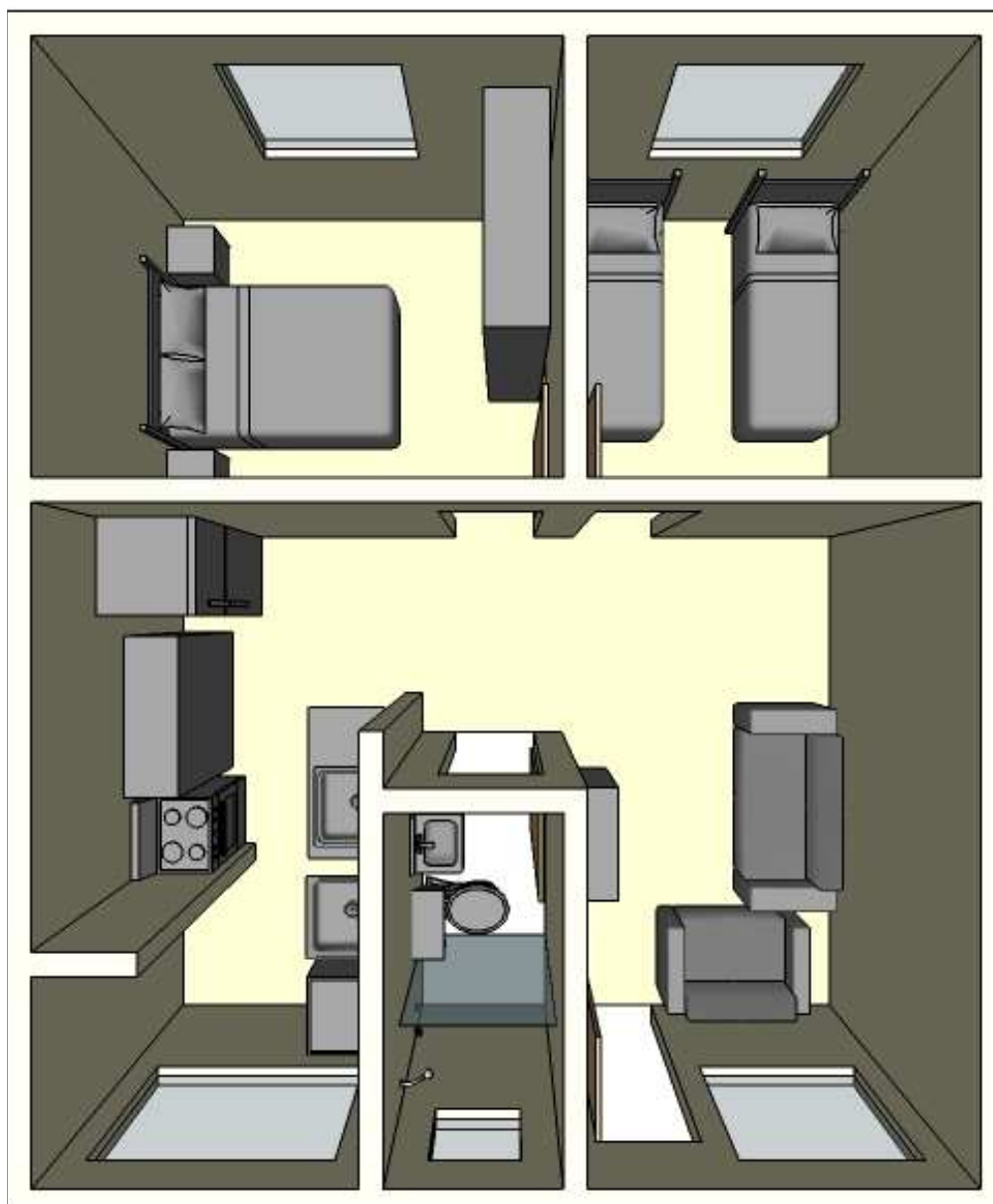


FIG 31 – 2ª. opção apresentada (2 quartos).

Quando foi apresentada a 2ª. opção, com 2 quartos, a preferência pela primeira foi unânime. Pelos motivos acima citados.

Passou-se então à 3ª. opção.

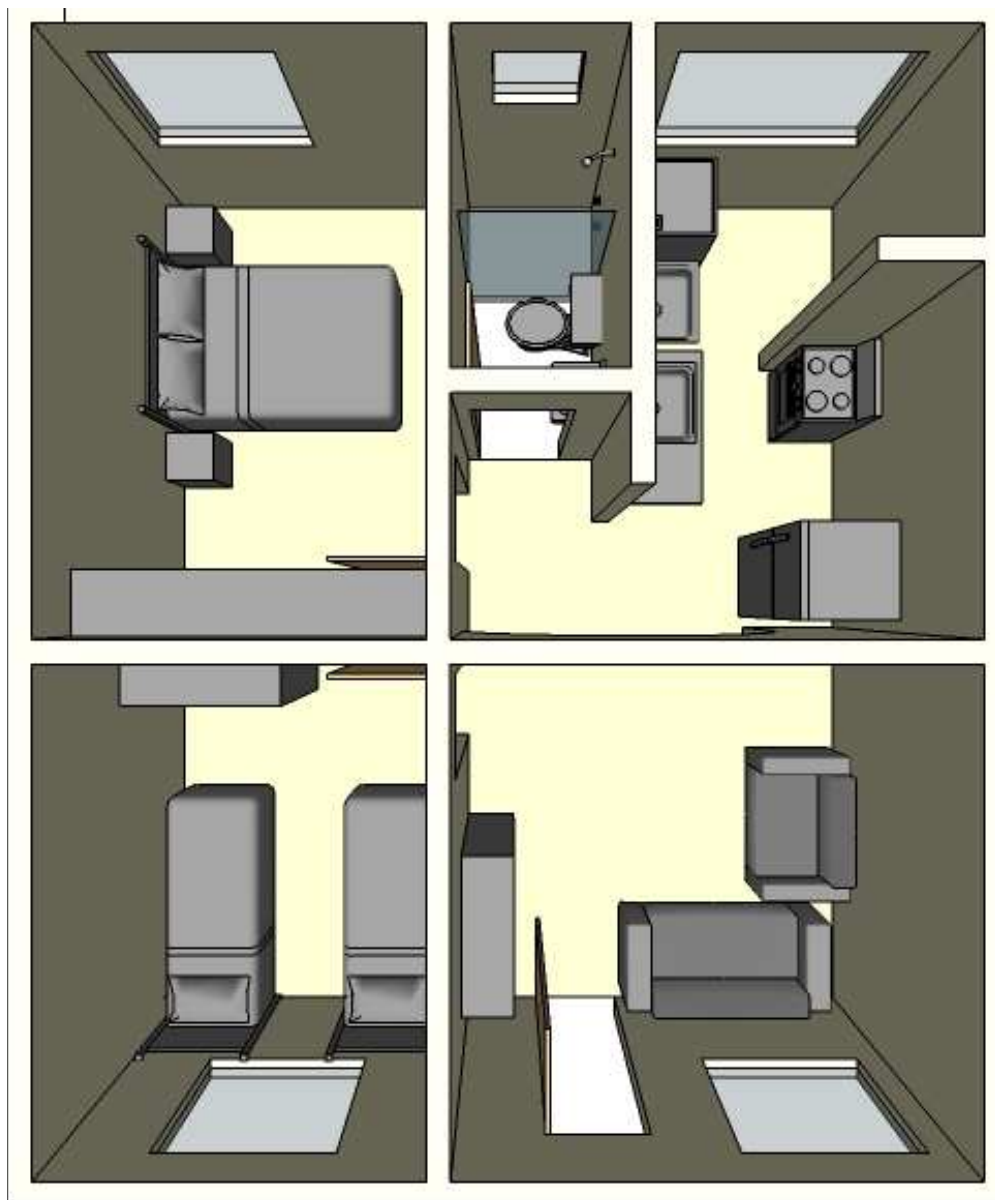


FIG 32 – 3ª. opção apresentada (2 quartos).

Foi colocado que essas duas últimas haviam sido desenvolvidas com o objetivo de diminuir a área de fachada e de circulação, reduzindo assim o custo final.

Discutiram-se questões técnicas, como prumada elétrica e parede hidráulica, que deveriam ser levadas em conta no processo decisório. Mas tais questões não foram compreendidas pelos participantes.

Após as apresentações, foi distribuída a planta da 1ª. opção apresentada (3 quartos), que foi a mais votada, para que os participantes montassem os layouts individuais. Para tal, foram recortadas e distribuídas figuras dos mobiliários em papel.



FIG 33 – Participantes sendo orientados a montar os layouts individuais.



FIG 34 – Participantes discutindo sobre as possibilidades de layout.

Depois do lanche (fornecido pelo projeto RSV), os dois grupos discutiram as decisões que haviam sido tomadas em cada subgrupo e perceberam que tais decisões eram coincidentes. As sugestões feitas pelos participantes foram incorporadas ao projeto (ver projeto final nos anexos).

No dia 30/11/2005, o mesmo foi protocolado para análise e aprovação na PBH, sendo sua aprovação realizada no dia 19/04/2006.⁴²

II - Análise

Depois da introdução feita pela coordenadora da equipe técnica, foi possível notar uma diferença na forma de agir dos participantes. As opiniões começaram a fluir melhor, no que se observa, mais uma vez, a importância do uso do vocabulário e da forma de interagir com a comunidade com a qual se vai trabalhar.

Quando houve a votação entre a primeira e a segunda opção, a decisão foi relativamente simples de ser tomada. As diferenças entre as duas foram assimiladas. Já quando se apresentou a terceira opção, notou-se uma dificuldade em se observar as diferenças, pois a similaridade entre a segunda e a terceira é grande, ou seja, as diferenças são mais sutis.

Quando se coloca em discussão propostas similares, não há como levar o grupo a optar. As diferenças técnicas devem ser trabalhadas antes, para que o grupo possa ter vocabulário técnico suficiente e, conseqüentemente, capacidade de distinguir e decidir.

É sempre mais fácil decidir entre 2 opções. Quando o número de opções é maior o processo se torna confuso.

3.2.12 REUNIÃO 12 - EQUIPE TÉCNICA E FINEP⁴³

I – Descrição dos procedimentos

Para essa reunião todos os órgãos parceiros foram convocados. A única ausência foi a da CAIXA.

⁴² Com relação às datas e tramites do projeto tanto na PBH, quanto na CAIXA, ver relatório do projeto RSV.

⁴³ FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. Forneceu apoio financeiro ao projeto RSV.

Foi realizada a apresentação dos trabalhos executados até a data para os representantes da FINEP e demais parceiros.

Os principais pontos criticados pela equipe técnica foram:

- a questão dos órgãos parceiros não trabalharem de acordo com as necessidades do crédito solidário, além da falta de comunicação entre os mesmos, e o fato de não saberem o significado da autogestão;
 - a forma diferenciada da Prefeitura tratar das obras ligadas ao empresariado daquelas ligadas ao interesse social. No caso o processo de aprovação do primeiro é mais ágil, quando na verdade deveria ser o contrário;
 - devido ao processo de aprovação das famílias junto à CAIXA, o trabalho desenvolvido com 57% dessas foi em vão. A obra, 2ª. fase do processo, será desenvolvida com pessoas que não participaram das atividades de treinamento em autogestão, durante o processo de projeto;
 - se o crédito solidário tem como objetivo contemplar famílias de 0 a 3 salários mínimos, onde está o 0, uma vez que essas famílias não são aceitas na seleção feita pela CAIXA?
- “Não podemos trabalhar com o quesito “hipocrisia”, isto é deseducar, [...] ensinar a mentir”.

II - Análise

De acordo com o que já foi dito por Paulo Freire, a conscientização crítica deve ser trabalhada não apenas com o grupo de famílias cooperadas, mas também com os órgãos parceiros, o que pode ser confirmado através das críticas feitas a esses órgãos.

Nessa reunião, fica clara a postura crítica dos arquitetos quanto às políticas públicas e aos órgãos reguladores, bem como a forma de trabalhar da equipe:

- “Você faz, experimenta, critica e isto faz avançar”.

3.2.13 REUNIÃO 13 - VISITA A OUTROS EMPREENDIMENTOS

I – Descrição dos procedimentos

Alguns representantes do grupo de famílias cooperadas foram convidados a visitar dois empreendimentos, construídos através do crédito solidário com gerência autogestionária e desenvolvimento de projeto pelo processo participativo. A intenção da equipe técnica foi proporcionar a troca de experiências entre as famílias que já habitam os novos empreendimentos com as que ainda estão em fase de projeto.

Foram visitados o Conjunto Fernão Dias e o Jardim Leblon.



FIG 35 – Visita ao Conjunto Fernão Dias.



FIG 36 – Visita ao conjunto Jardim Leblon.



FIG 37 – Vista a uma das unidades do Jardim Leblon.



FIG 38 – “Café” na casa da síndica do Jardim Leblon (fonte da autora).

II - Análise

As principais questões levantadas pelo grupo do RSV foram sobre o pós-morar: como era feito o pagamento das contas comuns do condomínio, qual o valor da prestação, qual o valor da unidade depois de pronta, como é feita a limpeza das áreas comuns, como foi realizado o sorteio das unidades.

Já as famílias moradoras dos conjuntos levantaram questões sobre a construção:

- “O nosso projeto ficou muito bem feito [...] muito chique [...] e no final o dinheiro não deu. Teve que cortar muita coisa, aquecimento solar, gás encanado [...]”.
- “Muita gente ainda está terminando o seu apartamento”.
- “Faz falta uma loja”.

- “Durante o mutirão a gente virou uma família”.
- “Ter construído no mutirão é bom que a gente sabe com quem pode fazer amizade e com quem tem que ficar com o pé atrás”.
- “Tem que ter muita união de todos”.
- “Sou apaixonada com o meu cantinho”.

Essa análise crítica se encerra nesse ponto por se considerar que as anotações até aqui levantadas são suficientes para o desenvolvimento desse trabalho.

Passa-se agora às entrevistas realizadas com base nas análises aqui desenvolvidas.

4.3 Entrevistas

Com base no referencial teórico e conceitual apresentado, somado às observações feitas na análise crítica do processo de projeto do RSV, e visando à utilização da pedagogia de Paulo Freire nesse mesmo processo, foram levantados os dados a serem analisados através das entrevistas, como se segue.

4.3.1 Entrevistas com a comunidade

Em relação à comunidade, o interesse maior é observar como se deu a participação daquela no processo de projeto, e se essa participação contribuiu, de alguma forma, para o desenvolvimento da consciência crítica dos membros do grupo.

Com esse objetivo, o questionário, a seguir (ver FIG 39), foi aplicado após o término do processo de projeto e sua aprovação na CAIXA e na Prefeitura. Para tanto, foram utilizadas as reuniões para a elaboração do regulamento de obras, ocorridas na PUCMINAS, a fim de se evitar mais deslocamentos, tanto dos pesquisadores quanto dos entrevistados. Além disso, aproveitar-se-ia o fato dos entrevistados estarem reunidos ainda durante o processo de tomada de decisão, o que preservaria o espírito de participação.

Todos os questionários foram aplicados pelo mesmo pesquisador, no caso a autora. Cabe aqui colocar que ao se auxiliar os demais pesquisadores na

aplicação do “cadastro das famílias”, observou-se que, conforme o entrevistador, o conteúdo das respostas era mais abrangente, motivo pelo qual se optou por se utilizar apenas um entrevistador, visando obter o mesmo padrão de respostas.

Antes do início das perguntas foi esclarecido que o referido questionário não fazia parte do processo de projeto e que se tratava de um instrumento metodológico com vistas à pesquisa que estava sendo desenvolvida pela universidade, paralela ao desenvolvimento do RSV. Julgou-se este esclarecimento necessário, para se evitar qualquer constrangimento do entrevistado diante das perguntas.

Escola de Arquitetura da UFMG
Projeto de Pesquisa em Autogestão
Objeto: RSV – Residencial Serra Verde

1. Nome do titular:

2. Nome do representante:

3. Vai residir no RSV? () sim () não

4. A quantas reuniões do RSV compareceu, na EAUFMG?

5. Há quanto tempo pertence à ASCA-BH?

6. Costuma freqüentar as reuniões da ASCA-BH?

7. Desenvolve alguma atividade na ASCA-BH? Qual?

8. Já pertenceu, ou pertence a alguma outra associação? (creche associação de bairro, associação de pais etc).

9. Como é sua relação com os vizinhos atuais?

10. Dúvidas ou comentários:

FIG 39 - Questionário aplicado às famílias.

Elaborado pela autora.

Após a identificação do titular, cadastrado no sistema de financiamento, a questão 2 visa verificar se quem comparece às reuniões é quem está cadastrado como beneficiário, uma vez que há a possibilidade de se eleger um representante, que não será necessariamente o futuro morador. A questão 2 permite verificar se quem participa das reuniões é sempre a mesma pessoa.

Na questão 3, objetiva-se conferir se quem está inscrito e/ou participando pretende morar no empreendimento, uma vez que algumas pessoas, por não possuírem os requisitos exigidos pela CAIXA, utilizam os dados de algum parente.

Já a pergunta de número 4, pretende checar a frequência com que a família participou das reuniões de projeto. No caso, estas reuniões ocorreram na EAUFMG.

Com as questões 5,6 e 7, pretende-se descobrir como se dá a relação da família com a ASCA - BH. Se essa relação é apenas um meio de se atingir o objetivo da casa própria ou se através dele – obtenção da casa própria - se consegue, através da participação, uma maior conscientização dos filiados e, conseqüentemente o desenvolvimento dos conceitos de coletividade e de cidadania.

No item 8, o objetivo é saber se a família tem o hábito da participação, do trabalho em grupo, mesmo que em pequena escala.

O item 9 pretende verificar qual a relação de vizinhança dessa família na moradia atual, visando saber se o conceito de trabalho em grupo é praticado, e como.

A questão 10 é um espaço para possíveis comentários extras, de interesse da pesquisa, que possam aparecer durante a mesma.

Cabe aqui ressaltar que, durante a aplicação dos questionários, observou-se que as respostas dos diversos entrevistados eram repetitivas em seu conteúdo. Dessa forma, o universo previsto de 33 entrevistados foi reduzido para 22.

4.3.2 Entrevistas com os arquitetos

A princípio, tal entrevista deveria ser feita apenas com o grupo de arquitetos que participaram do processo de projeto participativo do RSV. Mas, como nem todos participaram durante todo o período do desenvolvimento do projeto, e muitos não estiveram presentes às reuniões com as comunidades, além de que, não caberia aqui a autora se entrevistar nem tão pouco a orientadora dessa dissertação, o universo a ser pesquisado se reduziu a um arquiteto. Dessa forma, optou-se por abrir o leque e incluir arquitetos e outros profissionais de áreas afins, que tivessem trabalhado com processos de projeto participativo.

A decisão de incluir outros profissionais deveu-se ao fato de que o principal interesse dessa pesquisa, em relação à equipe técnica, é saber qual a postura dessa em relação aos demais participantes - no caso, os futuros moradores - e qual a principal dificuldade encontrada pelo profissional no processo de projeto participativo. Foi dada preferência para profissionais que tivessem trabalhado tanto com o processo de projeto “convencional” como com o “participativo”, facilitando a identificação das diferentes aptidões demandadas em cada tipo de processo.

Essas entrevistas foram feitas por telefone, onde o pesquisador fazia anotações das respostas, procurando salientar os pontos de maior interesse para a pesquisa. Novamente, se utilizou apenas um entrevistador. Todos os entrevistados foram informados dos objetivos da pesquisa e concordaram com a utilização de seus comentários para registros de dados.

O roteiro dessas entrevistas seguiu o modelo:

1 – Nome completo, formação e data de formatura.

Aqui se verifica se há diferença de posturas devido à formação e ao período de experiência profissional dos entrevistados.

2 – Já trabalhou com projeto habitacional comercial e participativo? Qual a principal diferença entre os dois processos de projeto?

3 – Quais as maiores dificuldades encontradas no processo de projeto participativo?

Nos dois itens acima busca-se verificar se haveria alguma lacuna, ou necessidade de habilidades especiais na formação do profissional para desenvolver o objeto de análise desse trabalho – o processo de projeto participativo de interesse social.

4 – Quais as aptidões deveriam ser desenvolvidas pelos profissionais que trabalham com projeto participativo?

A intenção é saber até que ponto o entrevistado percebe que a dificuldade observada no trabalho participativo é devida à falta de formação profissional, ou se a dificuldade encontrada é apenas mais uma característica do próprio processo.

4.4 Análise dos dados obtidos

Como foi dito anteriormente, serão apresentados os dados obtidos nos itens 4.3.1 e 4.3.2 – comunidade + equipe técnica – de forma a produzir uma coletânea de sugestões críticas acerca do processo de projeto participativo de interesse social, sugestões que possam ser utilizadas para se repensar e auxiliar esse novo processo de produção habitacional.

Como primeira observação nos chamou a atenção que, dentro do grupo de entrevistados todos se mostraram solícitos e prestativos ao responder ao questionário. Apenas uma pessoa, futura moradora, que trabalha na ASCA - BH, se recusou a responder o questionário. Ou seja, a única recusa foi de um membro que deveria estar consciente da importância da participação, não só no processo, como também no desenvolvimento de novas pesquisas que visam o aprimoramento do mesmo.

ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS DA COMUNIDADE

Dentre as famílias entrevistadas, 100% vão residir no RSV.

Em relação à participação nas reuniões de projeto e workshops, realizados na EAUFGM:

- 45,5% compareceram a todos os encontros;
- 18,1% compareceram a mais de 50% dos encontros;
- 18,1% compareceram a menos que 50% dos encontros;

- 18,3% não compareceram.

Ou seja, apenas cerca de 50% das famílias realmente participaram do processo de projeto. Os motivos desse elevado absenteísmo serão discutidos no próximo capítulo, junto com as conclusões.

Observou-se que 18,3% dos entrevistados, o representante – quem frequenta as reuniões, portanto o participante do projeto - não é o titular, mas é sempre o/a conjugue. Esse dado será melhor discutido também junto com as conclusões.

Vale ressaltar que 77% dos representantes são do sexo feminino.

O que mais nos chamou a atenção foi o fato de que, apesar dos entrevistados fazerem parte da ASCA - BH, apenas 18% atuam, de forma efetiva, na associação.

Quando perguntados há quanto tempo fazem parte da ASCA - BH, a resposta geral era que tinham de 10 a 8 “anos de caminhada”, mas essa “caminhada” não significa participar. A participação se resume em comparecimentos esporádicos às reuniões e pagamento da contribuição mensal.

Surgiu então a necessidade de se especulado sobre o conteúdo das reuniões, o que foi feito através de conversas com outros pesquisadores do programa e participação nas mesmas. O que se observou foi que o objetivo é “manter vivo o movimento”. Durante as mesmas, é passado o relatório das atividades desenvolvidas pelos organizadores, cobrada a taxa mensal e repassadas as exigências da CAIXA para o financiamento – o que é a grande preocupação dos dirigentes, pois, na maioria das vezes, as famílias são barradas no processo de seleção da CAIXA.

Em nenhum momento é fomentado o desenvolvimento da consciência crítica para a participação. Nenhuma atividade paralela é organizada, a não ser o convite para alguma passeata esporádica ou alguma outra manifestação do gênero. Concluímos que os participantes são convocados apenas para “engrossar” as manifestações.

Conclui-se que esse espaço, onde as pessoas participam, ou pelo menos se reúnem durante algum tempo, ao longo de tantos anos, é subaproveitado. Nele

poderiam ser desenvolvidas atividades que fomentassem a cultura da participação, uma vez que, como verificado na pergunta 8 (Já pertenceu, ou pertence a alguma outra associação?), apenas 13,5% participa de outras atividades coletivas. Sendo que desses, 4,5% são aposentados que voltaram a estudar.

Segundo a literatura estudada (Milton Santos, Marcelo Lopes de Souza, Juan E. Díaz Bordenave) um dos maiores entraves à participação, no Brasil, é a falta da cultura de participação. O espaço das Associações de Moradores, que trabalha com os grupos durante longos períodos, poderia ser a forma ideal para o desenvolvimento, mesmo que embrionário, dessa cultura. Isso seria um facilitador para o processo de projeto participativo a ser desenvolvido com, e para, essas pessoas, uma vez que se trata de etapa anterior ao processo de projeto.

O que falta, segundo as observações feitas, é um melhor assessoramento a essas instituições. É nítido no discurso dos líderes destas associações que a cultura popular deve ser preservada, ou que o saber popular é tão importante quanto o científico ou técnico. Eles têm consciência da importância do “papel do popular”, mas não da “participação popular”. São ações *paroquiais*⁴⁴ diante de uma carência específica, não gerando uma crítica sobre a sociedade atual.

Por outro lado, quando perguntados sobre os vizinhos atuais, 99% diz ter uma ótima relação de vizinhança: “vizinho é feito família”; “me empresta a chave, peço fósforo emprestado... até dinheiro para condução já peguei emprestado”; “a gente acostuma com o movimento, então um diferente, a gente já repara” (falando sobre segurança). Fica demonstrado que o espírito de ajuda mútua e de grupo já existe, o que falta realmente é a consciência *crítica* do que é participação, e que essa pode levar ao exercício da democracia e à cidadania.

Aliás, o conceito de cidadania não é desenvolvido pela associação em nenhum momento algum. As pessoas se filiam à ASCA - BH visando apenas o acesso à casa própria, uma vez que a CAIXA só libera o financiamento para as pessoas que façam parte de uma associação. Após o atendimento da reivindicação – moradia – ocorre a desmobilização das pessoas.

⁴⁴ Termo utilizado por Souza (2004:83).

Outro ponto que deve ser observado, é que no espaço da questão 10, visando se obter dados extras, cerca de 80% dos entrevistados levantaram dúvidas sobre o contrato recém assinado com a CAIXA. Muitos inclusive não sabiam qual seria o valor da parcela a ser paga. Mas isso também será discutido de forma mais detalhada no próximo capítulo.

Alguns, cerca de 30%, levantaram questões sobre como seria a entrega das unidades, se seriam totalmente acabadas, ou seja, com todos os revestimentos. Outros comentaram terem gostado da flexibilização dada à unidade quanto à posterior divisão interna, mas foram categóricos de que a parte comum deveria ser entregue totalmente “terminada”.

ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS DOS PROFISSIONAIS

O grupo, de arquitetos e profissionais de áreas afins entrevistados, foi formado por: 4 arquitetos, 1 urbanista, 1 engenheiro civil e 1 pedagoga com mestrado em sociologia. Desses, apenas 1 não trabalhou com projetos *participativos comerciais*, mas todos trabalharam com projetos *participativos de interesse social*.

O tempo de formado dos profissionais entrevistados não influenciou nas respostas apresentadas, o diferencial se encontra na experiência em processos participativos de interesse social.

De forma geral, as respostas foram bem similares, sendo que a experiência particular descrita pelos entrevistados enriqueceu os dados dessa pesquisa. E a diversidade do grupo de profissionais acrescentou conteúdo àquela.

Quanto à principal diferença entre os dois tipos de projeto participativo – comercial ou de interesse social – as respostas foram, de certa forma, similares. Entende-se que cada um relatou o item que lhe chamou mais atenção. O que leva a identificar como principais diferenças:

- *objetividade* – no projeto comercial, por se tratar de grupos menores e com interesses mercadológicos bem definidos, as respostas são mais rápidas. Ao contrário, no projeto de interesse social, o grupo de interlocutores é maior e mais diversificado, retardando assim o tempo de resposta;

- *número de instituições envolvidas* – no projeto de interesse social há uma variedade de instituições envolvidas no processo, não se trata apenas dos arquitetos envolvidos no projeto e de seus usuários finais. Há vários intermediários atuando dentro do processo, sem que haja uma hierarquia definida. Cada intermediário se preocupa apenas com uma parte do projeto, o mesmo nunca é analisado como um todo, englobando inclusive as questões sociais que tal projeto demanda. “A Prefeitura olha apenas o lado técnico e construtivo”, a “ASCA sugere coisas diferentes das demandas dos reais moradores”;
- *dimensão e localização do empreendimento* – no projeto de interesse social os conjuntos são menores e se localizam em áreas já pertencentes ao tecido urbano, com comércio, transporte etc;
- *custo* – é menor o custo final das unidades residenciais no projeto de interesse social, uma vez que os próprios moradores podem contribuir com a mão de obra, durante a construção ou após a entrega. “As pessoas terminaram o acabamento depois”;
- *nível de satisfação dos moradores* – com a participação no processo de projeto, mesmo que em cada caso essa ocorra de uma determinada forma, o nível de satisfação dos moradores é maior. “Com a participação na fase de projeto as pessoas têm uma visão melhor do produto final”; “o nível de apropriação é maior quando você abre para participação de projeto”.
- *tempo de desenvolvimento* – no processo de participação de interesse social o tempo de desenvolvimento do projeto arquitetônico é maior, uma vez que demanda várias reuniões com a comunidade. “O processo participativo é árduo, é mais fácil o tradicional, o processo é longo”. “Gastou-se muito tempo não só com o processo, mas também com a burocracia”.

Em relação às principais dificuldades encontradas, durante o desenvolvimento do projeto participativo de interesse social, há um ponto em comum: como efetivar a participação popular. Cada entrevistado relata uma experiência própria, sempre de iniciativa pessoal. Outro ponto comum é a falta de troca de experiências entre os profissionais que estão trabalhando com o referido

processo. Segundo a fala de um dos entrevistados: “falta de troca de tecnologia com outros empreendimentos”.

A dificuldade de interação com os órgãos chamados “parceiros”, devido à burocracia e à falta de flexibilidade dos mesmos, é uma constante. “Exigências absurdas, energia gasta com coisas sem importância em detrimento ao participativo que é mais trabalhoso” (falam em relação à CAIXA). “A ignorância dos órgãos financiadores é um dos maiores entraves ao processo participativo”. “Não adianta trabalhar com a utopia, se a Caixa e a Prefeitura te cobram como a uma construtora”. “A qualidade das reuniões das associações deixam muito a desejar em relação ao processo participativo”. “Tudo é muito centrado na figura da [...] (líder de uma associação de moradores)”.

Apenas 2 profissionais citaram a linguagem como sendo um dificultador. Mesmo assim, dessas, apenas uma cita a linguagem gráfica. “Devemos encontrar maneiras de que a linguagem seja entendida tanto na falada quanto na gráfica”. “A dificuldade é o falar em público”.

As outras dificuldades encontradas são isoladas, sendo as mais relevantes para essa pesquisa:

- o custo com a participação, uma vez que são necessários vários deslocamentos, dos participantes, durante o processo de projeto. “O fato de lidar com um público tão sacrificado é complicado, deslocamento, tempo”;
- falta de “traquejo” da equipe de arquitetos em trabalhar com o grupo, “não por causa da pobreza, mas por querer incluir tudo e todos. Tem um limite que tem que ser dito. Pode ou não pode”;
- “o maior desafio é atingir desejos díspares, de pessoas diferentes”.

Sobre as aptidões que deveriam ser desenvolvidas pelos profissionais visando suprir alguma lacuna na formação acadêmica, detecta-se a falta de disciplinas voltadas para a área social. A resposta que resume todas as outras foi: “A gente precisaria de uma cadeira de antropologia urbana, porque a gente fala de outras culturas, outros valores”.

Observa-se, assim, que os profissionais envolvidos com o processo de projeto participativo de interesse social sentem a necessidade de uma formação além da tradicional de sua base curricular.

Para explicitar melhor, vejam-se algumas outras respostas.

- “Falta uma experiência de obra, em função de futuros problemas de obra, muitas vezes soluções são descartadas por falta de experiência do “como executar”;
- “É preciso uma visão de obra de tecnologia diferente [...] vivência de obra é importantíssimo”;
- “Ele (arquiteto) tem que saber ouvir, clareza para expor. Uma disposição para educação, compartilhar, transmitir conhecimentos”;
- “Qualquer experiência em trabalho comunitário é útil na interlocução com o usuário”;
- “Tem família com média de idade variada, tem que ficar inventando tarefas, tentando fazer o social” (fala sobre a distribuição de tarefas durante a obra);
- “Muitos problemas sociais, droga, bebida”;
- “As pessoas ficam ávidas para ter atividade (na obra), durante a semana que precede tem que planejar, e como a obra é dinâmica, fica difícil”.

Ou seja, dependendo da formação de cada um, a falta da relação entre projeto e obra é um dos problemas apontados. Somando a experiência pessoal, considera-se tal ligação útil em todos os processos de projeto, e deveria ser melhor desenvolvida na vida acadêmica.

O outro ponto levantado, que não deixa de estar relacionado com a resposta considerada resumo das demais, é a falta da dinâmica social. Esse ponto poderia ser suprido se na equipe de projeto houvesse a presença de um profissional da área social, mas mesmo assim deveria haver uma cadeira específica no curso de arquitetura onde as questões sociais fossem trabalhadas.

Apesar da questão social não ter sido formalmente perguntada aos entrevistados, é presença comum em todas as falas. Nota-se que o profissional

tem a sensibilidade da importância daquela, mas por não sabe como trabalhar com a mesma. Foram selecionadas as seguintes falas para exemplificar:

- “Quando se consegue explicar bem claramente o que se deve fazer, o serviço rende mais. Quando se dá ouvidos para a forma da pessoa se expor, e abre a alma para esta linguagem, saber ouvir, desarmar o espírito – porque é uma outra profissão”;
- “Aconselho a sempre ouvir a forma do líder comunitário falar, agir, e aprender com ele e tirar esta barreira”;
- “Os arquitetos apostavam no projeto, mas os engenheiros não” (falando sobre a flexibilização de soluções);
- “Na própria mobilização, a parte social cumpre um papel importante, ajuda bastante a lidar com orçamento, etapas de obra”;
- “O papel do agente comunitário dá mais liga no processo de projeto”;
- “A fase mais rica do projeto foi a fase em que as atividades não eram voltadas à moradia, mas às pessoas, às relações [...], vai antecipando coisas que no cotidiano de um grupo vai aparecendo”;
- “As pessoas costumam a crer que a decisão delas vai influir no produto”;
- “Tem que fazer o esforço de trazer todo mundo para o mesmo patamar”;
- “Saber sacar as pessoas, tentar valorizar posturas positivas e desestimular as negativas”;
- “Saber como a contribuição pode aflorar”;
- “Desenvolver a habilidade de lidar com o cliente que tem mil corações e mentes para que o grupo tenha uma ação coesa”;
- “Tem que ter serenidade para lidar com os conflitos, porque eles vão aparecer numa hora ou noutra”.

Outro ponto que chamou a atenção foi o grau de insatisfação dos profissionais com o produto final. Não pela má qualidade desse, mas pelo desenvolvimento, apenas parcial, do potencial de solução. A expectativa do grupo era que, por se tratar de um projeto de interesse social e de um novo processo de

desenvolvimento de projetos, as oportunidades de se obterem soluções cada vez melhores não foram devidamente aproveitadas.

- “No nosso caso (falando especificamente do RSV, um projeto de pesquisa universitária), o caráter de experimentar novas idéias acadêmicas não viabiliza, mas ficam “assombrando” e não tem resposta”.

As causas desse subaproveitamento do projeto participativo foram as mais diversas, desde o cumprimento de prazo (mal dimensionado para o processo participativo) até o custo operacional das soluções. Ou seja, novas soluções deixaram de ser testadas por falta de: tempo operacional para os testes e processos investigativos, flexibilização das políticas habitacionais e dos órgãos reguladores, e falta de verba para custos operacionais referentes aos testes.

Porém, mesmo insatisfeitos, foi consenso que o produto final do processo participativo é melhor que o tradicional. Felizmente, pode-se transcrever:

- “Até onde a gente conseguiu caminhar, o produto mostra isso. O produto gerado foi totalmente atípico do mercado. Totalmente diferente do que a gente está acostumado [...] prá quem é de fora tem um impacto. Vai ser diferenciado, mesmo não tendo tido a participação ideal “.

5 CONCLUSÃO

O objetivo da presente dissertação foi verificar a veracidade das hipóteses levantadas no início do trabalho, que serão relacionadas logo abaixo, e mostrar como o processo de projeto participativo do RSV pode ter contribuído para a melhoria da qualidade de vida de seus participantes.

No final desse capítulo será apresentada, como sugestão, a pedagogia de Paulo Freire, trabalhada dentro do processo de projeto participativo.

Por fim, são feitas algumas sugestões para as próximas pesquisas a serem desenvolvidas nessa área.

5.1 Verificação das hipóteses

Voltando ao capítulo 1 dessa pesquisa, as hipóteses formuladas e posteriormente submetidas à verificação foram:

- a multiplicidade de conhecimentos exigida do arquiteto é maior e possui uma interdisciplinaridade mais elevada, se comparada com a do projeto *comercial*, afora disso, o nível de comprometimento do mesmo com o produto final vai além da satisfação do cliente e da geração de lucro do empreendimento encomendado;
- a pedagogia de Paulo Freire pode auxiliar a potencializar os resultados do processo de projeto participativo.

Através dos comentários dos profissionais entrevistados e dos arquitetos da equipe de projetos do RSV, percebe-se que o envolvimento desses com os futuros usuários do produto final de seu trabalho é diferente do que ocorre na relação profissional-cliente em projetos *comerciais*. No processo participativo, o arquiteto faz a ponte entre as famílias cooperadas e os demais agentes envolvidos no processo – fornecedores, financiadores, legisladores, poder público etc.

Nunca foi objeto dessa dissertação o questionamento da função e papel do profissional de arquitetura na situação descrita. O fato aqui observado é que a função extraordinária, no sentido “fora do usual” é amplamente exercida. Caberia discutir o que motiva essa atuação: se a ausência e/ou inércia dos

outros profissionais envolvidos no processo, ou por se tratar de uma característica da profissão do arquiteto a “pluriaptidão”.

O arquiteto tem na sua formação, como no exercício da profissão⁴⁵, o caráter interdisciplinar muito latente. É função do profissional de arquitetura, a coordenação e a compatibilização dos projetos complementares ao arquitetônico. Além de que, dentro do processo de desenvolvimento de cada projeto, se faz necessária uma pesquisa não apenas formal, como funcional das atividades que deverão ser desenvolvidas nos espaços projetados. Sendo assim, pode-se afirmar que o arquiteto tem no desempenho de sua profissão a habilidade da coordenação do trabalho interdisciplinar.

Através das entrevistas com os profissionais que trabalham com projetos participativos de interesse social, observou-se que a função de coordenação não é exercida apenas pelo arquiteto. Ela acaba sendo assumida pelo profissional que fica à frente do projeto, ou pelo grupo que coordena o mesmo. Dessa forma, fica demonstrado que tal função é necessária e deve ser desenvolvida por um profissional capacitado para tal.

Como o projeto arquitetônico é o primeiro projeto a ser desenvolvido, e é a partir dele que os outros se desenvolvem, essa coordenação acaba sendo desenvolvida pelo profissional de arquitetura, como no caso observado do RSV.

No mercado profissional atual, com o aumento de projetos correlatos ao arquitetônico, desde cabeamento estruturado até “marketing”, vê-se o aumento significativo da oferta de cursos de capacitação para “coordenador de projetos”, “gestor de projetos”, etc. No entanto, tais cursos são ofertados visando o profissional que trabalha com grandes e rentáveis empreendimentos. Nenhum visa o profissional que trabalha com projetos de interesse social.

A questão, que aqui se faz importante discutir, é se a formação do profissional de arquitetura o capacita à coordenação do projeto de interesse social. E se seria realmente o arquiteto o profissional mais indicado para o desempenho dessa função. Não caberia, a inclusão de profissionais de outras áreas na equipe de projeto tornando-a também interdisciplinar?

⁴⁵ Ver nos ANEXOS as atribuições profissionais do arquiteto ou engenheiro arquiteto.

Outro questionamento é acerca do papel da associação⁴⁶ na qual as famílias cooperadas estão filiadas. Essa função, de “coordenação multidisciplinar” e “interação entre órgãos parceiros e intervenientes”, poderia ser exercida pela associação ou pelos representantes da mesma? O que se constatou, no presente estudo de caso trabalhado, validado pelas entrevistas com os profissionais envolvidos nesse mister, é que os membros da coordenação dessas associações não possuem tal capacitação.

Seria então o caso de se repensar o assessoramento desses representantes por profissionais habilitados a gerir essa coordenação, capazes de assegurar os resultados pretendidos?

Ao longo da pesquisa surgiu a necessidade de se aferir qual foi o ganho real das famílias cooperadas com a participação no processo de projeto. Essa aferição, contudo, só poderá ser verificada após a mudança das famílias para as novas moradias. Só assim tal verificação poderá ser feita: com a comparação do pré e pós “habite-se”, que é a única forma de estudo viável.

Por hora, o que se pode afirmar é que não há dúvidas de que a moradia em si é um ganho na qualidade de vida. Não pelas qualidades do projeto ou da participação, mas pelos diferenciais óbvios de se ter ou não onde morar.

Pode-se afirmar também, através das análises críticas do processo de projeto e das entrevistas, tanto com as famílias quanto com os profissionais, que apesar de não haver uma participação efetiva, das famílias cooperadas, há geração efetiva de conhecimento maior do objeto tratado se comparado com os processos dos modelos *central desenvolvimentistas*⁴⁷.

Conforme afirmado pela literatura aqui trabalhada, e confirmado pela pesquisa desenvolvida, os futuros moradores possuem uma relação diferenciada com a futura moradia. Há uma apropriação prévia que permite uma melhor adaptabilidade à nova vida.

Vale afirmar ainda que essa apropriação gera o amadurecimento da relação do usuário com o território, através da conscientização da sua realidade social. Em

⁴⁶ Associações de sem-casa, no caso estudado a ASCA-BH, ou a UEMP.

⁴⁷ Ver item 2.1 do capítulo 2.

que pese a necessidade de autenticação desta afirmação, isso demandaria investigações que extrapolariam o escopo desse trabalho.

4.2 A pedagogia de Paulo Freire (EP) e o processo de projeto participativo

Através do que foi visto, sugere-se o seguinte quadro comparativo:

PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE	PROCESSO DE PROJETO PARTICIPATIVO
Problema: “se analfabeto, como criar sua montagem de sinais gráficos para inserir-se”.	Problema: diante da diversidade de atores, como promover a participação. “ninguém participa sem decidir, ninguém decide sem conhecer”.
Solução: método dialogal, crítico e criticizador.	Solução: método dialogal, crítico e criticizador. ? (metodologia a ser desenvolvida pela pesquisa do RSV)
Diálogo de forma horizontal entre o coordenador de debates e participantes do grupo.	Diálogo de forma horizontal entre a equipe técnica e as famílias cooperadas.
Relação de simpatia entre os pólos em busca de algo.	Relação de simpatia entre as partes através da relação de “cumplicidade” na tomada de decisões.
Matriz: amor, humildade, esperança, fé confiança, criticidade.	Matriz: gestão <i>ambiental participativa</i>

FIG 40 - Quadro comparativo Pedagogia de Paulo Freire e processo de projeto participativo. (Elaborado pela autora)

Não faz parte do escopo desse trabalho a montagem da metodologia a ser empregada em processos de projeto participativo; esse é um dos objetivos do projeto RSV, do qual essa pesquisa é apenas uma parte.

O que se sugere é o cotejamento com alguns pontos da pedagogia de Paulo Freire, uma vez que se observou que o caminho que está sendo feito para o desenvolvimento dessa metodologia engloba conceitos e fundamentos já trabalhados por aquele pedagogo.

Seguindo as fases de elaboração e de execução prática do método *dialogal, crítico e criticizador* proposto por Paulo Freire, apresentadas no item 2.5 do capítulo 2, sugere-se a seguinte analogia:

MÉTODO DIALOGAL CRÍTICO E CRITIZADOR - PAULO FREIRE	CONTRIBUIÇÃO P/ METODOLOGIA DE PROCESSO DE PROJETO PARTICIPATIVO
1. Levantamento do universo vocabular dos grupos com que se trabalha. Esse levantamento é feito através de encontros informais, que são importantes não apenas para o levantamento da linguagem; mas também para a relação que se trava entre a equipe de educadores e o grupo.	1. Conforme proposto por Malard <i>et al</i> (2002), é necessário o conhecimento da forma como uma comunidade se apropria dos espaços. “ler os espaços através de observações sistemáticas, identificar os conflitos ali presentes e analisá-los” (MALARD <i>et al</i> , 2002:251)
2. Escolha das palavras selecionadas do universo vocabular trabalhado.	2. “Propor novas formas para as espacializações” (MALARD <i>et al</i> , 2002:251).
3. Criação das situações existenciais críticas, típicas do grupo com que se vai trabalhar.	3. Discussão das novas formas de espacialização com o grupo, gerando críticas a serem incorporadas ao projeto, de forma a atender as necessidades típicas do grupo.
4. Elaboração de fichas e roteiros que auxiliem os coordenadores de debate.	4. elaboração de formas de apropriação das soluções por parte do grupo.
5. Elaboração de fichas com a decomposição de famílias fonêmicas correspondentes aos vocábulos geradores	5. Elaboração do programa de necessidades, decomposto em áreas públicas, semi-públicas e privadas.

FIG 41 - Quadro Método Paulo Freire e contribuição para o processo de projeto participativo. (Elaborado pela autora).

Conforme analisado por essa pesquisa no item 4.2, do capítulo 4, o item 1 do quadro acima, foi executado, pelo menos de forma parcial, através do levantamento fotográfico e físico de algumas residências atuais dos futuros moradores do RSV.⁴⁸

No item 2, Paulo Freire coloca que a escolha deve ser feita segundo o teor pragmático da palavra, que implica numa maior pluralidade de engajamento daquela numa dada realidade social, cultural, política etc. Através dessa analogia observa-se que a proposição de novas formas para as espacializações também deve ser feita visando um “engajamento” dos usuários com a realidade social, cultural, política etc. Ou seja, de forma a gerar questionamentos que levem a uma maior consciência crítica desses em relação às formas de espacialização por eles utilizadas.

A consciência crítica, ou “engajamento” dos usuários frente a sua realidade social é que vai permitir a discussão das novas formas de espacialização de forma a atender as necessidades sociais e culturais específicas de cada grupo trabalhado, dentro da sua realidade social. Conforme proposto no item 3, e o que, de forma concreta, ocorreu na reunião de dos arquitetos com os representantes de outros empreendimentos.

Já no item 4, Paulo Freire coloca que as fichas e roteiros elaborados, para auxiliar aos coordenadores, devem ser flexíveis. O mesmo é válido para as formas de apropriação das soluções desenvolvidas, que estão sendo trabalhadas na metodologia específica a ser elaborada pelo projeto RSV. Algumas dessas formas podem ser observadas através da reunião onde foram trabalhadas opções de layout na unidade mais votada, ou através dos workshops com computadores; ou ainda através dos jogos tutoriais que estão sendo desenvolvidos dentro do projeto RSV.

O programa de necessidades de uma edificação também serve como um roteiro que auxilia o processo de projeto. Se esse for decomposto em setores de acordo com o uso – público, privado e semi-público ou semi-privado – pode auxiliar na apropriação dos espaços por parte do grupo. Decompondo a apropriação desde a unidade habitacional até o entorno, englobando questões

⁴⁸ Ver Aguiar (2007).

físicas, ambientais e sociais. Ressaltando que o programa, assim como os roteiros não devem ser herméticos.

Segundo Paulo Freire (2005), a maior dificuldade é escolher o quadro dos coordenadores, pois esses deverão ter essa nova postura “dialogal” para que “façam realmente educação e não “domesticação”. Pode-se, então, afirmar que a mesma dificuldade é apresentada no projeto participativo, onde o arquiteto, além de suas atribuições profissionais acrescenta a de agente social. Isso porque a presença da questão social, como visto no processo de projeto, acaba por levar o arquiteto a ter uma postura política que demanda uma conscientização crítica daquele profissional. E assim como os coordenadores, a equipe técnica não deve impor nem induzir a apropriação das novas formas de espacialização.

5.3 Sugestões para novas pesquisas

O que mais chamou a atenção no trabalho aqui desenvolvido foi como se poderia efetivar a participação das famílias cooperadas dentro do projeto participativo.

De acordo com as observações feitas, há uma grande descrença desse grupo em relação à efetivação do recebimento da moradia.

Uma das sugestões é o estudo da inversão do processo junto à CAIXA, onde o cadastro das famílias cooperadas fosse aprovado antes do início do processo de projeto. Depois comparar, através de pesquisa se o efetivo credenciamento junto à CAIXA seria um estímulo à participação.

Outras sugestões se fazem em relação à associação à qual as famílias são filiadas. A primeira já citada, é que essas associações fossem orientadas por profissionais habilitados a desenvolver atividades que fomentassem a participação e verificar se esse trabalho realizado dentro das associações facilita o processo participativo na fase de projeto.

A segunda seria o desligamento do grupo de famílias cooperadas, ao menos de forma parcial, dessas associações. Talvez, dessa forma, através de uma identidade independente, sem a tutela⁴⁹ daquelas associações, o grupo já se

⁴⁹ Tutela que algumas vezes pode se tornar perniciosa, ver mais detalhes em AGUIAR (2007).

consolidaria em um condomínio, passando a viver como se tal fosse, antecipando os problemas do pós-morar. Além de se facilitar alguns aspectos legais durante a obra, tais como seguro contra acidentes, CNPJ independente para compras etc. O que também demandaria uma análise comparativa de dois casos, com e sem o desligamento sugerido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIKO, Alex Kenya; CARDOSO, Adalto Lúcio. *Procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda*. Porto Alegre: Antac, 2006^a (Coleção HABITARE, v.5).
- ABIKO, Alex Kenya; COELHO, Leandro de Oliveira. *Mutirão habitacional: procedimentos de gestão*. Porto Alegre: Antac, 2006b (Recomendações Técnicas HABITARE, v.2).
- AGUIAR, Leandro. *A participação do futuro morador em projetos habitacionais de baixa renda: estudo de casos*. Dissertação (mestrado em arquitetura e urbanismo defendido em 2007) Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- ATHAYDE, Phydia de. *Bem Longe do Alvo*. Carta Capital. São Paulo: Confiança, v. 12, n. 364, p. 26-28, out 2005.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. São Paulo: Ática, 2004.
- BENÉVOLO, Leonardo. *Introdução à Arquitetura*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- BENÉVOLO, Leonardo. *A cidade e o arquiteto: método e história na arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2004. (Debates; 190).
- BONDUK, Nabil. *Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1977.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1944 (Coleção primeiros passos; 95).
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CORAGGIO, José Luis. *Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos*. 3.ed. São Paulo: Cortez. (Instituto Paulo Freire).
- COSTA, Antônio Luiz M.C. *Planeta favela*. Carta Capital. São Paulo: Confiança, v. 12, n. 392, p. 10-15, maio 2006.

DAVIS, Mike. *Planet of slums*. New York, NY: Verso, 2006.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 31.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 20001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIEDMANN, John. *Planning in the public domain: from knowledge to action*. New Jersey: Princeton University Press, 1987.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da práxis*; prefácio de Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2004 (Instituto Paulo Freire).

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 2005 (Coleção Questões da nossa época; v.25).

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan. *Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GÓES, Mariza Barcellos; MALARD, Maria Lúcia; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (2005). *Arquitetura contemporânea processando a teoria através da prática*. CD-ROM Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

GROPIUS, Walter. *Scope or total architecture*. New York, NY: Harper & Brothers Publishers, 1955.

HARVEY, David. *Espaços de esperanças*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MALARD, Maria Lúcia *et al.* Avaliação pós-ocupação, participação do usuário e melhoria da qualidade de projetos habitacionais: uma abordagem fenomenológica com o apoio do Estado. In.: ABIKO, Alex Kenya; ORNSTEIN, Sheila Walbe. *Inserção urbana e avaliação pós-ocupação (APO) da habitação de interesse social*. São Paulo: FAUUSP, 2002. (Coletânea Habitare/FINEP,1)

MALARD, Maria Lúcia *et al.* *Relatórios do Projeto Residencial Serra Verde – RSV: Modelo de Auto-gestão Habitacional de Interesse Social encomendado pela Finep à UFMG sob a coordenação geral da Profa. Maria Lucia Malard. 2005-2007. (em execução).*

MALARD, Maria Lúcia *et al.* *Autogestão habitacional e gestão de projetos: Conflitos e Compatibilidades.* [200_a]. No prelo.

MALARD, Maria Lúcia *et al.* *Possibilidades projetuais para experimentações de componentes e sistemas construtivos: a noção de “Projeto Aberto”.* [200_a]. No prelo.

MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial.* São Paulo: Alfa Omega, 1982.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In.: ARANTES, Otília *et al.* *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p121-192.

MARICATO, Ermínia. *Brasil cidades: alternativas para a crise urbana.* Petrópolis, RJ: Vozes, 20001.

MONTE –MÓR, Roberto. *A cidade e o Urbano.* Caderno de Textos “Cidades” do IETEC/UFMG, organizado por Carlos Antônio Leite Brandão (no prelo).

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In.: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). *Educação comunitária e economia popular.* São Paulo: Cortez, 2005 (Coleção Questões da nossa época; v.25).

RIBEIRO, Ana Clara Torres *et al.* *Metrópole: a (in)sustentabilidade do Ser.* In.: GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho (Org.). *Política de habitação popular e trabalho social.* Rio de Janeiro: DP&A, 2005. Parte I. p39-58.

ROLNIK, Raquel. *Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos.* Brasília: CONFEA; Ministério das Cidades, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.* São Paulo: Cortez. 2000.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SIQUEIRA, André. *O plano B dos Sem-teto*. Carta Capital. São Paulo: Confiança, v. 12, n. 391, p. 38-40, maio 2006.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. (Org). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOJA, Edward W. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishers Ltd, 2000

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004 (Coleção Paradidáticos; Série sociedade, espaço e tempo).

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

TURNER, Jonh F. C. Da Provisão Centralizada à Autogestão Local. In MASCARO, Lúcia (Org.). *Tecnologia & Arquitetura*. São Paulo: Nobel, 1989. p.87-101.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se Uma Casa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VIBEN/SUFUS/GESEF, *Manual do Programa de Crédito Solidário*: CEF, 2005.

VILLAÇA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986. (Cadernos de educação política. Série sociedade e estado; 16).

WESTENDORFF, David. *Habitação autoconstruída nos países em desenvolvimento: contribuições e desafios atuais para o desenvolvimento local*. Disponível em: <www.habitare.org.br/gmutirao/equipe.htm>. Acesso em: 06 fev. 2007.

ANEXOS

ANEXO A - QUADRO COMPARATIVO DAS ESTRUTURAS DA AÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR

A AÇÃO REIVINDICATIVA TRADICIONAL	A AÇÃO SOLIDÁRIA ALTERNATIVA
1. Parte-se da existência de necessidades que devem ser enfrentadas coletiva e organizadamente. As necessidades que são identificadas e das quais se encarrega a organização, são as necessidades básicas (alimentação, trabalho etc.), que são assumidas como carências: tem-se necessidades porque se carece dos meios econômicos para satisfazê-las.	1. Parte-se da existência de necessidades que devem ser enfrentadas coletiva e organizadamente. As necessidades identificadas e assumidas pela organização não são apenas as necessidades básicas, mas também outras necessidades humanas, como as de participação, afeto, conhecimento, convivência, cultura etc. Predomina um conceito de necessidades integrais, que são assumidas não só como carências, mas também como potencialidades a ser desenvolvida.
2. As necessidades básicas insatisfeitas carências são vividas e assumidas como direitos econômico-sociais que têm sido desprezados. Esses tendem a ser compreendidos como direitos que as pessoas têm por igual e que a sociedade deve satisfazer independentemente dos méritos e esforços das pessoas afetadas.	2. As necessidades integrais e o desenvolvimento das próprias capacidades ou potencialidades são assumidas como direitos humanos. Por esses se entende que se deve respeitar o direito de as pessoas participarem na solução dos problemas e, enquanto associados, o dever de trabalhar e se esforçar pela satisfação das próprias necessidades e aspirações.
3. Assim entendidos, os problemas sociais e os direitos dão lugar a um conjunto de recursos que deverão ser apresentados ante as autoridades.	3. Assim entendidos, os problemas e direitos levam à busca dos recursos necessários para satisfazê-los.
4. A tomada de consciência dos recursos dá lugar à elaboração de um conjunto de reivindicações concretas, que traduzem esses direitos no contexto das situações reais. Formulam-se “pautas de reivindicações” e “plataformas de luta”.	4. A busca de recursos dá lugar à formulação de projetos que antecipam as ações necessárias para enfrentar as necessidades. Os projetos costumam ser apresentados ante instâncias, das quais se espera a dotação dos recursos que faltam.
5. Tipo de ação: reivindicativa, perante uma das partes da qual se espera a solução dos problemas.	5. Tipo de ação: diretamente orientada para a solução dos problemas com o próprio esforço.
6. Tipo de organização: de massa multitudinária e, de certo modo, anônima.	6. Tipo de organização: associação de sujeitos, pequenos grupos, em que é importante que os integrantes se conheçam pessoalmente.
7. Tipos de atividades: grandes mobilizações, ações notórias, esporádicas, em momentos decisivos.	7. Ações pequenas e continuadas, cotidianas, que vão constituindo em conjunto um processo vital com sentido de conjunto.

8.Valores fundamentais para o êxito da organização: a unidade, a disciplina na ação e a combatividade.	8.Valores fundamentais para o êxito: a cooperação e a ajuda mútua, a eficiência e o trabalho.
9.Tipos de condução: centralizada, hierarquizada e carismática.	9.Tipos de condução: participativa, descentralizada ou técnica.
10.Modos de transformação esperados: ação sobre o sistema, no nível macrosocial. Pressão e luta pela conquista do poder, para iniciar, a partir do controle dos grandes poderes, a transformação de cima para baixo, das realidades específicas.	10.Modos de transformação esperados: ação sobre as realidades sobre as quais se tem influência atual. Ser alternativo nas pequenas coisas e avançar rumo à transformação do que é grande, em termos de “expansão de microalternativas no não-estabelecido”.
11.Modos de coordenação entre as alterações de base: vertical, por federação confederação ou centralização das organizações. Delegação de poderes de cúpulas dirigentes; formação de “movimentos sociais”.	11. Modos de coordenação entre as alterações de base: horizontal, por coordenação, entre iguais, sem delegar poderes, e sim articulando instâncias superiores por vínculos de informação e não de poder; formação de “redes sociais”.
12.Agentes externos importantes: os partidos políticos.	12. Agentes externos importantes: as instituições de apoio, especialmente as ONGs (Organizações Não-Governamentais).
13.Problema ideológico-político relevante: a relação entre partidos políticos e movimentos sociais.	13. Problema ideológico-político: a relação entre as instituições de apoio, as organizações de base e as redes de coordenação.
14.A solução de problemas e a satisfação das necessidades são esperadas de um grande agente externo, especialmente o Estado.	14.A <i>solução</i> dos problemas e a satisfação das necessidades são obtidas a partir <i>dos próprios sujeitos</i> organizados.

Fonte: Razeto (2005:52-54)

ANEXO B - SITUAÇÕES EXISTENCIAIS “CODIFICADAS” UTILIZADAS POR PAULO FREIRE

Primeira situação: O homem no mundo e com o mundo. Natureza e cultura.



Segunda situação: Diálogo mediado pela natureza.



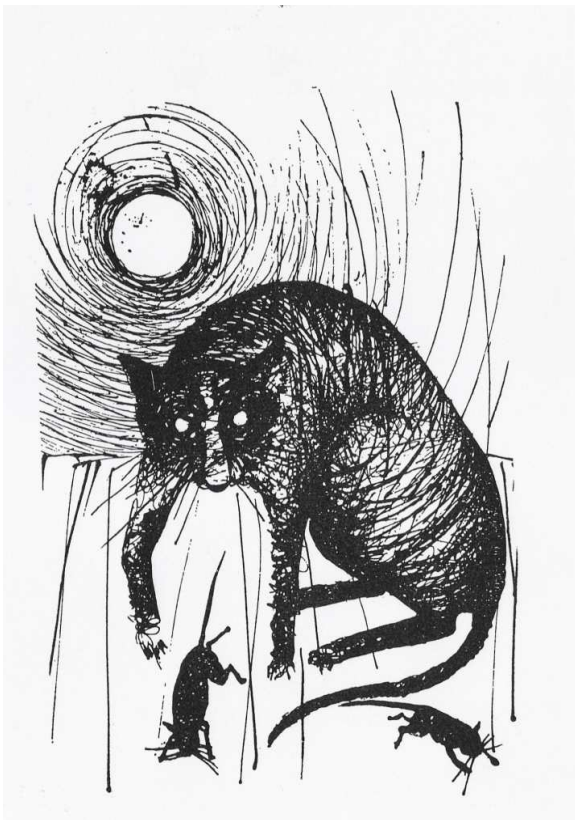
Terceira situação: Caçador iletrado.



Quarta situação: Caçador letrado (cultura letrada).



Quinta situação: O caçador gato.



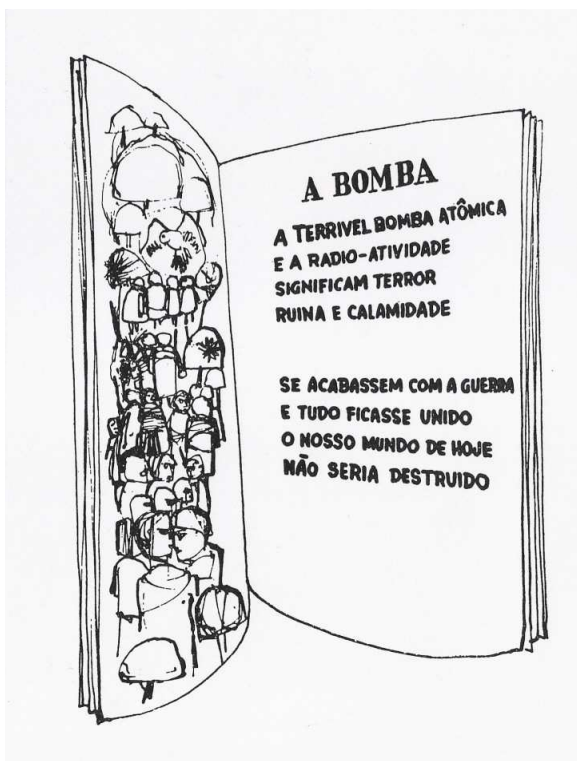
Sexta situação: O homem transforma a matéria da natureza com o seu trabalho.



Sétima situação: Jarro, produto do trabalho do homem sobre a matéria da natureza.



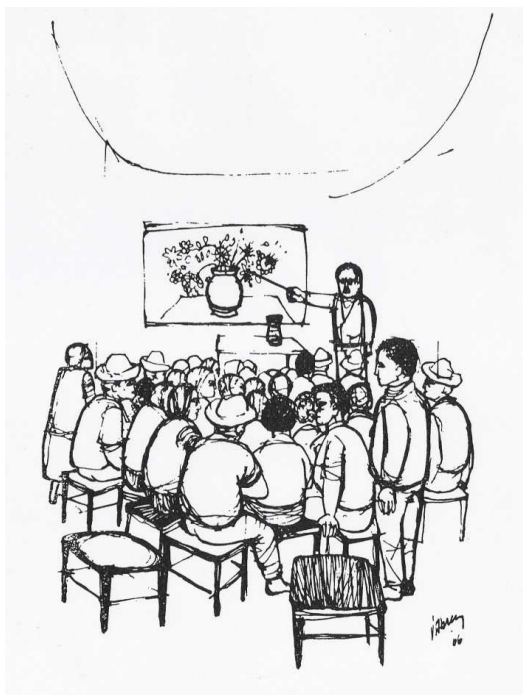
Oitava situação: Poesia.



Nona situação: Padrões de comportamento.



Décima situação: Círculo de Cultura funcionando – síntese das discussões anteriores.



Fonte: FREIRE (1991: 132-151)

ANEXO C - DINÂMICAS UTILIZADAS NA REUNIÃO 4

1 – VIVÊNCIA DOS BALÕES

Objetivos:

- Vivenciar situações nas quais os participantes devem resolver desafios em equipe (Eu x Grupo);
- Demonstrar o comprometimento nas relações interpessoais e criatividade na resolução de desafios.

Tempo de execução: 1 hora.

Material:

- Balões coloridos;
- Músicas harmonizantes e vitalizadoras;
- Som portátil.

Estrutura:

- Instruções (5 min.);
- Execução (20 min.);
- Processamento (35 min.).

Desenvolvimento:

Colocar os balões no centro da sala para que cada participante escolha um, encha-o de ar e amarre-o (sem barbante).

A seguir, colocar músicas variadas, orientando o grupo através dos seguintes comandos:

- Jogar o seu balão para o alto, ao ritmo da música;
- Jogar o seu balão sem usar as mãos;
- Trocar balões no ar, de forma que vocês joguem com um número bem variado de balões (cuidar para que não caiam);

- Em duplas, dançar pela sala, com um balão preso à testa. Não é permitido colocar as mãos no balão;
- Em duplas, dançar pela sala, segurando um balão preso às costas. Não é permitido colocar as mãos no balão;
- Quatro a quatro, formando um pequeno círculo, colocar os dois balões no chão;
- Subir os balões até o peito, sem colocar as mãos;
- Lançar todos os balões, ao ritmo da música, trocando-os no ar, sem deixá-los cair no chão. Aqueles que caírem deverão permanecer no chão.

Observação: pode-se criar outras variações.

Processamento: explorar os seguintes aspectos:

- Relação Eu x Outro;
- Trabalho individual x trabalho em equipe;
- Facilidades e dificuldades na busca de soluções individuais e coletivas;
- Compromisso diante a realização das tarefas.

2 – DINÂMICA 1,2,3 e 4

Objetivo: desenvolver atividade de cooperação.

Tempo de duração: 5 minutos.

Procedimento:

O orientador de aprendizagem solicita aos participantes que fiquem em pé e que formem um círculo, abraçando a cintura dos demais participantes.

Deverão fazer os seguintes movimentos juntos e ao mesmo tempo:

- Quatro passos para a direita, e quatro para a esquerda;
- Depois, três passos para a direita, e três para a esquerda;
- Depois, dois passos para a direita, e dois para a esquerda;
- Depois, um passo para a direita, um passo para a esquerda e um passo para a direita.

O jogo é iniciado com o orientador contando em voz alta por duas vezes.

Ao término de cada rodada, o orientador deverá perguntar para o grupo:

- O grupo encontrou o ritmo?
- Ainda é possível melhorar?

Na terceira vez, o orientador pede para fazer toda a série sem falar e executa, no mínimo três rodadas.

O orientador coordena, orienta e participa dos movimentos com o grupo.

Processamento: explorar os seguintes aspectos:

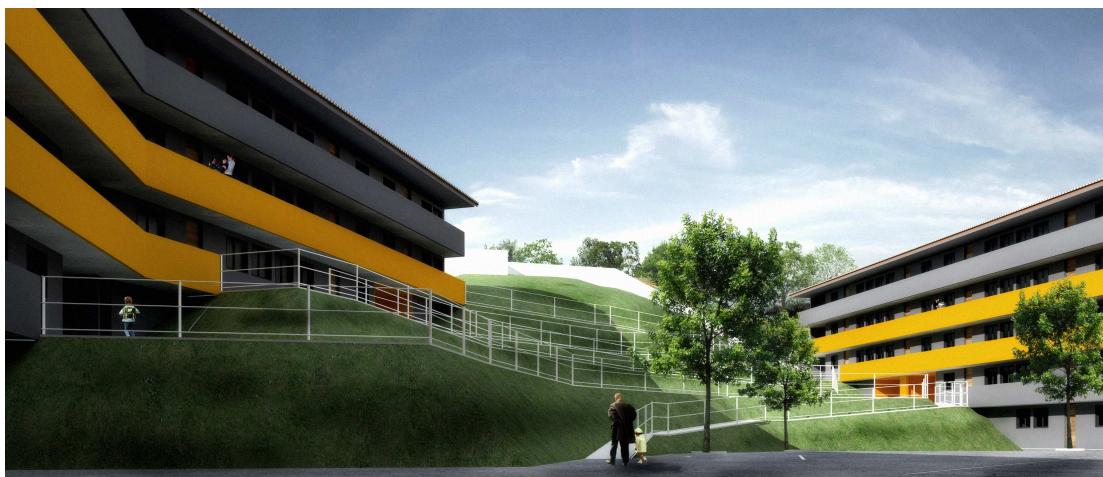
- A função do orientador dentro do grupo.

Fonte: Roteiros das dinâmicas de grupo fornecidos pela Consultoria Souza Lima Desenvolvimento Empresarial Ltda.

ANEXO D - RSV – PROJETO ARQUITETÔNICO



PERSPECTIVA EXTERNA



PERSPECTIVA INTERNA



PERSPECTIVA INTERNA



IMPLANTAÇÃO



PLANTA 1º. PAVIMENTO



PLANTA 2º. PAVIMENTO



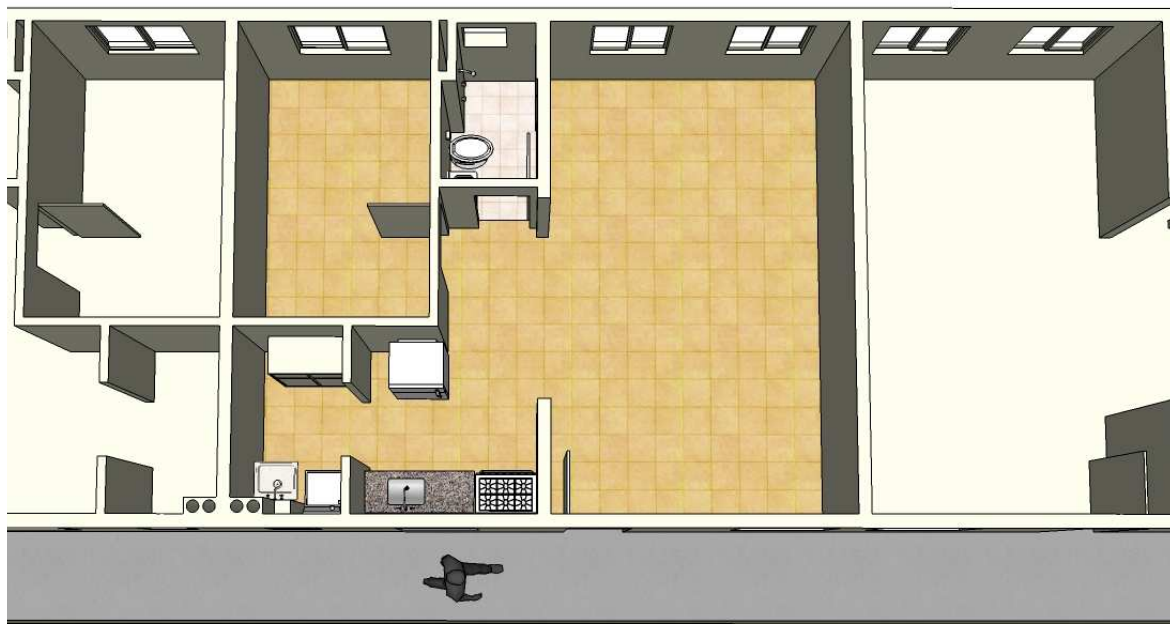
PLANTA 3º. PAVIMENTO



PLANTA 4º. PAVIMENTO



PLANTA 5º. E 6º. PAVIMENTOS



PLANTA APARTAMENTO

Fonte: Malard *et al* (2005-2007).

ANEXO E - ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS DO ARQUITETO OU ENGENHEIRO ARQUITETO

Resolução nº 218 de 29/06/1973

Dispõe sobre as atividades dos profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, usando das atribuições que lhe conferem as letras "d" e "f", parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966,

CONSIDERANDO que o Art. 7º da Lei nº 5.194/66 refere-se às atividades profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo, em termos genéricos;

CONSIDERANDO a necessidade de discriminar atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, para fins da fiscalização de seu exercício profissional, e atendendo ao disposto na alínea "b" do artigo 6º e parágrafo único do artigo 84 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966,

RESOLVE:

Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;

Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;

Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;

Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;

Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;

Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;

Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;

Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;

Atividade 09 - Elaboração de orçamento;

Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;

Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;

Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;

Atividade 13 - Produção técnica e especializada;

Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;

Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;

Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;

Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;

Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

Art. 2º - Compete ao ARQUITETO OU ENGENHEIRO ARQUITETO:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura paisagística e de interiores; planejamento físico, local, urbano e regional; seus serviços afins e correlatos.

Fonte: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO – CREA-MT. Resolução no. 218 de 29/06/1973. Dispõe sobre as atribuições dos profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Diário Oficial da União, [Brasília], 31 jul. 1973. Disponível em: <http://www.crea-mt.org.br/atribicoes_profissionaisX.asp?codigo=1>. Acesso em 26 jul. 2007.